



MINISTÉRIO DA
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**



**MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST / MCTI
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA – PPACT**

FERNANDO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS

**POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA: O CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE
MATO GROSSO (MH-MT)**

**Rio de Janeiro
2018**

FERNANDO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS

**POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA: O CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE
MATO GROSSO (MH-MT)**

Dissertação com Produto Técnico-Científico apresentado ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

Área de concentração: Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia

Linha de Pesquisa: Linha 2 - Acervos, Conservação e Processamento

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia S. Rodrigues de Carvalho

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Simone de Sousa Mesquita

**Rio de Janeiro
2018**

FERNANDO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS

**POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: O CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO (MH-MT)**

Dissertação com Produto Técnico-Científico apresentado ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Orientadora: _____

Prof^a. Dr^a. Cláudia S. Rodrigues de Carvalho

PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins e FCRB/Fundação Rui Barbosa

Coorientadora: _____

Prof^a. Dr^a. Simone de Sousa Mesquita

PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins e UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Examinador interno: _____

Prof^a. Dr^a. Maria Celina Mello e Silva PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

Examinador externo: _____

Prof^o. Dr^o. Marcos José de Araújo Pinheiro

FIOCRUZ-COC/Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz

Suplente interno: _____

Prof^a. Dr^a. Adriana Cox Hóllos

PACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins e AN/Arquivo Nacional

Suplente externo: _____

Prof^o. Dr^o. Christian Edward Cyril Lynch

FCRB/Fundação Casa de Rui Barbosa

**Rio de Janeiro
2018**

Aos meus pais, José (*in memoriam*) e Anete, pela dádiva da vida e testemunho de simplicidade e alegria, reflexo de amor e paz, que, como meus primeiros mestres e modelos, na liberdade, me fizeram descobrir a realidade da vida, a importância da honestidade e persistência, e a beleza de viver cada dia como se fosse o último.

À minha mãe, que sempre me apoiou e renunciou aos seus sonhos, para que eu pudesse realizar o meu, partilho a alegria deste momento.

Sem o seu apoio, incondicional, nenhuma conquista valeria a pena.

AGRADECIMENTOS

*“Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço
onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes.
Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define
como especial, um objeto singular, um amigo é fundamental.
Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas,
é mais preciso ainda!”*
Antoine de Saint-Exupéry

A Deus, por me presentear e colocar em minha vida pessoas tão especiais, sem às quais, certamente, jamais concluiria esta fase.

Aos irmãos, de longe e de perto, que Deus colocou em minha vida e escolhi para conviver: Roberto Bianchetti, Gilmar P. Batista, Valdirene Oliveira, Camila Borges, Leila Cardoso, Dansow Lage, Emerson Lima, Marcos Bittencourt, Meire Sekia, Simone Tomasi, Suelen Guimarães, Franklin Guimarães, Maria José Batista e Maria Aparecida Pinatti. Amor incondicional sempre. A distância não nos separa, e não nos separará. Seus corações estão comigo, e o meu com vocês.

À minha família “carioca”, Lucianne Fragel, Gustavo Alves, Runete Lage, Dulce e seus respectivos familiares pela hospitalidade, amizade, estímulo e paciência.

Aos amigos da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso (SEC-MT): Fernanda Quixabeira, Marcos Sampaio, Lucivaldo Ávila, Robinson Araújo, Regiane Berchielli e Leandro Carvalho, os precursores de tudo, que sempre acreditaram em minha capacidade, e me acharam “o melhor”, mesmo não o sendo. Isso me fortaleceu e me fez persistir em não ser “o melhor”, mas a fazer, e oferecer o melhor de mim. Obrigado pelo apoio e consideração incondicionais!

Ainda aos servidores e amigos da SEC-MT e SEDUC-MT: Ivan de Almeida, Mazé Oliveira, Rosenei Carvalho, Dannielle Santos, Lúcia Helena Barbosa, Nilma Godói, Gislene Dias, Carlos Santos, Tatiana Guedes, Flávio Carvalho, Andreia Domingues, Cláudia Dahmer, Dariluce Gomes, Gresiela Carvalho, Jorge Rodrigues, Fátima Balconi, Terezinha Costa, Sidnei Ferreira, Waleska Lima, Elisabeth Almeida, Mariana Máximo, Regina Costa e Gláucia Ribeiro pessoas que exemplificam, no dia-a-dia, a

ética, as competências profissionais, a dedicação, o aprimoramento contínuo dos serviços públicos, e o fortalecimento da amizade. Agradeço pelo incentivo e oportunidade de convívio!

Aos professores e funcionários do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – PPACT, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, pelo companheirismo, solicitude e solidariedade

Aos colegas de mestrado, pelos momentos de entusiasmo compartilhados em conjunto, especialmente, Mariza Souza, Bruno Perroni, Maria Helena Oliveira, Gislaine Alhadas, Desiane Silva e Renaldo Nicácio, que se tornaram amigos, bem como mais leve a minha breve estadia no Rio de Janeiro. Obrigado por dividir comigo as saudades, angústias e alegrias. Foi muito bom poder contar com vocês!

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Cláudia S. Rodrigues de Carvalho, pela disponibilidade, atenção dispensada, paciência, dedicação e profissionalismo. Muito obrigado!

À minha coorientadora, Prof^a. Dr^a. Simone de Sousa Mesquita, meu respeito e admiração, pela sua serenidade, capacidade de análise e pelo seu dom, inibindo sempre a vaidade em prol da simplicidade e eficiência.

À coordenadora do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – PPACT, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Prof^a. Dr^a. Maria Celina Mello e Silva, pelo apoio, não permitindo que eu interrompesse o processo. Muito obrigado pela confiança e incentivo!

Ninguém vence uma batalha sozinho. Com todos, divido a alegria desta experiência e conquista. Meus sinceros agradecimentos!

“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.
É tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
Onde quer que a gente vá.
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho
Por mais que pense estar...”
Caminhos do coração – Gonzaguinha.

RESUMO

SANTOS, Fernando José Ribeiro dos. **Política de preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: o caso do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT)**. 2018. 193f. Dissertação com Produto Técnico-Científico (Mestrado Profissional) em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2018.

A inexistência de uma política de preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia, bem como de estudos ou inventários sobre a coleção que se encontra dispersa na reserva técnica e espaços expositivos do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) consistem nos pilares que fundamentam o problema da presente pesquisa. Partindo-se do pressuposto de que o resgate deste patrimônio permitirá a sua preservação e divulgação, o escopo do estudo busca conhecer e caracterizar a coleção, mediante a realização de diagnósticos, para, a partir de então, avaliar o seu significado cultural e identificar as necessidades de preservação, a fim de se alcançar o objetivo principal proposto, que é o de elaborar uma política de preservação da coleção de ciência e tecnologia do referido museu. Na seção da revisão de literatura foram analisados os conceitos fundamentais sobre políticas, patrimônio cultural, sua preservação e salvaguarda. Foram mapeadas e analisadas também as estratégias das políticas de preservação de acervos e/ou coleções similares em três instituições internacionais e duas nacionais. Para a obtenção das informações do MH-MT foram realizados o inventário e o diagnóstico de conservação do edifício e dos bens culturais, com vistas a identificar e avaliar os agentes de deterioração, e os riscos que podem contribuir para a degradação da coleção. A elaboração de uma política para a preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT nasce da análise e sistematização dos dados coletados. Foi constatada, a partir do resultado do inventário, a existência de 31 (trinta e um) bens culturais de ciência e tecnologia, caracterizados pela variedade de tipologias e de suportes com significativo valor cultural, histórico e científico. O diagnóstico permitiu identificar e avaliar os agentes de deterioração, apontando, de forma objetiva, os principais dilemas relacionados aos riscos que a coleção está exposta. As razões que levaram a coleção a não ser preservada, por parte da Secretaria de Estado de Cultura (SEC-MT), foram a falta de políticas públicas estaduais e institucionais de preservação, como também de normas e regras que pudessem orientar as ações de preservação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs); por parte das últimas, enquanto gestoras do museu, foram a fragilidade técnica e gerencial, a ausência de equipe técnica suficiente e qualificada, e de documentos fundamentais para o museu, dentre os quais, o plano museológico. Constatou-se ainda que a política de preservação é um recurso fundamental para assegurar a integridade da coleção, na medida em que expõe as prioridades, princípios, responsabilidades e o dever do museu em cuidar de seu acervo, conservando-o para as futuras gerações. Por fim, conclui-se que a política proposta é um importante recurso capaz de auxiliar a SEC-MT e as OSCs na gestão e preservação do patrimônio cultural mato-grossense, especificamente presentes nos museus, além de um instrumento que pode ser aplicado pelos demais museus do estado, como procedimento essencial de gestão, independentemente do tamanho do acervo.

Palavras-chave: Preservação; Política; Patrimônio cultural; Agentes de deterioração; Riscos; Significado cultural; Museus

ABSTRACT

SANTOS, Fernando José Ribeiro dos. **Policy of preservation of the cultural heritage of science and technology:** the case of the Historical Museum of Mato Grosso (MH-MT). 2018. 193f. Dissertation with Technical-Scientific Product (Professional Master's Degree) in Preservation of Science and Technology Collections, Museum of Astronomy and Related Sciences, Rio de Janeiro, 2018.

The lack of a policy of preservation of the cultural heritage of science and technology, as well as studies or inventories on the collection that is dispersed in the technical reserve and exhibition spaces of the Historical Museum of Mato Grosso (MH-MT) are the pillars that support the problem of the present research. Based on the assumption that the rescue of this heritage will allow its preservation and dissemination, the scope of the study seeks to know and characterize the collection, through the accomplishment of diagnoses, to then assess its cultural significance and identify the preservation needs in order to achieve the main objective proposed, which is to elaborate a policy of preservation of the collection of science and technology of said museum. In the section of the literature review the fundamental concepts about politics, cultural patrimony, their preservation and safeguard were analyzed. The strategies of preservation policies of collections and / or similar collections were also mapped and analyzed in three international institutions and two national institutions. In order to obtain the MH-MT information, the inventory and the diagnosis of the conservation of the building and the cultural assets were carried out, in order to identify and evaluate deterioration agents and the risks that may contribute to the degradation of the collection. The elaboration of a policy for the preservation of the MH-MT collection of science and technology is born from the analysis and systematization of the data collected. From the result of the inventory, the existence of 31 (thirty one) cultural goods of science and technology, characterized by the variety of typologies and supports with significant cultural, historical and scientific value, was verified. The diagnosis allowed to identify and evaluate the agents of deterioration, objectively pointing out the main dilemmas related to the risks that the collection is exposed. The reasons that led the collection to be preserved by the Secretary of State for Culture (SEC-MT) were the lack of state and institutional public preservation policies, as well as norms and rules that could guide preservation actions Civil Society Organizations (CSOs); the latter, as managers of the museum, were the technical and managerial fragility, the absence of sufficient and qualified technical staff, and key documents for the museum, among which the museological plan. It was also noted that the preservation policy is a fundamental resource to ensure the integrity of the collection, insofar as it exposes the museum's priorities, principles, responsibilities and duty to take care of its collection, conserving it for future generations. Finally, it is concluded that the proposed policy is an important resource capable of assisting the SEC-MT and the CSOs in the management and preservation of the Mato Grosso cultural heritage, specifically present in museums, as well as an instrument that can be applied by the other museums, as an essential management procedure regardless of the size of the collection.

Keywords: Preservation; Policy; Cultural heritage; Deterioration agents; Risks; Cultural meaning; Museums

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O guarda-chuva de Lisa Fox.....	40
Figura 2	Elementos analisados no diagnóstico.....	85
Figura 3	Mapa de localização do Museu Histórico de Mato Grosso e seu entorno.....	86
Figura 4	Planta baixa do Museu Histórico de Mato Grosso com destaque e áreas de percurso.....	87
Figura 5	Localização geográfica do estado de Mato Grosso e destaque para o município de Cuiabá.....	90
Figuras 6 A e 6 B	Localização geográfica do município de Cuiabá – Mato Grosso.....	91
Figuras 7 A e 7 B	Mapa de localização do Museu Histórico de Mato Grosso.	92
Figuras 8 A e 8 B	Fotografia de satélite com a localização do Museu Histórico de Mato Grosso.....	92
Figura 9	Vista do Museu Histórico de Mato Grosso e entorno. Museu (no centro ao fundo antes da pintura de 2015), avizinado pelo Correio Central (a esquerda), destaque para Praça da República (na frente), Catedral (direita), avizinhada pelo Palácio da Instrução.....	92
Figura 10	Fachada do Museu Histórico do Estado de Mato Grosso..	95
Figura 11	Reserva técnica do Museu Histórico de Mato Grosso.....	96
Figura 12	Planta baixa do Museu Histórico de Mato Grosso.....	97
Figuras 13 A e 13 B	Acesso ao porão e móveis amontoados.....	100
Figuras 14 A e 14 B	Móveis sem tratamento e mal acondicionados.....	100
Figuras 15 A e 15 B	Peças umas sobre as outras com detalhe para material em desuso, misturado ao acervo.....	100
Figuras 16 A e 16 B	Ficha de inventário de bens móveis integrados do Museu Histórico de Mato Grosso.....	103
Figura 17	Coleção exposta em vitrine de forma incorreta com peças de metal misturadas com louça, vidro e material orgânico.	104
Figura 18	Coleção exposta em vitrine de forma incorreta com peças de metal misturadas com papel.....	105
Figura 19	Coleção exposta em vitrine de forma incorreta com peças de metal misturadas com louça.....	105
Figuras 20 A e 20 B	Reserva técnica com acervo acondicionado em suportes variados.....	106
Figura 21	Reserva técnica com prateleiras sem forro, com muitos itens e objetos em suportes variados.....	106
Figuras 22 A e 22 B	Reserva técnica com telas empilhadas, embaladas em plástico bolha de forma inadequada com fita crepe, mobiliário na frente das estanterias e caixas de polionda em cima dos armários.....	107
Figura 23	Acondicionamento incorreto com diferentes suportes: madeira, louça, vidro, metal, tela, papel e caixas polionda para arquivo.....	107
Figura 24	Acondicionamento incorreto com diferentes suportes: madeira, metal, documentos embrulhados em papel	

	impróprio e caixas de papelão.....	108
Figura 25	Gráfico de avaliação do estado de conservação da coleção de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso	122
Figura 26	Intervalo de tempo cumulativo para degradação.....	137
Figura 27	Valor perdido por objeto	138
Figura 28	Valor afetado da coleção.....	138
Figura 29	Escala de magnitude dos riscos.....	140
Figura 30	Escala de magnitude e prioridade dos riscos da coleção de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso.....	141
Figura 31	Organograma dos principais cargos/funções.....	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estrutura das políticas de preservação nas instituições internacionais e nacionais analisadas	64
Quadro 2	Coordenadas geográficas do Museu Histórico de Mato Grosso	93
Quadro 3	Inventário e avaliação do estado de conservação dos objetos de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso	116
Quadro 4	Inventário e avaliação do estado de conservação dos documentos de arquivo e publicações bibliográficas de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso	121
Quadro 5	Declaração de Significância da Coleção de Ciência e Tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso	128
Quadro 6	Dez agentes de deterioração	134
Quadro 7	Tipos de risco de acordo com frequência. Adaptado de (WALLER, 2013)	135
Quadro 8	Agentes de deterioração e tipos de riscos da coleção de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso	136
Quadro 9	Avaliação dos riscos e somatória da tabela ABC	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Escala de ordem de magnitude dos riscos
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRACOR	Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais
CCI	<i>Canadian Conservation Institute</i> (Instituto Canadense de Conservação)
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COC	Casa de Oswaldo Cruz
C & T	Ciência e Tecnologia
EUA	<i>United States of America</i> (Estados Unidos da América)
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
ICOM	<i>International Council of Museums</i> (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO
ICOM-CC	<i>International Council of Museums – Committee for Conservation</i> (Conselho Internacional de Museus - Comitê para Conservação)
ICCROM	<i>International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property</i> (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais)
ICN	<i>Instituut Collectie Nederland</i> (Instituto Holandês do Patrimônio Cultural)
ICOMOS	<i>International Council of Monuments and Sites</i> (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
IPHAN	Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional
IR	Radiação Infravermelho
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MH-MT	Museu Histórico de Mato Grosso
MR	Magnitude dos Riscos
OS	Organização Social

OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PLANOR	Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras
PPACT	Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia
SEC-MT	Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso
SMG	<i>Science Museum Group</i> (Grupo de Museus do Reino Unido)
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UR	Umidade Relativa
UV	Radiação Ultravioleta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL..	25
1.1. Patrimônio Cultural	27
1.2. Políticas de Preservação.....	36
1.3. Preservação, conservação e restauração.....	39
1.4. Políticas de preservação de acervos de ciência e tecnologia: estudo de três instituições internacionais	43
1.4.1 Science Museum Group – Reino Unido.....	44
1.4.2 National Museum of Australia	47
1.4.3 American Museum of Natural History – EUA	49
1.5 Políticas de preservação de acervos de ciência e tecnologia: estudo de duas instituições nacionais	52
1.5.1 Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST	54
1.5.2 Casa de Oswaldo Cruz - COC	56
1.6 Políticas de preservação do patrimônio cultural no Estado de Mato Grosso ...	67
CAPÍTULO 2 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: O CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO (MH-MT)	81
2.1. Política institucional.....	87
2.2. Edifício	90
2.3. Acervo: inventário e diagnóstico de conservação dos objetos, documentos de arquivo e publicações bibliográficas de ciência e tecnologia	101
2.4. Recursos humanos	122
2.5. Significância da coleção de ciência e tecnologia para o patrimônio cultural do Estado de Mato Grosso	123
2.6. Agentes de deterioração e avaliação dos riscos.....	131
2.6.1. Identificação dos agentes de deterioração	133
2.6.2. Análise dos riscos	135
2.6.3. Análise e avaliação dos riscos	137
CAPÍTULO 3 - ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA O MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO (MH-MT)	144
3.1. Política de Preservação da Coleção de Ciência e Tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT)	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS.....	182
APÊNDICES	190

INTRODUÇÃO

A motivação e proposta para o desenvolvimento desta pesquisa teve origem no ano de 2015, no decorrer das atividades profissionais desenvolvidas na Coordenadoria de Patrimônio Cultural, da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso em ações relacionadas à educação patrimonial alinhadas às atividades de preservação do patrimônio cultural mato-grossense.

Ainda naquele ano, a partir dos trabalhos de diagnóstico *in loco* dos edifícios tombados, do acompanhamento, fiscalização dos acervos pertencentes aos museus sob a responsabilidade da SEC-MT, foi possível observar e constatar a ausência de políticas públicas estaduais que garantissem a preservação dos acervos de diferentes tipologias.

Ações importantes como educação patrimonial, inventário, catalogação, higienização, conservação, acondicionamento, controle de umidade e temperatura, segurança, entre outros, passaram a ser imprescindíveis para se estabelecerem políticas nas instituições do estado, sob responsabilidade da SEC-MT, no sentido de garantir a preservação dos acervos de diferentes suportes.

É de fundamental importância apontar, antes de tudo, a degradação, deterioração, dissociação e esquecimento da coleção proposta como problema desta pesquisa, situação esta que foi observada a partir dos resultados do diagnóstico realizado, os quais também corroboraram as questões inicialmente levantadas para o desenvolvimento do estudo, tais como a ausência de políticas que possam regulamentar e instrumentalizar as legislações existentes sobre a preservação do patrimônio cultural.

Essas “ameaças” citadas acima e identificadas pela observação do acervo é agravada por agentes intrínsecos ao suporte, oxidações, amarelecimento, enfraquecimento, acidez do papel, craquelamentos, etc e/ou externos, dentre os quais estão o manuseio e acondicionamento inadequado, poeira e iluminação incorreta.

Considerando que o atual cenário é propício para se trazer à tona o referido debate sobre a ausência de políticas públicas estaduais e a precariedade de preservação dos acervos dos museus sob a responsabilidade da SEC-MT, com vistas à renovação, revisão e reformulação das políticas públicas culturais do estado¹, e dada também a posição ocupada pelo autor do presente estudo como Gerente de Equipamentos Culturais da SEC-MT, o qual tem a oportunidade e espaço para sugerir,

1 Gestão administrativa da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, realizada pelo secretário Leandro Falleiros Rodrigues Carvalho, de jan. 2015 a dez. 2017.

fiscalizar e acompanhar diretamente a gestão das instituições museológicas, sob responsabilidade foi proposto como objetivo da pesquisa a elaboração de uma proposta de política que preserve o patrimônio cultural de ciência e tecnologia presente no MH-MT.

A inexistência de estudos ou inventários sobre a coleção que se encontra dispersa na reserva técnica e salas expositivas do MH-MT também consiste em um dos problemas fundamentais que justifica o presente trabalho, uma vez que se compreende que a identificação e agrupamento deste importante patrimônio de ciência e tecnologia permitirá, além de tudo, sua divulgação e preservação.

Ao inventariarmos e propormos a política de preservação da coleção de ciência e tecnologia procuramos evidenciar sua importância e significado, de forma a contribuir para sua identificação e agrupamento promovendo seu valor cultural, científico e histórico. Neste sentido, novos projetos de apoio às ações de educação patrimonial, conservação, documentação, aquisição e difusão, publicações especializadas, pesquisas, atividades educativas, entre outros, poderão ser planejadas e discutidas, melhorando a comunicação social e a imagem institucional do museu.

Através do inventário² e diagnóstico do acervo do MH-MT será possível identificar e agrupar objetos,³ documentos de arquivo e publicações bibliográficas⁴, até então desconhecidos pela população e comunidade científica mato-grossenses. Os diferentes bens culturais que compõem o acervo do museu foram sendo doados, coletados, recolhidos e reunidos desde a fundação da antiga Vila do Senhor Bom Jesus de *Cuyabá*, em 1719, quando se deu a chegada dos primeiros bandeirantes, vindos da Capitania de São Paulo por meio de expedições e viagens científicas em busca das riquezas que essas terras ofertavam.

Nos questionamos sobre o significado e qual a importância em preservar a coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, imaginamos seu significado, mas não sabemos sobre seu real valor cultural.

De forma a definir o valor da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT,

2 Nesta pesquisa, o inventário é considerado o procedimento de descrição minuciosa e de enumeração, que relaciona a coleção de ciência e tecnologia, para que seja possível obter um balanço real da quantidade de itens que compõem a referida coleção.

3 Padilha (2014, p. 21) afirma que o acervo museológico pode ser formado por objetos bi ou tridimensionais de ampla variedade tipológica.

4 Silva; Barboza (2012, p. 12) consideram acervos bibliográficos as publicações dos séculos XVI ao XIX que tratam da ocupação e exploração do território brasileiro, bem como das diversas expedições.

com vistas à elaboração de uma política de preservação que além do inventário da coleção, do diagnóstico e a avaliação de conservação, ainda pretende-se evidenciar o valor da coleção através da declaração de significância, nos termos das recomendações de Russel e Winkworth (2009, p. 53):

“Compreender o significado antes de tomar decisões sobre os objetos ou coleções, ajuda a orientar as decisões sobre todos os aspectos relacionados à gestão do acervo, incluindo aquisições, preservação, avaliação de riscos, acesso, interpretação, empréstimos e repatriamento. Faz sentido entender como e por que um item é significativo ou não, antes de tomar decisões ou medidas que possam afetar sua conservação ou significado”.

Verificou-se ainda que uma das razões que levaram a coleção a não ser preservada, foi a ausência de equipe técnica suficiente e qualificada, de políticas públicas estaduais e institucionais de preservação ou fatores diversos relacionados a um conjunto de ações ou programas desarticulados de seleção e proteção.

Mesmo existindo normas e legislação internacionais e nacionais que fomentem a preservação do patrimônio cultural, tais como: Cartas Patrimoniais, Constituição Federal, Decreto-Lei Nº 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, Lei Federal Nº 11.904/2009 conhecida como Estatuto de Museus, entre outros, essas ainda não são suficientes para que os estados implementem e garantam a preservação de seus acervos. Aponta-se a necessidade de outros instrumentos além das leis, tais como políticas que possam regulamentar e instrumentalizar as legislações existentes sobre a preservação do patrimônio cultural de cada estado.

A Constituição Federal de 1988, no Art. 23, define como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...] III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos [...];

Neste seguimento, tendo em vista a autonomia constitucional que se configura pela capacidade de auto-organização, no qual cada estado pode ter suas próprias leis, recai sobre esse a responsabilidade em legislar os diferentes assuntos.

Atualmente, a única política estadual que rege a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural no Estado de Mato Grosso é a Lei Nº 9.107 de 31/03/2009, que atribui à Secretaria de Estado de Cultura a tarefa de “registrar, tomar e zelar por sua proteção e vigilância”. Contudo, esse dispositivo legal não define os

métodos e estratégias precisas que orientem a preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia.

O art. 24 da Lei Nº 3.774, de 20/09/1976, a qual organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico estatual, atribuiu à então Fundação Cultural de Mato Grosso, atual Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso (SEC-MT), a responsabilidade de criar e manter o MH-MT, com a missão de conservar e expor “obras históricas e artísticas”.

Diante dessas considerações, a proteção dos bens culturais de ciência e tecnologia não está claramente definida, recaindo sobre quem interpreta a lei compreender, ou não, a necessidade de sua salvaguarda, uma vez que não existem atos normativos.

Diante das considerações listadas acima, a presente pesquisa tem como objetivo a elaboração de uma política de preservação da coleção de ciência e tecnologia do Museu Histórico do Estado de Mato Grosso (MH-MT).

Quando um objeto museológico é identificado, de acordo com Padilha (2014, p. 19), o mesmo passa a compor uma coleção determinada e, assim, se torna elemento de algo ainda maior, denominado acervo museológico. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2011, p. 100), as coleções de bens culturais que compõem os acervos dos museus foram classificadas em: antropologia e etnografia, arqueologia, artes visuais, ciências naturais e história natural, ciência e tecnologia, história, imagem e som, virtual, biblioteconômico, documental e arquivístico. Nesta perspectiva, atendendo a recomendação do IBRAM (2011) e a missão do museu objeto desta pesquisa, e por questões de ordem metodológica, nesta pesquisa foi utilizado o termo “coleção” de ciência e tecnologia como terminologia museológica e parte integrante do “acervo” do MH-MT.

A política de preservação da coleção de ciência e tecnologia poderá ser um importante instrumento para fomentar a elaboração e aparelhamento de programas de divulgação dos acervos, para que possam ser consultados, pesquisados e solicitados por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, já que “[...] não é suficiente formarmos acervos sem termos reais condições de conservá-los, catalogá-los e disponibilizá-los” (SPINELLI, 2009, p.30).

A partir do exposto a partir das informações coletadas no referencial teórico, optou-se por uma abordagem qualitativa visando a elaboração de conhecimentos que possibilitem a compreensão e transformação da realidade em relação ao tema

apresentado.

Tal escolha está baseada em determinadas características aplicáveis à situação analisada, visto que “objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

A pesquisa é descritiva, na qual se realiza um estudo detalhado, com levantamento e coleta de dados, para posterior análise e interpretação, pois, conforme Gil (1991), o que se pretende é descrever características de determinada população ou fenômeno, ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis.

Nesse contexto, para a realização da pesquisa e “principalmente, para a elaboração da revisão de literatura, os processos de leitura e fichamentos de textos são fundamentais” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 61). Assim, foram definidos os assuntos a serem abordados na revisão da literatura, de acordo com o tema abordado, e organizadas as divisões e subdivisões dos capítulos.

Para tanto, a partir da pesquisa bibliográfica e da documentação dela resultante, cogitou-se em retomar e analisar conceitos fundamentais sobre o patrimônio cultural, sua preservação e salvaguarda.

Para solução do problema busca-se identificar e agrupar a coleção de ciência e tecnologia que compõem o patrimônio cultural do MH-MT, e que se encontra dispersa, tem como propósito alcançar o objetivo principal, que é o de propor uma política de preservação. De modo similar, constituem os objetivos específicos:

- a) Identificar os bens culturais de ciência e tecnologia através do inventário;
- b) Avaliar o significado e valores da coleção de ciência e tecnologia através da elaboração da declaração de significância;
- c) Identificar as necessidades de preservação através do diagnóstico da instituição, das condições físicas do edifício e da coleção, identificando, avaliando e analisando os agentes de deterioração, e os possíveis riscos e/ou ameaças específicas da coleção de ciência e tecnologia.

Para a elaboração da política de preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, como passo inicial, pretendeu-se realizar o mapeamento das políticas em instituições de guarda internacionais e nacionais que tivesse em seu plano diretor a missão institucional de preservação e exposição de acervos ou coleções de ciência e tecnologia.

Como consequência, foram utilizados os seguintes procedimentos

metodológicos:

a) Revisão da literatura especializada na área de patrimônio cultural, preservação, políticas públicas e acervos de ciência e tecnologia;

b) Mapeamento e análise das estratégias empregadas nas políticas de preservação de acervos e coleções de ciência e tecnologia de instituições internacionais e nacionais;

c) Levantamento, através do inventário quantitativo, dos bens culturais de ciência e tecnologia mediante a observação direta, contagem, consulta e análise de documentos e registros contidos nas fichas museológicas. Os objetos, arquivos, documentos ou publicações bibliográficas serão demonstrados em forma de tabela e irão compor a coleção de ciência e tecnologia do MH-MT;

d) Execução do diagnóstico, coleta de dados, identificação, avaliação e análise dos agentes de deterioração e dos riscos específicos que podem contribuir para a degradação da coleção;

O trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo é apresentada a definição de conceitos como patrimônio cultural, acervos de ciência e tecnologia, políticas públicas e preservação. São utilizados como referência os autores Choay (2001; 2011), Lovain e Granato (2013), Granato e Câmara (2008), Granato, Maia e Santos (2014), Zúniga (2002; 2005; 2012), Hóllós (2005; 2006, 2014), Spinelli (2009) e Gäel de Guichen (2013), além de definições internacionais e nacionais das Cartas Patrimoniais, Decreto Lei (1937), Constituição Federal (1988), ICOM (2010). Embasado pelos conceitos fundamentais para preservação de coleções de ciência e tecnologia, foram avaliados e comparados os documentos das políticas de instituições de guarda nacionais e internacionais com missão institucional na preservação e exposição de acervos e coleções de ciência e tecnologia.

No nível internacional, foram estudadas as políticas de preservação de três instituições de guarda de acervos de ciência e tecnologia, a saber: o *Science Museum Group* do Reino Unido, o *National Museum of Australia* e o *American Museum of Natural History* nos Estados Unidos. No Brasil, foram selecionadas para análise as políticas de preservação de acervos de ciência e tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins e da Casa Oswaldo Cruz, vinculada à Fundação Oswaldo Cruz,

ambas no Rio de Janeiro⁵.

O desenvolvimento histórico das políticas de preservação do patrimônio cultural do estado de Mato Grosso também é revisitado, no sentido de se buscar identificar as falhas existentes referentes às políticas de preservação de coleções de ciência e tecnologia. São utilizados como referência os autores mato-grossenses Lacerda (2005; 2008), Póvoas (1982), Alves (1987), e a legislação estadual, desde a criação da Fundação Cultural de Mato Grosso, em 1975, até as recentes alterações e reformulações das políticas públicas culturais ocorridas a partir de 2015.

O segundo capítulo tratará do objeto da pesquisa através do levantamento realizado por meio do inventário e diagnóstico do edifício e da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT. O objetivo dessa seção é contextualizar o leitor sobre a localização física e geográfica da instituição, sua história e acervo, identificando o estado de conservação do edifício, seu entorno, e da coleção de ciência e tecnologia, bem como identificar, avaliar e analisar os agentes de deterioração e os riscos que a coleção está exposta.

Para o desenvolvimento da metodologia foram combinados procedimentos da obra de Camacho (2007) e do guia de Dawson (2004). Para a identificação, avaliação e análise dos riscos que o edifício e a coleção podem estar expostos foram adotados os critérios da metodologia de gerenciamento de riscos, desenvolvida pelo Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), em parceria com Instituto Canadense de Conservação (CCI) e o Instituto Holandês do Patrimônio Cultural (ICN), somadas as contribuições de Waller (2013, 2003) que entendeu-se serem pertinentes ao desenvolvimento desta pesquisa.

O levantamento dos bens culturais da coleção de ciência e tecnologia através do inventário, e avaliação do estado de conservação para identificar, avaliar e analisar os agentes de degradação foram fundamentais para caracterizar os vestígios da existência de riscos à preservação da coleção.

Após a identificação e diagnóstico da coleção de ciência e tecnologia, partiu-se para a análise do seu significado cultural, o qual se espera que viabilize novos usos através de exposições, pesquisas e outras atividades. Como referência

5 Outras políticas de preservação de acervos foram pesquisadas, no entanto, considerando os objetivos do estudo, e a área de concentração do programa de Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – PPACT, que é “a preservação de acervos de ciência e tecnologia”, a disponibilidade documental bibliográfica para consulta por meio virtual bem como sua aplicabilidade ao caso em estudo.

foi utilizado o “*Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections*”, organizado por Russel e Winkworth (2009) do “*Collections Council of Australia Ltd*” e as análises realizadas através das contribuições dos historiadores da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEC-MT.

No terceiro capítulo, como consequência da revisão da literatura referente aos conceitos e princípios fundamentais sobre a preservação do patrimônio cultural, das análises das políticas de instituições internacionais e nacionais, e das informações coletadas a partir do levantamento realizado através do inventário, diagnóstico, estado de conservação, identificação, avaliação e análise dos riscos e significado cultural da coleção, as informações essenciais que refletem a verdadeira condição de preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT serão obtidas.

Reunidas as informações, os problemas e as necessidades analisadas, foram definidos os itens estruturantes que irão compor a política de preservação proposta, a qual procurará estabelecer as prioridades institucionais e o perfil das áreas que também necessitam de políticas, além de designar as responsabilidades e funções dos funcionários que atuam no museu.

Como referência foi utilizada a publicação do British Library, intitulada *Building a Preservation Policy*, de Mirjam M. Foot (2013), resgatando elementos essenciais para elaboração do documento de preservação da coleção, como se estabelecem, quais os princípios fundamentais, para que servem e quais os resultados esperados.

O objetivo deste capítulo é propor a política de preservação da coleção de ciência e tecnologia destinado ao MH-MT. Desta forma, a política, ao ser posta em prática, tem a finalidade de ser um guia. Assim, compreenderá as ações necessárias para preservação da coleção, conferindo um importante mecanismo de auxílio para a aplicação de medidas de redução dos riscos através do planejamento de procedimentos de conservação preventiva.

Acrescente-se, ainda, que poderá servir de modelo impulsionando outras instituições para que elaborem suas políticas, prevendo institucionalmente mecanismos que admitam a preservação dos bens culturais sob sua tutela, como promotoras da salvaguarda do patrimônio cultural mato-grossense.

CAPÍTULO 1.

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

1. POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Neste capítulo são analisados os conceitos e definições sobre a preservação do patrimônio cultural, ciência e tecnologia, políticas e preservação. Posteriormente, passa-se para o estudo e investigação das políticas de preservação de acervos de ciência e tecnologia, detendo-nos nas políticas de três instituições internacionais, o *Science Museum Group* do Reino Unido, o *National Museum of Australia* e o *American Museum of Natural History* nos Estados Unidos e de duas instituições brasileiras, o Museu de Astronomia e Ciências Afins e Casa Oswaldo Cruz vinculada à Fundação Oswaldo Cruz, ambas no Rio de Janeiro. As análises destas políticas permitirão avaliar seus princípios e sua aplicabilidade ao caso em estudo.

Considerando a existência de diversos agentes de deterioração previamente observados na coleção de ciência e tecnologia do MH-MT e da ausência de normas, diretrizes e políticas públicas, em âmbito estadual, que garantissem a preservação dos acervos sob a responsabilidade da SEC-MT, requer-se um marco teórico através da política de preservação que apresente soluções práticas, pontuais e utilitárias para os problemas do cotidiano do MH-MT, permitindo aprimorar a experiência e apontar soluções viáveis às futuras Organizações da Sociedade Civil (OSCs) gestoras dos museus.

Neste momento em que a SEC-MT organiza e inicia um novo modelo de gestão dos museus do estado de Mato Grosso, nos moldes da Lei Nº 13.019/2014⁶, uma política de preservação pode ser um importante instrumento, pois permite oferecer e auxiliar a OSC que realizar a gestão da coleção na definição de planos de preservação, uma vez que recai sobre ela o papel de definir estratégias e assegurar a preservação,⁷ conservação e segurança dos acervos.

6 A Lei Nº 13.019, de 31/07/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC) estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

7 O Edital de Chamamento Público nº 001/2017 que visa selecionar Organização da Sociedade Civil, doravante denominada OSC, em regime de mútua cooperação, através da celebração de Termo de Colaboração para gestão administrativa, econômico-financeira, de formação, pesquisa e preservação, que garanta o pleno funcionamento do MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO e RESIDÊNCIA DOS GOVERNADORES prevê como cumprimento de metas no “Programa de Acervos” assegurar a segurança, conservação e preservação dos acervos museológico, arquivístico e bibliográfico, por meio de plano de conservação com ações preventivas e corretivas.

Os bens culturais objeto deste estudo, em geral, não tiveram do poder público, nas últimas gestões administrativas, a mesma atenção dedicada a outras áreas da cultura, como o patrimônio edificado, por exemplo, que possui lei específica de proteção. Neste contexto, Solange Zúniga já alertava para a ausência de política mundial ou estadual que contemplasse a preservação no planejamento dos governos locais (ZÚNIGA, 2005, p.191).

De modo geral, o abandono, o descaso, a ausência de inventário, os furtos e roubos, o pó e a sujeira acumulados que degradaram, consideravelmente, as coleções, serão demonstrados no diagnóstico constante do segundo capítulo.

1.1. Patrimônio Cultural

O termo patrimônio⁸ esteve tradicionalmente associado à herança familiar e à propriedade privada de bens materiais revestidos de valores econômicos, uma vez que, para o senso comum, sempre é interpretado como herança, espólio, legado, etc.

Segundo Choay, nos séculos XIX e XX o patrimônio compreendia os monumentos nacionais que eram considerados por critérios estéticos ou históricos. A autora ainda define o patrimônio histórico como:

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos (CHOAY. 2001, p. 11).

Analisando o conceito de patrimônio, adjetivado como histórico, mais do que estudar acerca da relação mantida com o passado, Choay, quando fala do monumento, prospecta o futuro, ou seja, a questão do patrimônio não se expressa em uma relação exclusiva com o já vivido, mas, sim, numa relação com o devir (CHOAY, 2011, p. 12-14).

Nesta perspectiva, o conceito de patrimônio, diz respeito ao conjunto de bens com valor para a história da construção arquitetônica, das artes e de todos os saberes constituído por peças e objetos explicativos de uma civilização em um dado

8 Dicionário Aurélio de Português On line. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/patrimonio>>. Acesso: 20 set. 2017.

momento.

De acordo com as Cartas Patrimoniais, documentos internacionais emanados da UNESCO, o patrimônio cultural engloba o conjunto de produções materiais, intangíveis ou imateriais do ser humano e seus contextos. Analisando a evolução das discussões e recomendações manifestadas nessas Cartas, depreende-se que o patrimônio passa a compreender as produções, expressões de vida e tradições de comunidades, grupos e indivíduos que recebem e transmitem seus conhecimentos a seus descendentes.

As Cartas Patrimoniais, após aprovadas, impõem aos Estados participantes obrigações legais de executarem suas recomendações e decisões, cabendo a cada um a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir seu patrimônio cultural às futuras gerações.

Referente à preservação do patrimônio cultural, a UNESCO, através da “Convenção de Haia”, de 1954⁹, e quase duas décadas depois na reunião realizada em Paris, na “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural”¹⁰ de 1972, e, posteriormente, na “Declaração do México”¹¹ de 1985, foram estabelecidas as normas, procedimentos e conceitos sobre a preservação de bens culturais, com diferentes abordagens.

Acerca da Convenção de Haia (1954), cabe salientar que, mesmo que se restrinja somente às ações e conflitos armados, suas recomendações proporcionam uma proteção bem mais abrangente do que dos documentos predecessores. A proteção dos bens culturais em caso de conflito armado é mais abrangente em razão do número maior de bens protegidos, tendo em vista as operações militares de 1939 a 1945, que causaram a destruição irreparável de muitos bens culturais, ocasionando uma perda ao país de origem e ao patrimônio cultural dos povos.

A Convenção de 1954 adota, de forma inédita, as expressões “patrimônio cultural dos povos” e “bens culturais”, que não haviam sido consideradas em outras convenções, como um denominador comum de várias designações dadas de bens: bens de valor artístico, bens de valor arqueológico, bens de valor histórico, bens de

9 UNESCO. **Convenção de Haia**, 1954. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 22 nov. 2016.

10 UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial natural e cultural**. Paris: 1972. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 22 nov. 2016.

11 UNESCO. **Declaração do México**, 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 22 nov. 2016.

valor paisagístico, etc.

Art. 1º Para fins da presente Convenção são considerados como bens culturais, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário:

a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;

b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja, de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado;

c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados "centros monumentais". (CONVENÇÃO DE HAIA, 1954) (Grifo nosso).

A “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural” (1972) reconhece e demonstra a “importância que constitui, para todos os povos do mundo, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam”, pois apresentam e “se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do patrimônio mundial da humanidade no seu todo”.

A Convenção de 1972 reforça o conceito de patrimônio cultural da humanidade, ao dispor em seu preâmbulo que “a degradação, ou desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos do mundo”, e reconhece de “valor excepcional” os bens culturais naturais que “se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do patrimônio mundial da humanidade no seu todo”.

De valor excepcional, devem ser preservados “perante a extensão e a gravidade dos novos perigos que os ameaçam, incumbe à coletividade internacional”, respeitando plenamente a soberania dos Estados em cujo território esteja situado aquele bem.

A Convenção de 1972 dispõe que o patrimônio cultural constitui “um elemento essencial do patrimônio da humanidade”, conferindo aos Estados a obrigação de “proteção, conservação e revalorização” dos bens situados em seus territórios em prol da comunidade nacional e internacional.

Considerando que, ante a amplitude e a gravidade dos perigos novos que os ameaçam, cabe a toda a coletividade internacional tomar parte na proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, mediante a prestação de uma assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, a complete eficazmente;

[...]

Art. 4º Cada um dos Estados partes na presente convenção reconhece que a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural mencionado nos artigos 1 e 2, situado em seu território, lhe incumbe primordialmente. Procurará tudo fazer para esse fim, utilizando ao máximo seus recursos disponíveis, e, quando for o caso, mediante a assistência e cooperação internacional de que possam beneficiar-se, notadamente nos planos financeiro, artístico, científico e técnico (CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL NATURAL E CULTURAL, 1972).

Posteriormente, na “Declaração do México” de 1985 colocou em destaque a necessidade de fortalecer as relações entre cultura, educação, ciência e comunicação, explicitando que o desenvolvimento da sociedade exige políticas complementares para estabelecer equilíbrio entre o processo técnico e a elevação intelectual e moral da humanidade.

Tudo isso reclama políticas culturais que protejam, estimulem e enriqueçam a identidade e o patrimônio cultural de cada povo, além de estabelecerem o mais absoluto respeito e apreço pelas minorias culturais e pelas outras culturas do mundo. A humanidade empobrece quando se ignora ou se destrói a cultura de um grupo determinado (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985).

A Declaração de 1985 considera que “todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade”, uma vez que a “cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível já que as tradições e as formas de expressão de cada povo constituem sua maneira mais acabada de estar presente no mundo” e “no isolamento, esgota-se e morre”.

O mesmo documento analisa que “a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”.

Nesta dimensão, o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida, conforme afirma o documento.

A Carta do México (1985) considerou que “a preservação e o apreço do patrimônio cultural permitem, portanto, aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural”. Assim, “qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora”.

Considerando a conceituação de Choay e das Cartas Patrimoniais, referente ao conceito de patrimônio, nos séculos XIX e XX, há um alargamento da noção de patrimônio, pois passa a englobar sob o mesmo entendimento as diferentes paisagens, edificações, tradições, singularidades gastronômicas, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos que passaram a ser valorizados pelas diferentes comunidades.

Neste sentido, o reconhecimento e identificação do patrimônio cultural perpassa desde os monumentos arquitetônicos e arqueológicos, o conjunto de produtos artísticos, artesanais e técnicos, até os usos e costumes da sociedade ou de um grupo social, do passado e do presente, constituindo interesse para ser preservado para as futuras gerações.

De forma deliberada, as demais Cartas Patrimoniais foram omitidas, dado o objeto da análise das convenções de caráter universal, seja pelo caráter de ineditismo e por serem mais abrangentes, ampliando conceitualmente a noção de patrimônio cultural.

As definições relativas ao patrimônio cultural de ciência e tecnologia, conforme estudo de Louvain e Granato (2013), vêm figurando nas cartas patrimoniais, desde a Carta de Atenas de 1931, que em suas conclusões demonstrou uma preocupação com os “monumentos de interesse histórico e científico”. A Recomendação de Paris (1964) faz “menções às coleções científicas” e, posteriormente, a Recomendação de Paris (1968) considera que as “construções de valor histórico e científico estão sendo ameaçadas”. A Recomendação (1968) “vai definir bens culturais imóveis como sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou elementos de valor histórico e científico”. A Convenção de Paris (1970) considera bens culturais aqueles de “importância para a ciência, história da ciência e tecnologia e as fontes textuais de valor científico”. Posteriormente, a Convenção de Paris (1972) leva em consideração “o valor científico como um dos critérios na definição do patrimônio cultural”. A Carta de Burra (1980), também considera “o valor

científico de um bem a ser transmitido pela preservação ou pelo restauro”. Na sequência, a Conferência de Nara (1994), assume “o caráter científico como dimensão específica de um bem cultural”; seguidamente, a Convenção da Unidroit (1999), “entende bens culturais aqueles com importância para a história ou a ciência, inclusive a história das ciências e da técnica”. No mesmo ano, a Decisão 460 (1999), “faz menção clara ao patrimônio de C & T” apresentando “bens relacionados à história das ciências e das técnicas” e “documentos e publicações antigas de interesse histórico e científico”. Dando prosseguimento, a Carta de Nizhny (2003), faz “menções específicas ao patrimônio de C & T”, definindo além do valor histórico, valores agregados ao “patrimônio industrial, o valor científico e tecnológico” (LOUVAIN; GRANATO, 2013).

No Brasil, a primeira definição legal do conceito de patrimônio baseou-se no anteprojeto de Mário de Andrade, após a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo Dr. Rodrigo de Mello Franco de Andrade, que foi o primeiro órgão nacional destinado à preservação e consolidado através do Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, promulgado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Neste Decreto, o patrimônio assim é definido:

Art. 1º Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Na Constituição Federal de 1988, Art. 23, fica definido como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a proteção dos documentos, das obras de arte e outros bens de valor histórico e cultural, bem como dos monumentos, das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos.

Ainda na Constituição Federal Brasileira, em seu Art. 216 considera-se patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- III. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- IV. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, Art. 216).

A Carta Magna amplia o conceito de patrimônio e define como patrimônio cultural os acervos de ciência e tecnologia, inseridos na pluralidade e multiplicidade dos contextos sociais e das produções culturais existentes que necessitam de uma constante redefinição. Esta ampliação do conceito no escopo da lei é importante, pois aponta subsídios para resguardar a memória científica do país.

Além do tombamento, a Constituição Brasileira dispõe sobre outros mecanismos de preservação a serem utilizados:

§1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988, Art. 216).

Ainda que a Carta Magna preveja a preservação do patrimônio de ciência e tecnologia, inclusive citando outros mecanismos, o único instrumento de proteção mais utilizado é o tombamento, devendo ser inscrito em um dos livros do tomo existentes no IPHAN¹². No entanto, como observado e alertado por Granato e Câmara (2008), não há um livro tomo para os objetos e monumentos relacionados à ciência e tecnologia; “assim, seu patrimônio, quando tombado, recai no item ‘histórico’ ou ‘natural’” (GRANATO; CÂMARA, 2008, p.177).

Inserido neste contexto de preservação dos acervos de ciência e tecnologia, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) nomeou em 2002 uma comissão tendo como integrantes Jaime Antunes e Francisco Romeu Landi¹³. Os pesquisadores relatam a dificuldade de implementar uma política de preservação, recuperação e disseminação do acervo de ciência e tecnologia no Brasil, enraizada na ausência da cultura de preservação.

Jaime Antunes e Francisco Romeu Landi apontam que é preciso conhecer a realidade dos acervos de ciência e tecnologia através da realização de um inventário

12 O IPHAN possui quatro livros tomo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>> Acesso em: 22 nov. 2016.

13 Integrantes de uma comissão nomeada pelo MCT, em 2002, para deflagrar um processo objetivando a preservação da memória nacional em ciência e tecnologia (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2003, p. 2,14).

nacional, tanto do acervo arquivístico, quanto do tridimensional. Sinalizam como solução a constituição de um conselho de caráter nacional responsável pela proposição de uma política (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2003, p.14).

A iniciativa foi retomada no ano de 2003, através da Comissão Especial nomeada pela Presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a prerrogativa de propor uma Política Nacional de Preservação da Memória da Ciência e Tecnologia. A Comissão aponta em seu relatório que “a implementação de uma política de memória da ciência e da tecnologia deve ser objeto de uma decisão nacional e não apenas de instituições especializadas, mas do conjunto de organismos e entidades envolvidas na preservação do patrimônio histórico, na produção, disseminação e uso do conhecimento” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2003, p.3-4).

De acordo com Louvain e Granato, na perspectiva das recomendações internacionais e no contexto brasileiro existe a Carta de Bagé (2007), “que tem por objetivo a defesa das paisagens culturais em geral, [...] levando em consideração o valor científico ao conceituar seu recorte de proteção (Art.10)” (LOUVAIN; GRANATO, 2013, p. 8).

A Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural (2007)¹⁴ foi o primeiro documento a abordar especificamente a paisagem cultural brasileira, trazendo a seguinte definição para paisagem cultural:

Art. 2º - A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras específicas e temporais. (CARTA DE BAGÉ, 2007).

Esta carta tem por objetivo a defesa das paisagens culturais em geral, considerando-a como um bem cultural da forma mais ampla, completa e abrangente de todas, ao qual o ser humano imprimiu sinais de suas ações e formas de expressão como resultado de variadas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do ser humano sobre o meio natural.

14 Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira. Jornada Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. Bagé/RS: IPHAN/UFPe/URCamp/UniPampa/IPHAE, 18 ago. 2007.

A Carta teve como respaldo a Constituição Federal, de 1988, que determina a proteção de bens culturais das mais diversas naturezas e especificidades, explicitando a definição de paisagem cultural:

Art. 10º A paisagem cultural inclui, dentre outros, sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, pareidólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano (CARTA DE BAGÉ, 2007).

A Carta de Bagé (2007) relaciona-se ao objeto de análise, pois ao conceituar a proteção, remete em suas definições de paisagem cultural as consideradas de valor científico.

No ano de 2010 foi realizada a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para um Desenvolvimento Sustentável, as recomendações e desafios debatidos resultou na publicação “O Livro Azul da 4ª CNCTI” que resume as principais propostas para a próxima década relacionados a ciência, tecnologia e inovação. Dentre as diversas recomendações relativas ao desenvolvimento social, o documento detalha a necessidade da “[...] formulação e execução de uma política pública e programas nacionais para a recuperação, preservação, valorização e acesso público ao patrimônio científico, tecnológico e cultural brasileiro” (MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010, p. 95).

Ainda no Brasil, no ano de 2016 foi realizado o IV Seminário Internacional Cultural Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia¹⁵ no MAST, no qual foi elaborado a minuta de um documento que estão consubstanciadas na versão final “Carta do Rio de Janeiro sobre Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia” (2017), elaborada com a participação de profissionais que atuam em universidades, instituições de pesquisa, instituições museológicas e de preservação as recentes discussões sobre a preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia.

O documento tem como objetivo “contribuir para preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia”, “estimular o debate em instituições de ensino, pesquisa e museus”, “incentivar a criação de políticas públicas nos níveis municipal, estadual e federal”, “promover uma cultura de preservação dos bens culturais da

15 Carta do Rio de Janeiro sobre Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.mast.br/index.php/pt-br/ultimas-noticias/603-carta-do-rio-de-janeiro-sobre-patrimonio-cultural-da-ciencia-e-tecnologia.html>> Acesso em: 11 nov. 2017.

ciência e da tecnologia” e “promover a cultura científica, através de pesquisa” (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2017, p.4-5).

A “Carta do Rio de Janeiro” (2017) surge como condição para reverter o quadro de esquecimento, abandono e descaso que padecem a maioria dos bens culturais de ciência e tecnologia, para que não se percam, principalmente pelos cortes e diminuição significativa de recursos que o atual momento político vem incidindo sobre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, acarretando um verdadeiro “apagão científico e tecnológico”¹⁶.

Em relação aos acervos ou patrimônio cultural de ciência e tecnologia, Granato, Maia & Santos (2014) relatam que após empreender uma jornada de identificação, os chamados levantamentos de conjuntos de objetos de ciência e tecnologia realizado em nível nacional com auxílio de agências financiadores CNPq e FAPERJ, com apoio do MAST e de escolas de museologia de universidades federais UFPE, UFBA, UFPEL, UNB e UFOP, descrevem como patrimônio de ciência e tecnologia:

“[...] o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos (inclusive documentos em suporte de papel), coleções arqueológicas, etnográficas e espécimes das coleções biológicas que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico. Também se incluem nesse grande conjunto as construções arquitetônicas produzidas com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos”. (GRANATO, MAIA & SANTOS, 2014, p.79).

Logo, após a revisão das definições dos vários autores e documentos, pode-se compreender que o patrimônio cultural de ciência e tecnologia se trata de todos os bens (objetos, documentos, relatórios, produções bibliográficas, etc) produzidos e/ou utilizados em atividades de pesquisa e produção científica, e de desenvolvimento tecnológico.

1.2. Políticas de Preservação

Ao tratar sobre políticas públicas, de acordo com Solange Zúñiga (2005),

16 O apagão científico e tecnológico é relacionado aos cortes que o Governo Temer pretende realizar no ano de 2018 em áreas estratégicas, entre elas o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que perderá quase um terço dos seus recursos (27%). Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/10/06/temer-reduz-recursos-para-tecnologia-meio-ambiente-e-politicas-sociais-em-2018/>> Acesso em: 10 out. 2017.

citando Enrique Saraiva (2001), que é professor da Escola Brasileira de Administração da Fundação Getúlio Vargas, o que se referencia é um “sistema de decisões, estimuladas por uma autoridade, que se traduz em ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a modificar ou manter a realidade de um ou vários setores da vida social, através da determinação de fins últimos, objetivos e estratégias de atuação” (SARAIVA, 2001, p.66 apud ZÚÑIGA, 2005, p.48).

Dando continuidade, Zúñiga afirma:

[...] podemos identificar como atinentes a políticas públicas a existência de objetivos, metas, fins últimos, que se realizam por meio de ações, programas, meios práticos, apoiados na presença de uma autoridade (no caso, o Estado) e apoiados em uma ideologia (ZÚÑIGA, 2005, p.49).

A partir dessas definições é preciso compreender o conceito de ‘política’ como estratégia coletiva. Assim, Hóllos enfatiza:

Uma “política”, no singular, é composta de princípios e estratégias - procedimentos, normas, rotinas e convenções, formais ou informais, que norteiam o alcance de determinada meta ou ação coletiva. Já “políticas”, no plural – sejam em nível da organização ou instituição, sejam em nível nacional, regional ou internacional, são representadas por instrumentos legais (constituição, leis, decretos, protocolos, etc.), profissionais (códigos de ética, conduta profissional, etc.) ou culturais (crenças, costumes, tradição, valores, etc.) (HÓLLOS, 2014, p. 68).

Nesta perspectiva, com o propósito de proporcionar que ações de preservação sejam incorporadas por todos os que atuam direta ou indiretamente em instituições museológicas, bibliotecas e arquivos, destaca-se a necessidade do planejamento, da elaboração e implementação de políticas, procedimentos e processos que propiciaram condições para a conscientização de atuação de cada profissional/servidor como agente de preservação.

Conceitualmente, as políticas correspondem a uma estratégica para implementação coletiva e de fiscalização do poder administrativo estadual. No entanto, é coletivamente que a preservação dos diferentes acervos é garantida, prevenindo-os de deteriorações, e evitando que não sofram ainda mais perdas ou danos.

Vale lembrar que uma política nunca é definitiva, pronta e acabada, mas deve estar constantemente sendo avaliada, revisada e reformulada de acordo com os novos aspectos e estudos demandados pelo cotidiano das instituições de guarda.

Diante de tal realidade, as instituições são entendidas como sistemas abertos em permanente interação e evolução, visto que o conceito de patrimônio cultural “apresenta valores em constante evolução dos grupos sociais, bem como dos indivíduos”¹⁷.

Assim, as políticas de preservação devem responder a sociedade que se encontra em constante mudança, para que atenda plenamente seus objetivos, incluindo as atividades para manutenção básica, bem como os cuidados preventivos de rotina e tratamento de conservação permanente.

Idealizando bons resultados, recomenda-se a necessidade de se elaborar, a partir das políticas, guias, manuais, programas e roteiros, pois estes constituem a expressão dos critérios e dos princípios fundamentais das políticas, uma vez que trazem os principais temas, conceitos e diretrizes, facilitando a leitura e compreensão dos envolvidos no processo de gestão da preservação.

Neste contexto, Guimarães, afirma:

[...] o programa de preservação constitui-se da integração, de forma sistemática, de procedimentos de caráter preservacionista, nas atividades rotineiras, para proteger e prolongar a vida dos acervos, tendo como meta a racionalização dos recursos financeiros e humanos da instituição (GUIMARÃES, 2012, p. 88-89).

As políticas de preservação surgem como recursos e procedimentos institucionais direcionados para todos os profissionais responsáveis pela guarda e preservação dos acervos que detém o compromisso de assegurar, prolongar e garantir a vida útil do bem cultural. Guimarães recomenda:

[...] gostaríamos de deixar um lembrete importante para todos os profissionais responsáveis pela guarda e preservação do patrimônio cultural: as coleções culturais devem sobreviver nas melhores condições possíveis, por um maior tempo possível (GUIMARÃES, 2012, p. 90).

Considerando a estrutura administrativa dos estados, constituída por indivíduos ocupantes de cargos e funções, que são responsáveis em definir e decidir estratégias de ação, pode-se afirmar que as políticas são uma condição *sine qua non*,

17 Tradução de: AVRAMI, Erica; MASON, Randal; TORRE, Marta de la. Values and heritage conservation: research report. In: The Getty Conservation Institute. Los Angeles, Estados Unidos da América, 2000. Disponível em: <<http://www.getty.edu/conservation/index.html>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

na medida em que auxiliam na elaboração de estruturas para tomada de decisão, através da implantação de planos, programas ou projetos. No entanto, a responsabilidade de preservação do patrimônio cultural está a cargo de cada cidadão e não apenas do estado.

Nesta perspectiva, para que ações de preservação sejam implementadas é preciso incluir medidas de gerenciamento administrativo-financeiro, que visam o estabelecimento de políticas e planos de preservação que englobem os diferentes indivíduos envolvidos.

Diante dessas considerações, o estado conhecedor dos problemas impostos e apresentados pela sociedade é que irá responder a essa demanda na definição de prioridades estabelecendo a formulação, o acompanhamento e o controle das políticas públicas que nortearam o alcance de metas ou ações coletivas. A política constituída desta forma propicia sinergia entre os cidadãos e o estado, garantindo não somente a participação cidadã de todos, mas a troca de informações e experiências entre os diferentes agentes.

1.3. Preservação, conservação e restauração

Ao se falar em preservação, o que se está em voga é um conceito abrangente adotado por todas as instituições que salvaguardam o patrimônio cultural. Nesta perspectiva, Zúñiga (2002, p. 73) entende que “preservação é a forma extremamente abrangente, compreendendo todas as ações desenvolvidas pela instituição no sentido de retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso a todos”.

Entretanto, antes da implantação de qualquer ação, é preciso compreender o significado e dimensão dos variados conceitos. Os vocábulos preservação e conservação¹⁸, ainda que tenham surgido em contextos diferentes do desenvolvimento do campo da preservação cultural, vêm sendo utilizados de

18 A Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR), publicou no seu boletim eletrônico de junho de 2010 a definição dos seguintes termos: ‘conservação preventiva’, ‘conservação curativa’ e ‘restauração’, que conjuntamente constituem a ‘conservação’ do patrimônio cultural tangível. Estes termos foram aprovados na 15ª Conferência Trienal do ICOM-CC em Nova Delhi, Índia de 22 a 26 de setembro de 2008. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjf5uzJn7XWAhVlw1QKHxHTA5MQFggUAI&url=https%3A%2F%2Fgooglegroups.com%2Fgroup%2Fconservacaorestauroids%2Fattach%2Fbb75ca4aa1efefe9%2Fsilvana.pdf%3Fpart%3D0.1&usq=AFQjCNFWRIPOxc0sJnuHXxF8cilqliAsLQ>> Acesso em: 22 nov. 2016.

maneiras distintas, de acordo com seu propósito e uso, variando significativamente para cada idioma utilizado.

A preservação é considerada o conceito mais amplo, englobando a conservação e a restauração, entre outros, como mostra a figura abaixo, apresentada por Zúñiga (2012, p. 6).



Figura 1. O guarda-chuva de Lisa Fox.

Fonte: ZÚÑIGA, 2012, p. 6.

Cabe salientar que o significado de preservação e conservação do patrimônio cultural vem se desenvolvendo através dos tempos, até os dias atuais, no entanto, considerando o contexto de sua utilização, podem ser considerados uníssonos.

É importante salientar que os conceitos de conservação, preservação e restauração estão em constante discussão e dependem do contexto e país que são utilizados, e ainda se busca unificá-los através das convenções internacionais.

É o caso da XXV Assembleia Geral do ICOM em Shanghai, realizada no ano de 2010, que debateu no âmbito dos museus e patrimônio a temática "Museus para a Harmonia Social". A partir das discussões realizadas e organizadas pelo ICOM, buscou-se construir conhecimentos e conceitos sobre museus e Museologia.

A Assembleia Geral através da "Resolução 7: Esclarecimento da terminologia de conservação"¹⁹ esclareceu a definição da terminologia de conservação, incluindo "conservação preventiva", "conservação corretiva" e

¹⁹ ICOM. Resolução 7: Esclarecimento da terminologia de conservação. 25ª Assembleia Geral do ICOM. Shanghai, China, 2010. Disponível em: <<http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icoms-general-assemblies-1946-to-date/shanghai-2010/>> Acesso em: 04 abr. 2016.

"restauração" como os termos preferenciais que caracterizam as diversas formas de ação para conservar o patrimônio cultural tangível que foram adotadas pelo ICOM-CC em sua 15ª Conferência Trienal em Nova Deli em 22-26 de setembro de 2008".

Ficou definido que para as reuniões internacionais e publicações multilíngues terminologias de conservação-restauração do patrimônio cultural material, tal como seguem:

Conservação - todas as medidas e ações destinadas a salvaguardar o patrimônio cultural tangível, assegurando simultaneamente a sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. A conservação abrange a conservação preventiva, conservação e restauração. Todas as medidas e ações devem respeitar o significado e as propriedades físicas do patrimônio cultural.

- **Conservação preventiva** - todas as medidas e ações destinadas a evitar e minimizar a deterioração ou perda futura. Elas são realizadas dentro do contexto ou nos arredores de um item, mas, mais frequentemente, um grupo de itens, qualquer que seja sua idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas - elas não interferem com os materiais e estruturas dos itens. Eles não modificam sua aparência. Exemplos de conservação preventiva são medidas e ações adequadas para registro, armazenamento, manuseio, embalagem e transporte, segurança, gerenciamento ambiental (luz, umidade, poluição e controle de pragas), planejamento de emergência, educação de pessoal, conscientização pública, conformidade legal.

- **Conservação curativa** - todas as ações diretamente aplicadas a um item ou a um grupo de itens destinados a parar os atuais processos prejudiciais ou a reforçar sua estrutura. Essas ações só são realizadas quando os itens estão em condições tão frágeis ou se deterioram a uma taxa tal, que podem ser perdidos em um tempo relativamente curto. Essas ações às vezes modificam a aparência dos itens. Exemplos de conservação corretiva são a desinfestação de têxteis, dessalinização de cerâmica, desacidificação de papel, desidratação de materiais arqueológicos úmidos, estabilização de metais corroídos, consolidação de pinturas murais, remoção de ervas daninhas em mosaicos.

- **Restauração** - todas as ações diretamente aplicadas a um item único e estável, visando facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Essas ações só são realizadas quando o item perdeu parte de sua significância ou função por meio de alteração ou deterioração do passado. Eles são baseados no respeito pelo material original. Na maioria das vezes, tais ações modificam a aparência do item. Exemplos de restauração são retocar uma pintura, remontar uma escultura quebrada, remodelar uma cesta, preencher as perdas em uma vasilha de vidro (ICOM, 2010) (Grifo nosso).

Segundo Gäel de Guichen (2013), atualmente os termos utilizados são "conservação, que incluem três componentes: conservação preventiva, conservação curativa e restauração", e, em francês, "conservação-restauração com seus três componentes: conservação preventiva, conservação curativa e restauração" (GÄEL DE GUICHEN, 2013, p. 17).

A partir dessas definições o conceito de preservação relaciona-se a uma ação global, que, segundo Zúñiga (2012), pode ser entendida como ação "guarda-

chuva” que abrange todas as outras atividades necessárias ao combate da deterioração do patrimônio cultural para retardar a degradação e prolongar a sua vida útil.

Esta compreensão é mencionada nas “Diretrizes de Preservação”²⁰ do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – PLANOR, subordinado à Coordenadoria de Acervo Especial do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores da Fundação Biblioteca Nacional, no qual a preservação é:

[...] entendida em seu sentido mais amplo, abrangendo todas as ações que se destinam a salvaguardar e a recuperar as condições físicas dos suportes que contêm informações, com vistas à permanência das fontes materiais para as futuras gerações. É o “guarda – chuva”, sob o qual se “abrigam” a conservação preventiva, a conservação reparadora e a restauração [...].

Ainda, na mesma intuição, em suas “Diretrizes de Preservação na Fundação Biblioteca Nacional” (2010, p. 117), a preservação “[...] caracteriza-se por sua ação documental preventiva, ou seja, visa ações que possam impedir ou minimizar a possível deterioração do acervo”.

Neste contexto, Spinelli salienta que a preservação é:

[...] entendida como um conjunto de diretrizes e estratégias baseadas em estudos de ordem administrativa, política e operacional, que contribuem direta e indiretamente para a permanência da integridade de livros e documentos e do edifício que os abriga e que irão formular a grande política de salvaguarda de uma instituição [...] (SPINELLI, 2009, p.14).

Como ressaltado, o conceito de preservação é amplo e visa defender, proteger, resguardar, conservar o patrimônio cultural de algum dano futuro. Quanto à definição do termo “preservação”, decidiu-se por utilizar nesta pesquisa a fundamentação conceitual do “guarda-chuva” de Lisa Fox *apud* Zúñiga (2012), associada às fundamentações do ICOM (2010). Nesta perspectiva as ações de **preservação** englobam a **conservação**, incluídas a conservação-preventiva, conservação-curativa, **restauração**, e, por fim, a **reformatação**, que pode ser a reprodução através de réplicas, fotografias, microfilmagem ou digitalização (grifo nosso).

Face ao exposto, um termo relevante neste contexto da preservação é o da

20 Disponível em: <<http://planorweb.bn.br/diretrizes.html>> Acesso em: 15 ago. 2017.

reformatação, que para Hollós (2006, p.79) é “[...] a geração de uma cópia em formato e estrutura diferentes do original, para fins de preservação e acesso”. A autora afirma ainda que a reformatação utiliza a microfilmagem, a reprodução fotográfica convencional e a digitalização, favorecendo a preservação por restringir o manuseio ao original.

Quanto à reprodução de instrumentos científicos para disseminação da informação, o MAST tem vasta experiência no desenvolvimento de aparatos e/ou réplicas baseadas em instrumentos históricos²¹.

Como analisado, a reformatação é um mecanismo de preservação que garante não só a integridade de objetos, documentos, arquivos e publicações bibliográficas extremamente frágeis e degradadas pela ação do tempo e agentes de deterioração, mas também auxilia na dinamização do acesso e na disseminação das informações.

1.4. Políticas de preservação de acervos de ciência e tecnologia: estudo de três instituições internacionais

As instituições internacionais analisadas se destacam seja pela sua experiência, pelos recursos disponíveis e pelos profissionais e pesquisadores especializados em atender grandes demandas de preservação de acervos de ciência e tecnologia. A pesquisa foi realizada em instituições sediadas no Reino Unido, Austrália e Estados Unidos.

Para seleção das instituições foi necessário questionar sobre em que aspecto as experiências internacionais podem contribuir para provocar a reflexão, renovação e expansão em qualidade de medidas de preservação do MH-MT. Esta pergunta motivou uma série de pesquisas a museus de ciência e tecnologia e a instituições relacionadas à divulgação científica.

A definição pelas instituições se justifica pela facilidade de acesso de suas

21 A experiência do MAST, referente ao desenvolvimento de aparatos baseados em instrumentos científicos pode ser conferida no artigo de: VALENTE, Maria Esther; CAZELLI, Sibeles; ALMEIDA Ronaldo de. Os instrumentos científicos do Mast na perspectiva educacional e de divulgação da ciência. Rio de Janeiro: Museu de Ciências Afins, 2015. p. 283-310. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf_02/13_Cap%C3ADulo%2011.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2016.

políticas em ambiente virtual, por serem reconhecidas instituições de salvaguarda de acervos de ciência e tecnologia, pela contribuição ao campo do conhecimento para a área de museologia, e de suas relações com a ciência e tecnologia contribuindo com o desenvolvimento e autoconhecimento do saber científico pelo público.

A seleção também considerou atender os objetivos do Programa de Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

1.4.1 Science Museum Group – Reino Unido

O *Science Museum Group Conservation Policy*²² (2005), do Science Museum Group do Reino Unido, é composto pelas seguintes instituições: Museu de Ciências (South Kensington, Londres), Museu da Ciência e Indústria, (Manchester), Museu Nacional da Mídia (Bradford), Museu Ferroviário Nacional (York), Museu da Locomoção de Shildon (Condado de Durham) e Museu da Ciência de Wroughton (Swindon, Wiltshire).

De forma global, como *Science Museum Group Conservation Policy* é organizado estrategicamente através da divisão de funções (chefes, gerentes, assistentes, conservadores e demais funcionários do museu). Há uma ampla série de atividades de conservação. Estas atividades estão divididas em: interventivas; preventivas; de gestão de riscos; de apoio à gestão de coleções; diagnóstica; de pesquisa (novos métodos e materiais); de planejamento para desastres e salvamentos; de busca de conservadores externos; de logística para movimentação das coleções; de recuperação de objetos e de treinamentos internos e externos para outros museus.

As atividades de preservação são organizadas e divididas em funções e atribuições, definindo responsabilidades claras entre chefes, gerentes, assistentes, conservadores e demais funcionários dos museus membros do *Science Museum Group do Reino Unido*. Este tipo de organização permite dividir diferentes atribuições como: definir políticas de conservação e tratamentos com as coleções, definir normas e procedimentos para o tratamento e cuidados com os objetos, gerenciar atividades

22 BURDEN, Louisa. Science Museum Group Conservation Policy. In: Science Museum Group (SMG). 2013. Disponível em: <https://group.sciencemuseum.org.uk/wp-content/uploads/2015/10/conservation_policy_2013.pdf> Acesso em: 08 ago. 2016.

de conservação, treinar outros funcionários de cada museu membro do Science Museum Group do Reino Unido, além de liderar, aconselhar, coordenar e monitorar os procedimentos e práticas de saúde e segurança no setor.

Esta equipe de conservadores qualificados e treinados realiza a gestão fornecendo conhecimentos especializados para minimizar os danos às coleções, através de diferentes atividades: conservação interventiva; conservação preventiva e cuidados com as coleções; pesquisas das coleções; pesquisa de conservação; gestão da conservação por empresas terceirizadas; movimento de objetos e logística e, por fim, treinamentos para o cuidado das coleções e riscos de coleta (BURDEN, 2013, p.3).

Todas as atividades de conservação são gerenciadas através do “*Conservation and Logistics Request*”, um sistema intranet de gerenciamento dos procedimentos de conservação do acervo. O Diretor de Conservação e Cuidados com a Coleção, com sede na *Science Museum Group*, gerencia a conservação e é responsável por estabelecer padrões e procedimentos para o tratamento e cuidados com os objetos do museu.

Para atender os padrões de conservação do *Science Museum Group*, o objetivo principal de cada museu membro do grupo é sempre cuidar e preservar das coleções, e, para que isto ocorra, é utilizada uma série de padrões e abordagens para a conservação que leva sempre em conta os recursos e os objetivos de cada projeto (BURDEN, 2013, p. 3).

Para melhor entendimento dos procedimentos internos que regem o *Science Museum Group* é necessária a leitura conjunta com outras políticas, procedimentos internos²³ e documentos externos²⁴ que foram considerados, contudo, nesta pesquisa, não foram alvo de uma análise mais detalhada, uma vez que são regulamentações particulares regentes do país e não constam como parte integrante

23 Science Museum Preventive Conservation Policy (2010); Science Museum Group (SMG), Corporate Plan: Annual; SMG Collecting Strategy & museum collecting policies; Collections Management Policy, National Museum of Science & Industry, April 2005; Science Museum display and showcase specifications (2012); Science Museum Group Health and Safety Policy; SMG Policy and Procedures for Selecting and Operating Historic Objects from the Collections of SMG (2013); Museum Disaster Plans, incorporating Collections Salvage and Business Retrieval (2012); SMG conservation and documentation procedures.

24 National Heritage Act 1983; Museum and conservation ethical policies and guidelines: Institute of Conservation; ECCO; Museums Association; Health and Safety at Work Act 1974 and associated legislation and regulations; PAS 197:2009: Code of practice for cultural collections management; PAS 198:2012: Specification for managing environmental conditions for cultural collections; PD5454 :2012: Guide for the storage and exhibition of archival materials.

e estruturante da política.

Como procedimentos internos são entendidas todas as demais políticas tais como: monitoramento e gerenciamento de riscos (controle ambiental, controle de pragas e agentes biológicos), implantação de procedimentos de segurança, adoção de políticas de acesso, implantação de atividades de conservação preventiva, documentos externos, legislações, códigos de ética, normas, recomendações e documentos internacionais.

A política de preservação do *Science Museum Group* pretende garantir que “as coleções sejam exibidas, tornadas acessíveis e armazenadas de forma segura e sustentável, em sintonia com as melhores práticas para o presente e gerações futuras, sem comprometer a sua integridade física, histórica e tecnológica” (BURDEN, 2013, p. 2).

Considerando as informações, e examinados os princípios da política de preservação do *Science Museum Group*, que são geridos através de planos de gestão de riscos, verificou-se que a instituição desempenha sua política de preservação através de procedimentos de conservação preventiva e curativa. Ações que são distribuídas operacionalmente por uma equipe especializada em conservação, formada por chefes, gerentes, assistentes, conservadores e demais funcionários do museu.

A iniciativa do *Science Museum Group* do Reino Unido, organizado estrategicamente através da divisão em funções, é fundamental para gerenciamento de grandes coleções, como é o caso dos museus do grupo, mas ineficaz para o sistema de gestão empreendido no museu objeto deste estudo, considerando que é apenas exigido um quadro de pessoal mínimo para o desenvolvimento e manutenção das atividades de funcionamento que não comporta várias funções. Levando em conta esta limitação, constatou-se que os treinamentos periódicos são fundamentais para estabelecer planos e projetos de conservação preventiva.

Considerando a coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, foram tidas como viáveis, acessíveis e necessárias as aplicações de procedimentos internos, tais como: monitoramento e gerenciamento de riscos (controle ambiental, controle de pragas e agentes biológicos), implantação de procedimentos de segurança, adoção de políticas de acesso, implantação de atividades de conservação preventiva, acompanhados de documentos externos, manuais, normas e recomendações emanadas de documentos internacionais.

1.4.2 National Museum of Australia

O *National Museum of Australia* é a maior instituição cultural encarregada de pesquisar, recolher, preservar e expor material histórico da nação australiana. O museu divide-se em três áreas inter-relacionadas: a história e a cultura dos aborígenes das ilhas do estreito de Torres; a história e a sociedade da Austrália desde o estabelecimento europeu em 1788; e a interação das pessoas com o meio ambiente (NATIONAL MUSEUM OF AUSTRALIA, 2012, p. 3).

Globalmente, o objetivo do *Collection care and preservation policy (2012)* é proteger as coleções sob sua responsabilidade, preservando as características históricas, culturais, estéticas e significativas de cada objeto.

De forma sintética, a política de preservação de coleções do *National Museum of Australia* divide-se em: introdução; âmbito; descrição; finalidade; princípios e diretrizes; categorização das coleções e objetos; gestão de riscos; armazenamento/acondicionamento; exibição/exposição; empréstimo; acesso; emergências; manutenção; pesquisa e divulgação; definição de termos; responsabilidade; referencial teórico e/ou bibliográfico; implementação e monitoramento.

O *Collection care and preservation policy*²⁵ (2012) do *National Museum of Australia* fornece uma estrutura de trabalho estabelecendo responsabilidades quanto ao cuidado e preservação das coleções do museu, sejam: expostos no museu, em reserva técnica, em empréstimo ou quando submetidos a tratamentos de conservação (NATIONAL MUSEUM OF AUSTRALIA, 2012, p.3).

O objetivo da política australiana é de garantir que as coleções sejam adequadamente protegidas em todos os momentos (em exposição, em trânsito e em empréstimos), e que a equipe do museu possa entender suas funções para cuidar e proteger as coleções.

A política é organizada estrategicamente através da divisão de funções: diretor, assistente de direção, de coleções, de conteúdo e exposições, diretor de operações, chefe de conservação e secretário. Além dessa divisão, há a organização em setores: de armazenamento, de exposição e de registros que trabalham diretamente com o Chefe de conservação e o Secretário. Os funcionários dos museus

25 Tradução do autor: Política de preservação e cuidados com as coleções.

se dividem em: conservação, registro, instalações, segurança, curatorial, exposições, serviços aos visitantes e programas públicos.

Nos “Princípios gerais” da política australiana, a gestão de risco é integrada à conservação preventiva, com o objetivo de identificar com precisão os riscos para que as ações de conservação e preservação sejam direcionadas de forma adequada (NATIONAL MUSEUM OF AUSTRALIA, 2012, p.4).

Nesta perspectiva de integração da gestão de riscos à conservação, o *National Museum of Australia* reconhece a conservação preventiva como o meio mais eficaz de preservar o grande e variado número de materiais e tipos de objetos. O objetivo da conservação preventiva é minimizar a deterioração e danos às coleções, gerindo os riscos durante a coleta (transporte e empréstimos) (NATIONAL MUSEUM OF AUSTRALIA, 2012, p.5-6).

Com o objetivo de preservar os objetos, para o *National Museum of Australia*, a avaliação e gestão de riscos é essencial para o planejamento e priorização de atividades de conservação e preservação. Neste sentido, foi elaborado o guia “*Museum’s Risk Management Manual*” (NATIONAL MUSEUM OF AUSTRALIA, 2012, p.10), como documento auxiliar da política, que enfatiza a abordagem da gestão de riscos em todo o museu, definindo critérios para atribuir diferentes níveis de consequência aos riscos associados ao transporte, coleta e empréstimos.

Considerando e examinados os princípios da política de preservação do *National Museum of Australia*, verificou-se que a instituição desempenha sua política através da integração da gestão de riscos à conservação e preservação, reconhecendo a conservação preventiva o meio mais eficaz de preservar os diferentes suportes.

As ações são distribuídas operacionalmente por uma equipe especializada em conservação, formada pelas diferentes funções de chefia e demais funcionários do museu.

A política do *National Museum of Australia*, assim como na iniciativa anterior, é organizada através da divisão de funções e não se adequa organicamente ao caso em estudo, tendo em vista as limitações quanto à manutenção de um quadro mínimo que não comporta várias funções e subfunções. No entanto, apresenta como possibilidade totalmente viável e aplicável ao objeto em estudo, a “gestão de risco integrada à conservação preventiva”.

Considerando a coleção de ciência e tecnologia do MH-MT denota-se que

a proposta e abordagem de avaliação e gestão de riscos em todo museu é totalmente viável para o planejamento de atividades de conservação preventiva, e podem ser realizadas por funcionários do museu previamente treinados para identificação e avaliação dos riscos.

A gestão de riscos destacada nesta iniciativa se enquadra tão somente para as coleções em exposição e, eventualmente, em trânsito para procedimentos de conservação preventiva, já que é raro o empréstimo.

1.4.3 American Museum of Natural History – EUA

Fundado em 1869, o *American Museum of Natural History* (New York, EUA), possui um acervo de 32 milhões de espécimes e objetos²⁶ divididos em: antropologia, zoologia, paleontologia, ciências físicas, astrofísica, ciências da terra e planetárias. Como todas as instituições museológicas similares, deve responder à questões críticas de como preservar coleções tão vastas, diversas, crescentes e que sofrem a ação do tempo, ao mesmo tempo em que assegura e amplia o acesso.

Com isso, os cuidados preventivos são definidos como ações tomadas para minimizar ou diminuir a taxa de deterioração e para evitar os danos às coleções. Embora, sempre haja necessidade de tratamentos de conservação corretiva para espécimes específicos, segundo informações do site do *American Museum of Natural History*, o foco é sempre a conservação preventiva. Neste sentido, os cuidados de preservação são definidos como:

"[...] ações tomadas para minimizar ou diminuir a taxa de deterioração e prevenir danos nas coleções; inclui atividades como avaliação de riscos, desenvolvimento e implementação de diretrizes para cuidados e uso contínuo, condições ambientais apropriadas para armazenamento e exibição e procedimentos adequados para manuseio, embalagem, transporte e uso. Essas responsabilidades podem ser compartilhadas por gerentes de coleção, conservadores, especialistas no assunto, curadores e outros administradores institucionais" (AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY).

De acordo com o *American Museum of Natural History*, o dinheiro investido em ações de conservação preventiva é a forma mais eficiente de preservar toda uma coleção a longo prazo, ao invés de atuar de forma reativa e/ou pagar o tratamento de

26 Disponível em: <<https://www.amnh.org/>> Acesso em: 08 ago. 2016.

conservação para reparar danos de deterioração que já ocorreram (AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY).

Com isso, a conservação preventiva fornece uma abordagem mais estratégica para aplicação dos recursos, buscando maximizar a vida das coleções e, com sorte, assegurar que elas forneçam a base para novas pesquisas e aprendizados para as futuras gerações. “Cuidar adequadamente de uma pequena coleção, ao invés de uma grande, pode parecer um trabalho infinito, no entanto, uma abordagem ativa para a conservação preventiva é a melhor maneira de melhor distribuir recursos limitados”²⁷ (AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY).

Resumindo, os cuidados necessários para evitar/diminuir a degradação das diferentes coleções estão diretamente ligados ao suporte físico, bem como, ao seu ambiente. Portanto é importante identificar os diversos fatores de degradação e os possíveis riscos deles oriundos.

Das análises efetuadas pode-se inferir que o *American Museum of Natural History* adota a prevenção através da estratégia de gerenciamento de riscos²⁸, dividido de acordo com os dez agentes de deterioração que ameaçam as coleções, são eles: luz, ultravioleta e infravermelho; temperatura incorreta; umidade relativa incorreta (RH); poluentes; pragas, forças físicas; fogo; água; ladrões e vândalos e dissociação.

Através da estratégia de gerenciamento de riscos pode-se desenvolver e implementar diretrizes para o uso (isto é, pesquisa, exposição e ações educativas) e preservação (isto é, os cuidados contínuos através das condições ambientais adequadas para armazenamento, exposição e manuseio, embalagem e transporte). Todas essas responsabilidades podem ser compartilhadas por funcionários, gerentes/chefes, conservadores, curadores e administradores (AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY).

A equipe de preservação é composta pelos Gerentes de Coleções, que são os responsáveis pelos cuidados diários com as coleções e os Conservadores, responsáveis pela preservação a longo prazo das coleções.

27 Original: “Taking proper care of even a small collection, let alone a large one, can seem like an infinite job, and an active approach to preventive care is the best way to spread finite resources”. Disponível em: <<https://www.amnh.org/our-research/natural-science-collections-conservation/general-conservation/preventive-conservation/>> Acesso em: 11 ago. 2016.

28 Robert Waller, do Canadian Museum of Nature e Stefan Michalski, do Canadian Conservation Institute, foram os principais proponentes da aplicação de estratégias de gerenciamento de risco, de acordo com dez agentes de deterioração que representam ameaças às coleções. (AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY).

Procedimentos e projetos específicos de conservação são realizados no Laboratório de Conservação de Ciências Naturais, fundado em 2001. A equipe do laboratório fornece supervisão para as atividades de conservação, planejamento de ações de preservação e gerenciamento de riscos. O trabalho dos conservadores requer:

[...] uma compreensão dos processos de deterioração, conhecimento de estratégias que impedem danos e destreza manual para realizar tratamentos de conservação corretiva. A ampla base de conhecimento para realizar este trabalho requer um quadro interdisciplinar envolvendo práticas em ateliê, ciências e humanidades (AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY).

O Laboratório ainda mantém cursos e treinamentos em conservação, além de estágios para programas de graduação e pós-graduação. Os projetos de treinamentos e estágios são desenvolvidos de acordo com os interesses e necessidades do candidato.

Em paralelo às ações de conservação preventiva e da atuação dos profissionais envolvidos, a documentação surge como elemento importante e essencial para a preservação. A documentação tem a finalidade de registrar os exames, a investigação científica e o tratamento, criando registros e relatórios permanentes.

As informações obtidas através da documentação forneceram as condições para monitorar as mudanças na preservação ao longo tempo, o sucesso dos tratamentos interventivos, as condições de armazenamento e a vulnerabilidade das coleções relacionadas as condições de riscos (AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY).

Considerados e examinados os princípios da política de preservação do *American Museum of Natural History (New York, EUA)*, verificou-se que a instituição desempenha sua política através de ações de conservação preventiva aliadas ao gerenciamento de riscos. As ações são desempenhadas pelos Gerentes de Coleções, Conservadores e equipe do laboratório.

A equipe desempenha atividades de planejamento, conservação e gerenciamento de riscos, tendo como foco o registro através da documentação de suas ações. Além disso, o laboratório atua como agente promotor de atualização no campo da preservação, através de cursos, treinamentos e estágios.

A iniciativa destacada do *American Museum of Natural History (New York,*

EUA) utiliza ações de conservação preventiva que fornecem subsídios estratégicos para aplicação dos recursos. Tal iniciativa é de fundamental importância para o modelo de gestão implantado pela SEC-MT.

Na mesma perspectiva da iniciativa anterior, o *American Museum of Natural History* utiliza a estratégia de gerenciamento de riscos de acordo com os dez agentes de deterioração já citados. Esta metodologia também é totalmente viável e aplicável ao objeto deste estudo, uma vez que se pode desenvolver e implementar diretrizes para o uso das coleções

O laboratório de conservação é essencial, no entanto, ainda esbarra com a limitação física dos edifícios dos museus, que são tombados, mas não inviabiliza a possibilidade de disponibilização de uma sala, com mobiliário e materiais necessários para realizar procedimentos de conservação preventiva.

Aliado aos procedimentos de conservação, está a documentação, prática ainda não usual nos museus sob responsabilidade da SEC-MT, mas essenciais para o registro dos tratamentos e monitoramento das condições de armazenamento e avaliação periódicas de conservação, uma vez que a organização da sociedade civil que hoje está na gestão do museu não estará daqui a cinco anos.

1.5 Políticas de preservação de acervos de ciência e tecnologia: estudo de duas instituições nacionais

Conforme discutido e analisado anteriormente, segundo a Constituição Federal de 1988, mesmo possuindo outros mecanismos de preservação como inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e acautelamentos (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 216, § 1º), o instrumento de proteção mais utilizado é o tombamento, onde os itens com valor cultural deverão ser inscritos em um dos livros do tomo existentes no IPHAN, instituição vinculada ao Ministério da Cultura.

Segundo Granato com o surgimento do MCT, em 1985, criado pelo Decreto Nº 91.146 de 15/03/1985²⁹, “além de expressar a importância política desse segmento, atendeu a um antigo anseio da comunidade científica e tecnológica nacional”

²⁹ Cria o Ministério da Ciência e Tecnologia e dispõe sobre sua estrutura. Revogado pelo Decreto nº 99.618, de 1990.

(GRANATO, 2009, p. 83).

O autor ainda continua:

“[...] observa-se, nos últimos anos, um aumento na consciência, por parte de setores do MCT, de que a divulgação científica é fator importante para a educação científica da sociedade, mas isso não ocorreu com relação à preservação do patrimônio de C & T” (GRANATO, 2009, p. 84).

Neste caso, mesmo o CNPq, vinculado ao MCT, sendo considerado a instituição que representa o Estado nos assuntos relacionados à formulação e condução de políticas de ciência, tecnologia e inovação, a responsabilidade pela preservação do patrimônio de ciência e tecnologia seria atribuição do Ministério da Cultura (Minc), pois se trata de item relacionado ao patrimônio cultural brasileiro (GRANATO; CAMARA, 2008, p.179).

No entanto, mesmo que diante do aumento de consciência e iniciativas formais do Estado Brasileiro para normatizar uma política de preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia, muitas vezes as ações ainda são empreendidas e organizadas por grupos de pesquisadores ligados à ciência e tecnologia. Neste sentido, assim expressou a Comissão Especial nomeada pelo Presidente do CNPq (Portaria 116 de 04/07/2003, p. 6):

“Malgrado as recentes demonstrações de valorização do patrimônio histórico brasileiro e de algumas iniciativas meritórias no campo da memória da ciência e da tecnologia, prevalecem largamente o descaso e o desaviso. Poucas instituições cuidam seriamente de seus acervos. A maioria, quando muito, desenvolve ações de alcance limitado, fragmentárias, inconsistentes e sem continuidade. Via de regra, o apelo à memória não ultrapassa o limite das comemorações festivas de datas escolhidas como relevantes ou manifestações laudatórias de certas personalidades”.

Sobre o tema “museus de ciência e tecnologia”, Maria Esther Alvarez Valente, em sua tese de doutorado *“Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970”*, explica esse surgimento entre as décadas de 1950-1970, procurando “[...] compreender os momentos do processo que ‘pavimentaram’ o ambiente do surgimento dos projetos de museus de ciências e tecnologia efetivado a partir dos anos 1980, no Brasil” (VALENTE, 2008, p.4-5).

Posteriormente, Araci Gomes Lisboa em sua tese de doutorado *“Preservação do patrimônio científico nacional (1970-1990)”* (LISBOA, 2012), analisa

o processo de construção e consolidação da ciência e tecnologia no Brasil, entre as décadas de 1970-1990.

Estas pesquisas constatarem o aparecimento de museus dedicados à temática de ciência e tecnologia no Brasil, a partir da década de 1980 e seu crescimento, com maior intensidade, nos anos de 1990, apresentando o esforço de preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia.

De acordo com as autoras Valente (2008) e Lisboa (2012), nos últimos anos, observa-se maior apoio aos museus e centros de ciência e tecnologia organizados por setores públicos, em especial do governo federal.

Percebe-se que os museus de ciência e tecnologia do setor público são instituições responsáveis pela preservação, pesquisa e divulgação de seus acervos. E, ainda assim, mesmo diante de tantas limitações financeiras, instituições que possuem em seus quadros pesquisadores experientes e profissionais especializados na identificação, preservação, restauro e organização dos acervos, ainda são referências em preservação do patrimônio de ciência e tecnologia.

É o caso do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e da Casa de Oswaldo Cruz (COC), ambos no Rio de Janeiro. Dada a importância dos acervos, a variedade dos suportes e a relação com o objeto de estudo, sua política de preservação foi detidamente analisada.

A escolha pelas duas instituições também é respaldada por serem promotoras da memória e por estarem a serviço da sociedade, tendo como princípio de suas missões³⁰ o exercício da educação e desenvolvimento científico através da pesquisa e contribuição para preservação dos bens culturais de ciência e tecnologia, justificando sua existência e importância para a sociedade.

1.5.1 Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) foi fundado em 1985, mesmo ano de criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Segundo Granato

30 Missão institucional da Casa de Oswaldo Cruz - COC. Disponível em: <<http://www.coc.fiocruz.br/index.php/institucional/missao-visao-e-valores>> Acesso em: 27 out. 2017; Missão institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. Disponível em: <<http://www.mast.br/index.php/institucional.html>> Acesso em: 27 out. 2017.

& Câmara (2008, p. 185), “o Museu de Astronomia e Ciências Afins possui uma coleção de instrumentos científicos considerada das mais significativas do país e todos esses objetos constituem parte do patrimônio científico sob a guarda do museu, os quais têm sido alvo de um amplo plano de conservação”.

Além do trabalho com suas coleções, o MAST tem desenvolvido diversas pesquisas em parceria e com apoio de diversas instituições nacionais e internacionais, produzindo informações e resultados significativos para preservação dos acervos de ciência e tecnologia.

Em consequência disso, a “*Política de preservação de acervos institucionais*” (1995), foco da análise, recomenda que é preciso:

“[...] que se sensibilize as instituições que lidam com acervos, quanto à necessidade de uma maior normatização de seus procedimentos. Uma política de preservação voltada a essas instituições deve se constituir em uma forma de respaldar sua função social, permitindo que gerações futuras possam vir a conhecer suas referências passadas” (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 1995, p. 5).

Dada a inexistência de documentos que orientassem e/ou normatizassem as ações de preservação e acervos de ciência e tecnologia, o MAST em parceria com o Museu da República coordenou, em 1995, discussões com outros profissionais de diferentes áreas. Envolveram-se profissionais das áreas de guarda de acervo, conservação, documentação, seleção/aquisição, processamento técnico, pesquisa, acesso, restauração, segurança. (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 1995, p.11).

O documento apresentado intitulado de “*Política de Preservação de Acervos Institucionais*” (1995) consta de princípios gerais relacionados conceitualmente a preservação e princípios específicos que compreendem diretrizes para cada item que são relacionados a conservação; documentação; seleção/aquisição; processamento técnico; pesquisa; acesso; disseminação; treinamento e capacitação; restauração e segurança.

A política apresentada consta mais de uma “[...] diretriz de condutas voltada para a conservação de seu acervo, propiciando condições para a tomada de consciência de cada profissional da instituição, como agente de preservação” (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 1995, p.11; 15).

Considerados e examinados os princípios da política de preservação do

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, verificou-se que a instituição define a preservação como “perpetuação do bem cultural, como forma de retardar seu processo de deterioração” e a conservação como uma das medidas prioritárias, que deve ser executada por profissional capacitado, mediante elaboração de programas de ação e manutenção (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 1995, p. 15-16).

Resumidamente, a política é apresentada como diretriz que auxilie outras instituições na elaboração de normas e critérios gerais para preservação dos acervos culturais.

A iniciativa destacada do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST (Rio de Janeiro), de linguagem fácil e acessível, apresenta suas diretrizes e condutas gerais de forma tecnicamente ampla, com o objetivo de conscientizar os profissionais envolvidos na instituição como agentes de preservação.

Por apresentar-se de forma ampla e não detalhada, evitando o aprofundando de determinados itens, o documento auxilia o usuário interno e externo à uma rápida consulta e a outras instituições na elaboração de seus próprios documentos. O exame da estrutura da política do MAST permitiu evidenciar que a mesma se apresenta como diretriz, e pode respaldar itens da política da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, objeto em estudo.

1.5.2 Casa de Oswaldo Cruz - COC

A Casa de Oswaldo Cruz (COC), criada em 1985, é uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) responsável e dedicada à preservação e valorização da memória da instituição em seus variados campos de atuação: pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas do Brasil.³¹

Os acervos de ciência e tecnologia da COC são remanescentes desde os primeiros anos do século 20, por meio de expedições científicas e missões sanitárias, e das diversas atividades realizadas em seus laboratórios, seções, departamentos, e hospitais, o antigo Instituto Soroterápico Federal (atual Fiocruz). Constitui e mantém

31 Fonte: <<http://coc.fiocruz.br/index.php/institucional/quem-somos>> Acesso em: 03 mar. 2017.

arquivos, bibliotecas, coleções biológicas, coleções iconográficas, instrumentos e equipamentos, reunidos num singular conjunto arquitetônico e urbanístico construído para abrigar a instituição. Ao longo dos anos, esses acervos oriundos das práticas científicas desenvolvidas pela Fiocruz, compõem o patrimônio científico da instituição, possibilitando seu uso social e a geração de pesquisas nos campos das ciências³².

A Casa de Oswaldo Cruz,

“[...] se caracterizou por gerar conhecimento por meio de pesquisas no campo da história das ciências da saúde e por ser responsável pela preservação valorização e divulgação do patrimônio arquitetônico, urbanístico e arqueológico, arquivístico, bibliográfico e museológico constituído historicamente pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desde sua origem no início do século 20” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013, p.6).

Desde sua fundação, a COC empreende esforços para garantir a preservação e conservação dos acervos sob sua responsabilidade que vem sendo revista mediante contribuições de seus profissionais. Como resultado do amadurecimento e da experiência da COC, acumulada durante anos e dos avanços de gestão na instituição, os profissionais viram a necessidade da elaboração de uma política de preservação de seus acervos que estabelecesse princípios teóricos e diretrizes gerais a serem seguidos por todas as áreas (PINHEIRO; COELHO; WEGNER, 2014, p.26).

Neste sentido, segundo os autores citados, foi criado um grupo de trabalho, no início de 2012, composto por integrantes dos diferentes departamentos para elaboração de um documento com o objetivo de definir princípios, diretrizes e orientações para reger as atividades de gestão e preservação dos acervos culturais das ciências e da saúde sob a guarda da COC.

Como resultado, o documento intitulado de “*Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde*” (2013) foi estruturado em dois blocos principais e um bloco com dois anexos.

O primeiro bloco principal contém as definições utilizadas; a indicação dos objetivos e a tipologia dos acervos subordinados a esta política; estabelece os princípios gerais orientadores e as diretrizes norteadoras das ações a serem desenvolvidas; e, finalmente, aponta as instâncias responsáveis pela implementação

32 Informações coletadas e disponível em: <<http://www.coc.fiocruz.br/index.php/patrimonio-cultural/politica-de-preservacao-e-gestao-de-acervos>> Acesso em: 10 nov. 2017.

e revisão da política.

Na sequência, há o segundo bloco principal onde são apresentadas as políticas específicas para cada tipo de acervo sob responsabilidade da COC: Política de Preservação e Gestão do Acervo Arquitetônico, Urbanístico e Arqueológico, Política de Preservação e Gestão do Acervo Arquivístico, Política de Preservação e Gestão do Acervo Bibliográfico, Política de Preservação e Gestão do Acervo Museológico. Os textos descrevem os acervos aos quais se referem, indica objetivos, diretrizes e normas, apresenta os programas a eles vinculados e informa os responsáveis pela execução.

O terceiro bloco é constituído por dois anexos à política. No Anexo I estão contidos os programas e os planos específicos para as políticas apresentadas no segundo bloco, e que serão desenvolvidos e acessíveis *a posteriori*. O Anexo II contém as normas gerais e específicas para as ações de preservação dos diferentes acervos (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013, p.6-7).

O documento firmado buscou “definir os princípios teóricos que deverão guiar as ações de preservação” (PINHEIRO, COELHO e WEGNER, 2013/2014, p. 30), no qual, na definição de seus princípios a COC,

“[...] adota a conservação preventiva, o gerenciamento de riscos, a conservação integrada, a preservação sustentável, a pesquisa e desenvolvimento em preservação de acervos, e a educação patrimonial como orientações estruturantes” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013, p.8).

Considerados e examinados os princípios da política de preservação da Casa Oswaldo Cruz – COC (2013, p. 7), denota-se que a instituição define a preservação como “[...] medidas e ações definidas com o objetivo de salvaguardar os bens culturais e garantir sua integridade e acessibilidade para as gerações presentes e futuras. Inclui ações de identificação, catalogação, descrição, divulgação, conservação e restauração” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013, p. 7). Define ainda como princípios centrais a conservação preventiva, o gerenciamento de riscos aliadas a conservação integrada e a preservação sustentável:

[...] Conservação integrada: Considera a participação da sociedade e demanda o acesso à informação completa, objetiva e suficiente para subsidiar a contribuição cidadã. Requer a promoção de métodos, técnicas e

competências para o restauro e a conservação, e o investimento em pesquisa e formação de pessoal qualificado em todos os níveis numa perspectiva multidisciplinar.

Preservação sustentável: Considera que os métodos e técnicas de preservação devem objetivar a eficiência no uso de recursos naturais e a diminuição do impacto ambiental. Valoriza os significados socioculturais do patrimônio cultural e natural e relaciona a conservação da sua materialidade com o seu caráter, suas identidades, valores e crenças construídos ao longo do tempo. Visa nas ações de revitalização e de intervenção a promoção da cidadania, a valorização cultural e étnica, e o desenvolvimento sustentável local (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013, p.8).

A iniciativa destacada da Casa Oswaldo Cruz – COC, lista normas orientadoras no âmbito das diferentes coleções existentes na Fiocruz: acervo arquitetônico, urbanístico, arqueológico, arquivístico, bibliográfico e museológico, a partir das quais, se destacam princípios gerais orientadores. Nessa vereda, constata-se que são indispensáveis o planejamento do financiamento e a definição dos responsáveis pela condução das diferentes coleções que compõe o patrimônio cultural da COC.

Fora analisada, e consta no objetivo da política, que alguns tópicos são apresentados de forma genérica sem um aprofundamento que auxilie o leitor a compreender a necessidade da organização de planos e programas de preservação.

Esta política estabelece os princípios gerais, as diretrizes, as responsabilidades e orienta o desenvolvimento de políticas específicas, programas, planos e procedimentos que visam a preservação dos acervos culturais das ciências e da saúde sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ, 2013, p.7) (Grifo nosso).

Face ao exposto, o documento apresenta um conjunto de princípios e objetivos gerais para que cada setor responsável por sua coleção estabeleça seu planejamento, o que exigirá do leitor a necessidade de recorrer a outras políticas específicas no âmbito das coleções existentes.

No entanto, o texto é apresentado de forma clara e objetiva, estruturado para que o leitor e/ou público/alvo do documento encontre facilmente o que procura, permitindo compreender e utilizar essa informação. De modo similar, a política analisada se torna viável ao caso em estudo, pois os princípios gerais orientadores priorizam o leitor, auxiliando-o não somente a compreender o documento, mas a alcançar metas.

Como observado, dada as diferenças entre as instituições nacionais e

internacionais, julga-se oportuno ressaltar que, mesmo tratando de instituições de preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia, constatou-se que foi registrada a implantação de suas políticas de preservação de forma genérica ou abrangente sem especificação pontual para os bens de ciência e tecnologia, no que se refere às diferentes tipologias físicas, por exemplo.

As análises deixam claro que as particularidades e os pormenores são desenvolvidos através de programas, manuais e planos específicos. Dessa forma, a política de preservação apresenta-se como um conjunto de diretrizes gerais para as ações de preservação que impactam e refletem diretamente na gestão financeira e dos recursos humanos disponíveis.

É coerente registrar que a necessidade de políticas de preservação nas diferentes instituições foram impostas e desenvolvidas no objetivo de identificar as necessidades internas e propor soluções para os problemas que enfrentavam.

No entanto, há semelhanças e também diferenças na estrutura e na organização de suas políticas, que são sintetizadas no Quadro 1 abaixo:

ESTRUTURA DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS E NACIONAIS		
Instituição/localização	Documento	Estrutura das políticas de preservação
Science Museum Group - Reino Unido	<i>Science Museum Group Conservation Policy (2005)</i>	1. Introdução 2. Padrões de conservação 3. Organização: atribuições e responsabilidades 4. Instalações para conservação 5. Atividades de conservação • Conservação interventiva • Conservação preventiva • Gestão de riscos • Apoio à gestão de coleções • Diagnóstico das coleções • Pesquisa de conservação (novos métodos e materiais) • Programas de pesquisa • Planejamento para desastres e salvamento • Conservadores externos • Logística e movimentação das coleções • Recuperação de objetos • Treinamentos 6. Aconselhamento e apoio aos museus
National Museum of Australia – Camberra	<i>Collection care and preservation policy (2012)</i>	1. Título 2. Introdução • Função • Missão • Criação • Financiador • Coleções (geral) 3. Escopo • Descrição • Objetivo • Finalidade

		4. Princípios e diretrizes • Princípios gerais • Categorização das coleções e objetos • Conservação preventiva • Gestão de riscos • Armazenamento/ acondicionamento • Exposição das coleções • Empréstimo das coleções • Acesso às coleções • Catástrofes e emergências • Manutenção das coleções • Pesquisa • Divulgação 5. Definição dos termos • Conservador • Conservação • Ética em conservação • Tratamentos de conservação • Desastres • Documentação • Conservação preventiva • Preservação • Restauração • Significância • Condições de conservação • Critérios para gestão de risco 6. Definição de responsabilidades 7. Referências 8. Implementação
American Museum of Natural History - New	Estratégias de gerenciamento de risco baseadas nos dez agentes de	Dez agentes de deterioração 1. Luz, ultravioleta e infravermelho

York, EUA	deterioração definidos pelo Canadian Conservation Institute	2. Temperatura incorreta 3. Umidade relativa incorreta (RH) 4. Poluentes 5. Pragas 6. Forças físicas 7. Fogo 8. Água 9. Ladrões e vândalos 10. Dissociação
Museu de Astronomia e Ciências Afins – Rio de Janeiro	Política de preservação de acervos institucionais (1995)	Introdução Política de preservação Princípios gerais Princípios específicos 1. Conservação 2. Documentação 3. Seleção/Aquisição 4. Processamento técnico 5. Pesquisa 6. Acesso 7. Disseminação 8. Treinamento e capacitação 9. Restauração 10. Segurança Glossário
Casa Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro	Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde (2013)	1. Introdução 2. Definições 3. Objetivo 4. Princípios 5. Diretrizes 6. Programas de Preservação e Gestão 7. Responsabilidades 8. Normas

		9. Financiamento 10. Revisão 11. Política de Preservação e Gestão do Acervo Arquitetônico, Urbanístico e Arqueológico 12. Política de Preservação e Gestão do Acervo Arquivístico 13. Política de Preservação e Gestão do Acervo Bibliográfico 14. Política de Preservação e Gestão do Acervo Museológico Referências Anexo I – Programas de Preservação e Gestão • Programa de incorporação • Programa de processamento técnico • Programa de conservação e restauração • Programa de segurança • Programa de acesso, empréstimo e reprodução • Programa de difusão cultural Anexo II - Normas • Legislação geral • Normas orientadoras gerais • Normas específicas ao acervo arquitetônico, urbanístico e arqueológico • Normas específicas aplicadas ao acervo arquivístico • Normas específicas aplicadas ao acervo bibliográfico • Normas específicas aplicadas ao acervo museológico • Normas específicas para a pesquisa & desenvolvimento em preservação • Normas específicas para educação em preservação e gestão de acervos
--	--	---

Quadro 1 - Estrutura das políticas de preservação nas instituições internacionais e nacionais analisadas.

Fonte: Elaborado por Fernando José R. dos Santos

Estando os conceitos definidos, de forma geral, passa-se para a análise das políticas de preservação elencadas pelas instituições avaliadas, historicamente detentoras de coleções de ciência e tecnologia. O propósito é analisar e discutir as políticas aqui demonstradas no intuito de avaliar sua aplicabilidade ao MH-MT.

Dos documentos apresentados pelas instituições, em nível de prioridade os que se destacam pela utilização conceitual como princípios centrais de suas políticas são:

- Introdução;
- Princípios;
- Diretrizes;
- Definições;
- Financiamento;
- Planos e/ou programas estratégicos de conservação preventiva;
- Definição de responsabilidades e/ou divisão de funções;
- Documentação das ações/atividades de conservação;
- Gestão de riscos;
- Treinamento e/ou atualização;
- Divulgação, disseminação e pesquisa;
- Revisão.

Pode-se afirmar que, nas instituições internacionais e nacionais analisadas, a preservação é compreendida no sentido de proteger e garantir a integridade do bem cultural, conservando-o por mais tempo.

As diretrizes das políticas institucionais aqui consideradas, conceitualmente estão em sintonia e alinhadas com as práticas internacionais e também nacionais. Nesta perspectiva, as diretrizes de preservação utilizadas na fundamentação conceitual do “guarda-chuva” de Lisa Fox *apud* Zúñiga (2012), associadas às fundamentações de ICOM (2010), alinham-se à fundamentação conceitual das instituições selecionadas para análise.

Apoiado pelos conceitos acima expostos, e com o propósito de proporcionar que ações, planos e projetos de preservação sejam incorporadas por todos os que atuam direta ou indiretamente em instituições museológicas, reforça-se a necessidade do planejamento e implementação de políticas, procedimentos e

processos que propiciem condições para conscientização da atuação de cada profissional/servidor como agente de preservação.

O modelo de gestão dos museus sob responsabilidade da SEC-MT, empreendido pelo atual governo (2015-2018), é realizado nos termos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos - OSCs, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, com duração de cinco anos.

Diante dos recursos escassos que nacionalmente são destinados à cultura e aos museus, este modelo de gestão administrativa, econômico-financeira, de formação, pesquisa e preservação foi a forma encontrada pela SEC-MT para assegurar previsão orçamentária anual e transferência periódica de recursos que garanta o pleno funcionamento dos museus de responsabilidade do estado.

A iniciativa da SEC-MT, ao utilizar a Lei Federal nº 13.019/2014 para gestão de museus, é inovadora no Brasil e foi reconhecida publicamente como ampliação de políticas públicas e garantia de apoio financeiro na área cultural, especificamente em museus, no 7º Fórum Nacional de Museus, realizado de 30/05 a 04/06 do ano de 2017 em Porto Alegre - RS.

Em todas as iniciativas internacionais e nacionais, a divisão das atividades de preservação em funções e/ou responsabilidades é fundamental, mas inviável para o modelo de gestão realizado por OSCs e empreendido no MH-MT. Ainda esbarra no baixo orçamento disponibilizado para gestão dos museus que é realizado por OSCs e na dificuldade da disponibilidade de conservadores, uma vez que nem museólogos são encontrados no mercado de trabalho do estado de Mato Grosso, quanto mais conservadores qualificados e especializados.

No entanto, constatada a ausência de profissionais conservadores e museólogos, recai sob a SEC-MT a criação de mecanismos, cursos de atualização, e políticas que garantam a preservação da coleção de ciência e tecnologia, tendo em vista que, legalmente, é responsável em orientar, acompanhar e fiscalizar a atuação das organizações da sociedade civil em ações de preservação.

Este talvez seja o maior obstáculo, tendo em vista que em Mato Grosso

não existem cursos de qualificação profissional nas áreas de museologia e preservação de acervos. Cursos nestas áreas ainda são encontrados em outras capitais, dificultando a qualificação de muitos, uma vez que são desestimulados pela ausência de programas e políticas de qualificação institucionais (pública ou privada), alto investimento financeiro, afastamento das atividades profissionais, entre outros. É oportuno frisar que as instituições de salvaguarda de acervos de Mato Grosso enfrentam a ausência de profissionais na área de preservação e museologia, os poucos profissionais identificados na área de museologia no estado são servidores efetivos da Universidade Federal de Mato Grosso.

O acompanhamento de um profissional qualificado que forneça conhecimentos especializados para minimizar os danos das coleções é fundamental. As organizações sociais sem fins lucrativos, quando necessitam de procedimentos de 'restauração', terceirizam os serviços, encaminhando as coleções para restauradores que nem sempre adotam os protocolos estabelecidos, e os resultados das intervenções nem sempre são satisfatórios e, na maioria dos casos, irreversíveis.

Todas as iniciativas institucionais analisadas investem em treinamentos para a preservação das coleções, e esta é uma possibilidade para o estudo em questão, ou seja, investir em conservadores especializados que ministrem cursos, oficinas, treinamentos periódicos através de consultorias, treinamentos às instituições museológicas ou parcerias, e/ou cooperações técnicas com instituições públicas que detenham a preservação de acervos.

Considerando a relevância das coleções de ciência e tecnologia, bem como a existência de diferentes agentes de deterioração, requer-se que as OSCs detentoras destas coleções e responsáveis pela gestão do MH-MT definam ações em âmbito institucional de planejamento, captação e alocação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos para preservação e conservação preventiva.

1.6 Políticas de preservação do patrimônio cultural no Estado de Mato Grosso

Sobre a análise da preservação do patrimônio cultural no estado de Mato Grosso, Lacerda (2008) afirma:

Um dos maiores entraves à preservação do patrimônio cultural mato-

grossense é a falta de acesso, por parte da sociedade, de maiores informações sobre as razões da necessidade de proteção de cada um dos bens tombados, e quais os procedimentos necessários para garantir o acesso da comunidade e das próximas gerações a todo o seu universo de significados simbólicos, histórico-culturais, artísticos e ambientais (LACERDA, 2008, p. 15).

A afirmação de Lacerda (2008) explica o cenário da preservação do patrimônio cultural mato-grossense, onde apesar das perdas, há muito que desenvolver. No final do século XIX e início do século XX, Cuiabá e o estado de Mato Grosso se desenvolveram a partir da cicatriz do isolamento e do atraso, assemelhando-se ao exílio, pois eram marcados pela falta de transporte, de comunicação de trem de ferro, dentre outros elementos fundamentais de infraestrutura.

Cuiabá, ainda com ares de cidade provinciana, não era tão atrativa como as demais capitais do país, pois ainda relembra a imagem da colônia e o discurso modernista de uma cidade moderna, anunciado pelos intelectuais, e o governo deixava a toda população empolgada por mudanças que assemelhassem a cidade às grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesta perspectiva, Lacerda (2008), ao analisar a preservação e história no município de Cuiabá, discorre que os “discursos de intelectuais historiadores cristalizaram uma memória hegemônica: afirmava a não existência de monumentos-documentos dignos de preservação em Cuiabá” (LACERDA, 2005, p.119).

Este desejo em abandonar as representações do período colonial, posteriormente, estimulou a modernização do centro histórico de Cuiabá. Desta forma, acreditava-se que a “modernização” reduziria o isolamento evocando a prosperidade.

Estas transformações ocorreram na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, quando propunha a “Marcha para o Oeste”, no qual Cuiabá consolidou-se como capital do estado de Mato Grosso sob intervenção federal de Júlio Strubing Müller.

O sonho da construção da BR 163, ligando a capital Cuiabá no Mato Grosso a Santarém no Pará, começou no final dos anos 1940, quando Getúlio Vargas propunha a “Marcha para o Oeste”, tinha como principal objetivo colonizar áreas despovoadas e aumentar a participação da Amazônia na economia do Brasil (SANTOS, 2014, p.10).

Este período de modernização ficou conhecido pela historiografia local como “Obras Oficiais” viabilizando a construção de edificações com características

arquitetônicas que remetem aos estilos *Art déco* e *Art nouveau*³³ associando-se ao período de modernização do país. São elas: Grande Hotel, Banco do Brasil, Cine Teatro Cuiabá, Palácio da Justiça, Casa dos Governadores, Secretaria Geral, Colégio Estadual Liceu Cuiabano, Ponte Júlio Müller e Estação de Tratamento de Águas.

Houve diferenças de tratamento dos vários tipos de elementos do patrimônio cultural local, pois os documentos escritos mereceram cuidado desde a virada do século XIX para o século XX por parte de historiadores locais com a criação de um Arquivo Público e de uma Biblioteca Pública em Cuiabá (LACERDA, 2005, p.120).

Referente aos acervos museológicos tem-se na memória cuiabana a criação, em 1916, do Museu Dom José, organizado pelo advogado Eupharsio da Cunha Cavalcanti. Segundo Lenine C. Póvoas, ao analisar a história da cultura mato-grossense, citando um artigo publicado no jornal “A Cruz” de 17/11/1935 pelo Sr. Herculano Teixeira D’Assumpção:

[...] o Museu “Dom José” é um escrínio de história natural, de anthropologia, ethnographia, ethnologia, etc. Alli tudo se encontra disposto em secções que guardam a perfeita relatividade entre os objectos expostos.
[...] notei as seguintes coleções: minérios, botânica, ornitologia, ichthyographia, entomologia, química, pinturas, modas antigas, revolução paulista, móveis, mineração, religião, armas, numismática, fiduciárias, prisões, moedas estrangeiras, alfaías e uma coleção em homenagem ao ilustre explorador inglez, Coronel P. H. Fawcet (PÓVOAS, 1982, p. 164-169).

Cabe informar que o Museu Dom José era uma coleção particular e, segundo Póvoas:

O Dr. Eufrasio Cunha recebeu, certo dia, de outro Estado, uma proposta de compra de todo o acervo do seu Museu. Sentindo-se alquebrado, procurou o Governo do Estado de Mato Grosso e ofereceu-lhe o Museu Dom José, dizendo que o venderia pela metade do preço que lhe estava sendo oferecido, por desejar que permanecesse para sempre em Cuiabá, pois em outro lugar

33 *Art nouveau*: movimento que surgiu na Europa, entre 1890 e 1910. Chegou ao Brasil nos primeiros anos da República, com o nome de arte floreal, e, como na Europa, exerceu forte influência na arquitetura e nas artes gráficas. A *art nouveau* influenciou no espaço, com suas paredes curvas, suas sinuosas ornamentações, mas não chega a um patamar de grande diversificação de obras, fica timidamente encontrada em algumas poucas fachadas, com o advento da arquitetura do ferro, e seu forte mesmo são os interiores, como forma de decorativismo.

Art déco: No Brasil, tem seu surgimento por volta de 1890/1900. O *art déco* é marcado pelo rigor geométrico e predominância de linhas verticais, havendo a tendência de tornar, através da percepção, o edifício mais alto. Destaca-se o uso do concreto (betão) armado, das esculturas com forma de animais, o uso dos tons de rosa e a geometrização das formas. Disponível em: <<https://archibrasil.wordpress.com/arte-nouveau/>> Acesso em: 20 ago. 2017.

não teria o mesmo sentido. Infelizmente o Governo de Mato Grosso não se interessou pela aquisição de tão valioso acervo e todo ele foi transferido para outro Estado! Um erro imperdoável, perante a História (PÓVOAS, 1982, p. 170).

Lacerda confirma que “em 1936, grande parte do acervo foi vendida ao Museu Paulista, ao Museu de Arte Sacra de São Paulo e ao Museu de Pernambuco” (LACERDA, 2005, p.120).

A partir da Constituição de 1934 e, posteriormente, por meio da criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Nacional – SPHAN, que passa a desenvolver trabalhos de preservação do patrimônio histórico nacional, com base no Decreto Nº 25, de 30/11/1937, em Mato Grosso, Lacerda (2008, p. 27) ressalta que:

[...] alguns intelectuais discutiram a questão do patrimônio cultural de Seu Estado sem nada fazer, alegando que o patrimônio cultural mato-grossense não existia porque esta era uma sociedade construída por paulistas-bandeirantes. Portanto, nada havia digno de preservação (LACERDA, 2008, p.27).

Ainda segundo o mesmo autor,

A percepção da cultura material, presente no cotidiano dos ambientes urbanos foi escamoteada através de discursos erroneamente construídos, com duas consequências. De um lado, o esvaziamento dos sentidos dos espaços urbanos, de seus equipamentos, dos objetos utilitários/decorativos elaborados com arte. De outro, a despreocupação generalizada, principalmente nos estratos de gerenciamento da coisa pública, com sua preservação (LACERDA, 2008, p. 27).

As primeiras medidas institucionais de preservação do patrimônio cultural em Mato Grosso ocorrem a partir da década de 1970 que, segundo Lacerda (2005, p.130), foi ocasionado pelo: I Simpósio Estadual de Pesquisa Histórica (1973), Criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (1975), Redimensionamento do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Cuiabá (1976), Criação do Curso de História da UFMT (1977), Criação da Casa da Cultura da Prefeitura Municipal de Cuiabá (1979) e a Criação do Escritório Técnico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Cuiabá (1984).

Em 1975 é criado pelo Governo do Estado, através do Decreto Estadual nº 126 de 31/07/1975, a Fundação Cultural de Mato Grosso³⁴. A instituição era o órgão

34 Lei nº 3.632 de 20/06/1975.

responsável pela difusão, incentivo, registro e preservação das manifestações culturais e de estimular, por todas as formas, as manifestações da cultura do Estado. Foi instalada no antigo “Palácio da Instrução”, onde dividiu espaço com a “Biblioteca Pública do Estado” e “Atelier Livre” (PÓVOAS, 1982, p.213).

Uma das primeiras e importantes providências da então recém-criada Fundação Cultural de Mato Grosso foi à elaboração de uma legislação que garantisse a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado. Esta legislação foi garantida através da Lei nº 3.774 de 20/09/1976, na qual foram tombados os edifícios históricos do Seminário da Conceição, da Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho e o Chafariz do Mundéo, ambos no município de Cuiabá.

Em função da política proposta, a preocupação com a preservação estava voltada aos bens materiais edificados, posteriormente esse cenário foi sendo modificado.

Ainda, a Lei nº 3.774 de 20/09/1976, em seu Art. 24, prevê seu primeiro museu, o atual Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT):

Art. 24 A Fundação Cultural de Mato Grosso, manterá para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, um Museu Histórico em sua sede e tantos outros museus quantos se tornarem necessários, devendo, outrossim, providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus municipais ou particulares, com finalidades semelhantes (MATO GROSSO, Lei nº 3.774, 1976).

Dois anos depois, em 12/08/1978, foi inaugurado o “Museu Histórico”, “Museu de História Natural e Antropologia” e “Museu de Arte Sacra”³⁵ (PÓVOAS, 1982, p.215), ocupando o pavimento superior do Palácio da Instrução, localizado no centro histórico da cidade de Cuiabá.

É possível verificar que a década de 1970, que coincide com a criação da Fundação Cultural de Mato Grosso, foi marcada por significativas transformações na cultura mato-grossense. As ações públicas voltadas à preservação dos bens culturais, incentivadas pela elite intelectual de Cuiabá, e oriundas do governo estadual, expressaram clara mudança na percepção da preservação do patrimônio cultural.

No estado de Mato Grosso, no decorrer da década de 1970 até a década de 1980, “o fluxo de pessoas para as áreas de abrangência da BR 163, Cuiabá-Santarém ocorrem com os processos de colonização implantados na metade da

35 Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Nº 17.639 de 08/08/1978, p. 03.

década de 1970” (SANTOS, 2014, p.10). Cuiabá se torna um entroncamento de migrantes vindos de diversas partes do país, desencadeando inúmeras transformações, entre elas a vinda de diversas culturas, a destruição do patrimônio histórico através de demolições de imóveis históricos e ambiental com a abertura da BR 163.

Nesta perspectiva de transformações sociais e de colonização do norte do estado, na década de 1980, a Fundação Cultural foi absorvida pelo discurso da “pluralidade de diferenças” da “afirmação da herança histórico-cultural”, ingressando num percurso de conscientização da identidade cultural, fundada na cultura cuiabana.

Sobre o “choque do novo” Alves, afirma:

A grande verdade que nós devemos aceitar, ativa e modestamente, é que o nosso estado não tem absolutamente nada que o identifique culturalmente. Mato Grosso não representa nada no contexto nacional.

[...] A nossa economia vem do primitivo, do feudalismo, das relações de troca, pura e simples, (ouro por arroz), do pré-capitalismo e dos primeiros sinais (computadores estão chegando) de modernização. O choque do novo nas relações econômicas é brutal.

[...] Somos hoje uma encruzilhada. Cuiabá virou um entreposto, uma estação do velho oeste para os que o estão redescobrimo (ALVES, 1987, p. 32).

Empenhados na busca do resgate da cultura mato-grossense, em 1983, é assinada pelo Governador Júlio José de Campos a Lei nº 4.570 de 30/06/1983, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da Literatura Mato-grossense nos currículos das escolas de 1º e 2º Graus do Estado de Mato Grosso”. Diz a mencionada lei:

Art. 2º. A Literatura Mato-grossense será estudada, em todas as séries do 1º Grau, através de textos de escritores mato-grossenses, variando em conteúdo e métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Parágrafo único. Considera-se escritor mato-grossense aquele que, residindo em Mato Grosso, haja editado alguma obra (MATO GROSSO, Lei nº 4.570, 1983).

Mais adiante, o Art. 3º trata do 2º Grau: “No ensino de 2º Grau a Literatura Mato-grossense será incluída como parte integrante da disciplina de Literatura Brasileira, tratada como disciplina única, e dosada de forma a permitir o domínio do elemento linguístico e literário”.

Prossegue no Art. 4º: “O ensino de Literatura Mato-grossense convergirá para o cultivo da linguagem como expressão da cultura regional conduzindo o aluno

à descoberta e compreensão dos valores mais típicos”.

Posteriormente, em 1990 é promulgada a Lei nº 5.573 de 06/02/1990, incluindo além da Literatura mato-grossense “a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de História e Geografia de Mato Grosso”. Diz a mencionada lei no Art. 1º que “Passa a ser obrigatório o ensino da História, da Geografia e da Literatura de Mato Grosso nas Escolas Públicas ou Particulares, de 1º e 2º Graus, que funcionem no Estado.

Prossegue ainda no Art. 2º: “Nos cursos de 1º Grau o ensino se restringirá a noções de História e Geografia de Mato Grosso, como complemento das noções gerais de História e Geografia do Brasil’.

Como pode-se observar, o foco sobre a preservação do patrimônio cultural é valorizado pela necessidade e a preocupação em proteger e garantir a sobrevivência da população através de seus saberes e fazeres. As políticas culturais passam prever o resgate através da obrigatoriedade do ensino da literatura, história e geografia de Mato Grosso, abordando temas usuais do cotidiano cuiabano, do trabalho, da religião e de jeito de ser.

Alves (1987), em seu artigo “O choque do novo”, assim conclui suas reflexões:

Não quero como cuiabano, viver de contos e lendas. Não quero desaparecer, com a minha identidade, com o meu passado cívico, aos poucos, alquebrado, como o velho índio à beira da estrada.
[...] Mato Grosso precisa de uma Identidade Cultural. Precisamos ser, mais que estar (ALVES, 1987, p. 33).

Esta foi a realidade encontrada pelo governo de Carlos Bezerra (1987-1990) e pelo então presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso, Sebastião Carlos Gomes de Carvalho. Assim, afirmava em seu discurso de posse: “Nesse quadro formado de pluralidade e diferenças, é que estamos construindo a nossa identidade cultural” (CARVALHO, 1987, p.41).

O então presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso, no artigo “Cem dias na cultura” (CARVALHO, 1987, p. 44), realizou um diagnóstico da situação e quanto aos museus, e assim afirmou:

[...] o “Museu de Arte Sacra”, o “Museu Histórico” e o “Museu de História Natural e Antropologia”, que compõem o Conjunto Museológico do Estado, deparavam com dois fatores conjunturais de extrema gravidade: a falta de

elemento humano, qualificado a nível profissional e apto para o desenvolvimento de suas funções e a “inoperacionalidade de seus acervos” (CARVALHO, 1987, p. 44).

Esta era a situação que os acervos museológicos estavam a anos relegados, ao esquecimento, ao descaso e sem políticas que garantissem sua preservação, salvaguardando para as gerações futuras. No entanto, no mesmo artigo, denota-se que o foco foi direcionado a reestruturação da Biblioteca Pública Estadual “Estevão de Mendonça”, na descentralização do processo de produção cultural, com estímulo aos setores da produção cultural ligados as áreas de música, literatura, vídeo, dança e artes plásticas.

Aos museus “[...] conduziu a implantação de uma das metodologias de utilização dinâmica e atual, dotando-os de pessoa, treinado e especializado, com uma nova **proposta de atendimento cujo principal objetivo é o usuário**” (ALVES, 1987, p.47) (grifo nosso).

Observa-se, desta maneira, que aos museus restaram o foco ao usuário, o que poderia ser mal interpretado como um distanciamento da preservação dos acervos. No mesmo documento “Cem dias na cultura”, Carvalho (1987) cita a criação de um laboratório de restauração de caráter multidisciplinar, que não foi executado. Considerando-se que, para a implantação de um “laboratório de restauração” são necessárias pessoas qualificadas, sendo talvez esse um dos motivos pelos quais o referido laboratório não foi operacionalizado, o então presidente, ao assumir a Fundação de Cultura, encontrou os museus na mesma situação, ou seja, com: “[...] a falta de elemento humano, qualificado a nível profissional e apto para o desenvolvimento de suas funções e a inoperacionalidade de seus acervos” (CARVALHO, 1987, p. 44).

Durante o levantamento das fontes algumas barreiras foram enfrentadas, ocasionadas pela distribuição e perda de muitos documentos, que ocorreram a partir do desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura que transformou a Fundação Cultural em Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso.

Em 1995 a Fundação Cultural de Mato Grosso foi substituída pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso – SEC/MT através da Lei Complementar nº 36 de 11/10/1995, regulamentada pelo Decreto nº 506 de 14/11/1995, representando o Estado nesta rede institucional de apoio à cultura, tendo a:

“[...] competência de planejar, normatizar, coordenar, executar e avaliar a política cultural do Estado, compreendendo a pesquisa histórica, a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, concepção, formulação, normatização e gestão de fundos especiais destinados ao desenvolvimento da cultura no Estado, além de exercer outras atividades previstas nos termos do seu regimento” (MATO GROSSO, Lei Complementar nº 36, 1995).

No âmbito da nova Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, a Constituição Federal estabelece em seu Art. 18 que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição [...]”.

Segundo Eder Antunes Caixeta (2014), por mais que a autonomia se configure pela capacidade de auto-organização (cada Estado pode ter suas próprias leis e constituição), autogoverno (cada Estado escolhe seu governante) e de autoadministração (cada Estado pode adotar seu modelo de administração), isso não se sustenta sem uma independência mínima, o que também pressupõe capacidade de autossuficiência financeira.

Ainda segundo o mesmo autor:

Em resumo, de forma expressa, os entes federados - União, Estados, Municípios e DF - constituem a atual configuração política do Brasil, sendo dotados de autonomia. No entanto, a simples expressão constitucional acerca da autonomia não é suficiente para resguardá-la no mundo fático. Faz-se necessário delimitar as atuações dos entes, atribuindo-lhes, por meio de normas, competências, e por óbvio, prevendo destinação de recursos financeiros para dar suporte às demandas dentro do cenário prático. (CAIXETA, 2014)

Este recorte é necessário para se compreender que mesmo possuindo normas e legislações internacionais e nacionais, no âmbito da preservação do patrimônio cultural tais como: Cartas Patrimoniais, Constituição Federal, Decreto Lei nº 25/1937, Lei Federal nº 11.904/2009, conhecida como Estatuto de Museus, entre outros, ainda não são suficientes para que os estados garantam a preservação de seus acervos, pois, é responsabilidade de cada Estado, a partir de sua realidade, propor suas próprias normas e leis.

Nesse sentido, tendo em vista a autonomia constitucional que se configura pela capacidade de auto-organização, no qual cada Estado pode ter suas próprias leis, os Estados são responsáveis em legislar os assuntos que lhe são pertinentes.

Atualmente, nessa perspectiva, a única política que rege a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural no Estado de Mato Grosso é a Lei nº 9.107

de 31/03/2009, que atribui, genericamente, à Secretaria de Estado de Cultura a tarefa de “registrar, tombar e zelar por sua proteção e vigilância”.

A preservação do patrimônio cultural realizado pela SEC-MT é definida em atos administrativos fiscalizatórios, sendo que foi possível se constatar que não há metodologias, estratégias elaboradas através de guias ou manuais, por exemplo, que orientem a preservação dos acervos de ciência e tecnologia, uma vez que, “registrar, tombar e zelar por sua proteção e vigilância” não garante a preservação, justificando-se a relevância do tema objeto desta pesquisa, qual seja, a elaboração de políticas de preservação de acervos de ciência e tecnologia.

No ano de 2015, uma nova estrutura organizacional da SEC-MT foi aprovada pelo Decreto nº 167, de 01/07/2015. A Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural, setor responsável pela preservação do patrimônio cultural do Estado, está organicamente dividida em Gerência de Equipamentos Culturais e Gerência de Inventário, Tombamento e Registro. Faz parte da Superintendência de Infraestrutura e Articulação Institucional que também tem sob sua estrutura a Coordenadoria do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e a Gerência da Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça.

Assim regulamenta o Regimento Interno da SEC-MT:

Art. 37 A Superintendência de Infraestrutura e Articulação Institucional tem como missão analisar, implementar e executar as políticas de preservação do patrimônio histórico material e imaterial, bibliotecas, museus e equipamentos culturais, bem como realizar a articulação institucional com outros poderes, órgãos e esferas governamentais

[...]

Art. 38 A Coordenadoria de Patrimônio Cultural tem como missão a preservação do patrimônio cultural, entendido como um conjunto de bens materiais e imateriais que servem de referência à identidade, à ação ou à memória dos diferentes grupos formadores de uma sociedade.

[...]

Art. 39 A Gerência de Equipamentos Culturais tem como missão contribuir para a conservação e gestão dos equipamentos culturais mato-grossenses, de acordo com os instrumentos disponíveis e a política de preservação de patrimônio do Estado de Mato Grosso.

[...]

Art. 40 A Gerência de Inventário, Tombamento e Registro tem como missão inventariar o patrimônio material e imaterial apropriado para tombamento e registro no Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, Decreto nº 1.041, 2017).

Atualmente, o único instrumento normativo e regulatório de proteção do patrimônio cultural do Estado de Mato Grosso, Lei nº de 31/03/2009, considera no Art.1º, § 1º, os bens móveis e imóveis admissíveis à preservação:

§ 1º São considerados bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, para os fins desta lei:

I - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

II - as cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e rurais, os sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, antropológico, ecológico, natural, científico e inerente a relevantes narrativas de nossa história cultural;

III - os monumentos;

IV - as bibliotecas;

V - os arquivos;

VI - as jazidas;

VII - as cachoeiras, os rios e nascentes. (MATO GROSSO, Lei nº 9.107/ 2009)

Mesmo a lei reconhecendo as possibilidades de patrimônio de forma ampla, considerando os acervos de ciência e tecnologia objeto deste estudo, observa-se que ainda é genérica, pois os reconhecem como bens móveis e imóveis de proteção/preservação as cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e rurais, e os sítios de valor científico.

Observa-se que a ausência de regulamentações e atos normativos como estratégias de efetivação da lei, uma vez que, a mesma não define com clareza e precisão quais são os “bens móveis” de ciência e tecnologia que devem ser protegidos, pois não há definição e caracterização da tipologia dos acervos: objetos, bibliográficos, documentais, etc. Os demais acervos poderiam se enquadrar nos Incisos I, IV e V, restando a interpretação dos responsáveis pelo órgão na definição.

Como na Carta Magna, o mecanismo de proteção mais utilizado é através do registro e tombamento, mesmo possuindo outros mecanismos de preservação como inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e acautelamentos (CF, 1988, Art. 216, § 1º).

No estado de Mato Grosso não é diferente, uma vez que a Lei Nº 9.107 de 31/03/2009, não garante um livro tomo para objetos e monumentos relacionados à ciência e tecnologia. Assim, seu patrimônio, quando tombado, recai como item histórico, conforme pode ser constatado:

Art. 4º A SEC possuirá 04 (quatro) Livros de Tombo, nos quais serão inscritos os bens tombados, em esfera de proteção estadual, com a seguinte distribuição:

I - no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico serão inscritos os bens pertinentes à categoria de artes ou achados arqueológicos, etnográficos e ameríndios, arte popular, grutas ou jazidas pré-históricas, paisagens naturais, espaços ecológicos, recursos hídricos, monumentos e sítios ou reservas naturais, parques e reservas federal, estadual ou municipal

e coisas congêneres;

II - no Livro de Tombo Histórico serão inscritas as coisas de interesse histórico, as obras de arte históricas e os documentos paleográficos, antropológicos e bibliográficos;

III - no Livro de Tombo de Belas Artes serão inscritas as coisas de arte erudita estadual, nacional, estrangeira, antiga e moderna;

IV - no Livro de Tombo das Artes Aplicadas serão inscritas as obras nacionais estrangeiras, que se incluam na categoria das artes aplicadas. (MATO GROSSO, Lei nº 9.107, 2009).

Os antigos instrumentos regulatórios estão sendo revisados e novos estão previstos. É o caso da Lei nº 10.363, de 27/01/2016, que institui o Plano Estadual de Cultura³⁶. No entanto, ainda não define com clareza quais os acervos de ciência e tecnologia, por exemplo que devem ser preservados, uma vez que são compreendidos no conjunto:

Art. 3º Compete ao Poder Público, nos termos esta Lei: [...]

VI garantir a preservação do patrimônio cultural mato-grossense, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; (MATO GROSSO, Lei nº 10.363, 2016).

A diversidade cultural do estado de Mato Grosso começa a ser percebida e valorizada, no entanto, é propiciada apenas pela necessidade de documentação, sem o estabelecimento de estratégias, planos e políticas específicas de preservação relativos ao patrimônio cultural de ciência e tecnologia.

Neste mesmo contexto, inclui-se também a falta de políticas voltadas para a área de preservação e restauração dos acervos, a falta de especialistas e, principalmente, investimentos, que prevejam a criação de um laboratório de conservação e restauro.

Quando os acervos precisam passar por procedimentos de conservação curativa e/ou restauro, a OSC responsável pela gestão econômica-administrativa dos

36 Plano Estadual de Cultura é um instrumento de gestão de longo prazo, 10 (dez) anos, no qual o Poder Público assumiu a responsabilidade de implantar políticas culturais que ultrapassam os limites de uma única gestão de governo. O Plano estabeleceu diretrizes, estratégias e ações, definiu prazos e recursos necessários para sua implementação. A partir das diretrizes definidas pela Conferência Estadual de Cultura, que contou com ampla participação da sociedade, o Plano foi elaborado pela Secretaria de Estado de Cultura, com a colaboração do Conselho Estadual de Cultura. Os planos nacional, estadual e municipal devem ter correspondência entre si e serem aprovados pelos respectivos Poderes Legislativos. Disponível em: <<http://www.cultura.mt.gov.br/plano-estadual-de-cultura>> Acesso em 21 ago. 2017.

museus da SEC-MT, que não possuem experiência em avaliar e diagnosticar os danos, contratam empresas e/ou pessoas para realização das intervenções que cometem procedimentos, na maioria dos casos, irreversíveis.

Mas, as políticas culturais do estado estão avançando na perspectiva de mudanças na área de preservação de acervos, visto que a mesma lei que institui o Plano Estadual de Cultura, em seus anexos, garante novas implementações:

DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

Do Estado - Gestão Da Cultura

1.6.3 Criar política de preservação de acervos.

1.6.4 Criar e implementar o Sistema Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural.

[...] Da Diversidade Artística e Cultural

2. Desenvolver políticas, programas e ações de valorização da diversidade artística e cultural do Estado, que promovam reconhecimento, preservação, fomento, intercâmbio e difusão das expressões e do patrimônio histórico e cultural.

[...] 2.1.4. Promover capacitação na área de patrimônio para formação e qualificação da mão de obra local, para restauro, higienização e catalogação de acervos do patrimônio, material e imaterial nas regiões. (MATO GROSSO, Lei nº 10.363, 2016).

No entanto, em face do processo de reformulação das políticas públicas culturais do Estado de Mato Grosso, visando aprimorar os sistemas de gestão do patrimônio cultural, torna-se propício estabelecer diretrizes para a implementação de políticas de preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia, ou de outras que se tornem pertinentes. Momento este em que é proposta, através desta pesquisa, estratégias que induzam discussões sobre a importância da preservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia que poderão auxiliar na elaboração de manuais, planos e guias de preservação em nível estadual.

Há muito que se investiga no que diz respeito à contribuição de Mato Grosso para o Brasil. Nesta perspectiva, entende-se que as coleções de ciência e tecnologia, ao estarem preservadas e em condições adequadas à difusão, poderão constituir recurso de pesquisa, revelando conteúdo extenso e diverso sobre o desenvolvimento das ciências e das técnicas em solo mato-grossense.

No caso específico desta pesquisa, o objetivo, ao implementar uma política de preservação, é fornecer mecanismos que prolonguem por mais anos a vida útil dos acervos, de sua memória, dos fatos ou valores culturais de uma nação, de um povo, de uma sociedade ou de uma comunidade científica.

Parte-se do pressuposto e entendimento que a estruturação de uma política

de preservação deve levar em consideração um conjunto de ações voltado para garantir a integridade físico-química, para combater a deterioração dos diferentes suportes, sejam papéis, madeira, gesso, metal entre outros. Neste contexto, o estudo constará de uma política de preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, ambicionando orientar e auxiliar a salvaguarda do patrimônio cultural das demais instituições do estado, públicas e/ou privadas, que possuem a guarda de acervos como objetos, documentos, arquivos e publicações bibliográficas, etc.

CAPÍTULO 2.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: O CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO (MH-MT)

2. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: O CASO DO MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO (MH-MT)

O presente capítulo trata do inventário, do diagnóstico do edifício e da coleção, avaliando o estado de conservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia salvaguardado no MH-MT. As análises destes dados subsidiarão as áreas prioritárias que comporão a proposta da política de preservação. Nesta perspectiva, busca-se caracterizar espacialmente a coleção, inventariar, avaliar os riscos e declarar seu significado, conforme detalhado abaixo:

a) A caracterização espacial “permite identificar os principais fatores que interferem na instituição museológica, considerando o edifício, a região³⁷, o entorno, o acervo, os recursos humanos e o público, face às diferentes atividades desenvolvidas pelo museu” (CAMACHO, 2007, p. 8). Para o diagnóstico do edifício, da instituição e da coleção foram combinados os procedimentos de Camacho (2007), expostos no intitulado *“Plano de Conservação Preventiva: Bases orientadoras, normas e procedimentos”*, do Instituto dos Museus e da Conservação de Portugal, e no guia de Dawson (2004), *“Parâmetros para a Conservação de Acervos, 5º volume da série Museologia – Roteiros Práticos”*, traduzido pela Fundação Vitae de *“Resource: The Council for Museums, Archive and Libraries”*.

Para coleta dos dados e organização da metodologia que fosse adequada ao objeto da pesquisa, utilizou-se como critérios os itens “I. Caracterização e II. Avaliação de Riscos” da metodologia organizada por Camacho (2007), combinando-os com a metodologia de Dawson (2004). Foram adotados os critérios considerados pertinentes ao desenvolvimento desta etapa do trabalho. Entretanto, se reconhece que os demais critérios que fazem parte da metodologia poderão, na sequência, complementar a proposta da política.

Pode-se dizer que ambos se constituem em “guias para a elaboração de diagnósticos sobre o estado de conservação de coleções e uma valiosa ferramenta para o planejamento e gerenciamento eficaz de ações de preservação” (DAWSON, 2004, p. 9).

Depois de comparadas as metodologias de diagnóstico de Camacho (2007) e Dawson (2004), foram realizadas adaptações, combinando os diferentes elementos

37 Considera-se como sendo a “região”, a divisão territorial administrativa, englobando os diferentes bairros e entorno, os espaços circundantes e/ou arredores à volta da edificação.

de cada metodologia, o que permitiu, de forma objetiva, estabelecer parâmetros que se adequassem à realidade institucional do MH-MT.

b) Identificação, caracterização quantitativa e diagnóstico do estado de conservação da coleção de ciência e tecnologia através do inventário: Por meio da observação direta do acervo, consulta e análise de documentos e registros contidos nas fichas museológicas, será possível conhece-lo número de objetos, documentos, arquivos e publicações bibliográficas que compõe a coleção de ciência e tecnologia do museu. Nesta perspectiva, Granato, Maia e Santos, afirmam:

Realizar a preservação de bens culturais somente é possível a partir do conhecimento de sua existência e de onde se encontram. Para tal, é necessário empreender jornadas de identificação, os chamados levantamentos, como primeira etapa para sua salvaguarda (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014, p. 13)

c) Declaração do significado cultural da coleção, etapa fundamental para determinação do valor da coleção;

d) Com o objetivo de identificar, avaliar e analisar os riscos que os bens culturais de ciência e tecnologia possam estar expostos foram adotados os critérios da metodologia de gerenciamento de riscos do *Manual de Gestión de Riesgo de Colecciones* (2009), desenvolvida pelo Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), em parceria com Instituto Canadense de Conservação (CCI) e Instituto Holandês do Patrimônio Cultural (ICN), somadas as contribuições de Waller (2013, 2003).

A opção pelo manual é justificada por ter sido organizada por reconhecidas instituições de preservação do patrimônio cultural, se apresentando como uma ferramenta de fácil utilização e implementação, o que permitiu que sua aplicação ocorresse de forma independente e complementar a outras metodologias.

De acordo com Camacho, essa avaliação é possível mediante o conhecimento detalhado de cada situação, através da identificação dos fatores de riscos presentes no museu que podem influenciar e contribuir para a degradação dos bens culturais (CAMACHO, 2007, p.8; 37).

Segundo Guimarães (2012, p. 75), para preservar o patrimônio cultural, é necessário conhecê-lo, através de mecanismos de identificação e avaliação como, inventários, diagnósticos, cadastros e pesquisas.

Para Granato, Maia e Santos (2014), o diagnóstico do edifício, da coleção

de ciência e tecnologia, o inventário quantitativo, com o objetivo de “identificar agrupamentos de itens de C&T que estão dispersos e caracterizá-los com parâmetros como número de objetos, status institucional, localização, status de conservação, segurança, relevância e uso” são essenciais para o desenvolvimento de políticas, projetos, planos e procedimentos de preservação.

Com as informações coletadas no diagnóstico (do edifício e da coleção) e do inventário, foram avaliados os riscos que a coleção está exposta, de forma a se obter os subsídios que auxiliarão na elaboração da política de preservação da coleção de ciência e tecnologia custodiada no MH-MT.

Levantamentos são ferramentas essenciais para o futuro planejamento da preservação, de políticas, de gerenciamento e da pesquisa. Seu objetivo é identificar agrupamentos que estão dispersos e caracterizá-los, de acordo com uma série de parâmetros (por exemplo, número de objetos, status institucional, localização, estado de conservação e segurança, relevância e uso) (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014, p.14 *apud* LOURENÇO; WILSON, 2013, p. 746).

A partir das finalidades descritas neste capítulo, um dos objetivos propostos poderá ser alcançado, que é o de justificar o porquê que a coleção de ciência e tecnologia deve ser preservada. O que possibilitará, dessa forma, fornecer os subsídios para a organização e planejamento das ações de melhorias na gestão da coleção, bem como de projetos que prevejam novos usos e comunicações.

O diagnóstico e o inventário auxiliaram na compreensão das principais patologias do edifício e do estado de conservação da coleção, subsidiando as tomadas de decisão e a elaboração da política de preservação.

Diante dessas considerações, partiu-se para a realização da observação direta, sendo analisados cada item e elemento. Em outras palavras, foi preciso que as seguintes perguntas: “O que temos/observamos?” e “O que queremos?”, fossem respondidas para as informações pudessem ser sistematizadas, para que, então uma avaliação pudesse ser obtida. Assim, foram os itens passíveis de análise, sintetizados abaixo:

ELEMENTOS DO DIAGNÓSTICO

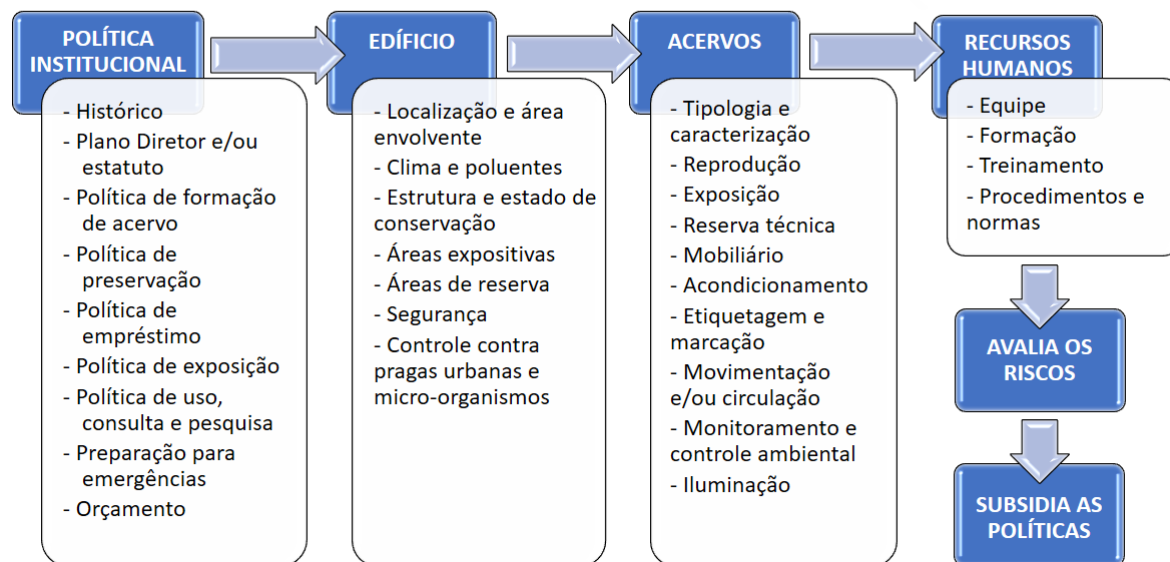


Figura 2 - Elementos analisados no diagnóstico.
Elaborado por: Fernando José R Santos, 12 out. 2017.

Para caracterização dos itens referentes à política institucional, acervos e recursos humanos foi realizada pesquisa documental e bibliográfica sobre o MH-MT. Para o levantamento das condições ambientais da região (Item A da Figura 4) procedeu-se com a pesquisa documental, elegendo as informações existentes no “Perfil Socioeconômico de Cuiabá - Vol. V” (2012), da Prefeitura Municipal de Cuiabá, uma vez que este documento apresenta informações necessárias e sucintas referente à região.

Para a caracterização espacial do edifício e das coleções, além da pesquisa documental, bibliográfica, fotográfica (inclusive imagens de satélite), da observação direta dos diferentes espaços, recorremos a Camacho (2007), Dawson (2004).

Também foram consideradas as contribuições da etapa “Estabelecendo o contexto” da versão preliminar em língua espanhola do ICCROM-UNESCO, intitulada “*Manual de Gestión de Riesgo de Colecciones*” (2009) e Instituto Holandês do Patrimônio Cultural (ICN). Deste modo, de acordo com ICCROM (2009), uma inspeção dos seis possíveis níveis de proteção da coleção foi operada: região, entorno, edifício, salas de reserva e expositivas, mobiliário, invólucros e objeto³⁸. Assim, foram

³⁸ O estabelecimento do contexto e/ou exploração do ambiente para identificação/avaliação dos riscos é desenvolvida na metodologia do ICCROM-UNESCO. Risk and deterioration assessment/Manual de

preenchidas as condições necessárias para identificar os possíveis riscos que a coleção poderia estar exposta.

Nesta perspectiva, considerando a área de implantação do edifício, figuras 3 e 4 a seguir, foi realizado um percurso, a pé, (identificados pelo traçado pontilhado) para a realização de coleta de informações e posterior análise dos possíveis riscos, onde:

- 'A' - corresponde à região;
- 'B1 e B2' – tratam do entorno e das características do edifício externamente;
- 'C' - características do edifício internamente, como as salas expositivas e de reserva, os mobiliários, os invólucros e os objetos, e,
- 'D' - são as áreas comuns que não possuem acervos.



Figura 3 - Mapa de localização do Museu Histórico de Mato Grosso e seu entorno.
Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>> Acesso em: 12 out. 2017.

Gestión de Riesgo de Colecciones. Cultural Heritage Division of UNESCO. ICCROM-UNESCO Partnership for the preventive conservation of endangered museum collections in developing countries. March, 2009. (Versão preliminar em língua espanhola). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001862/186240s.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

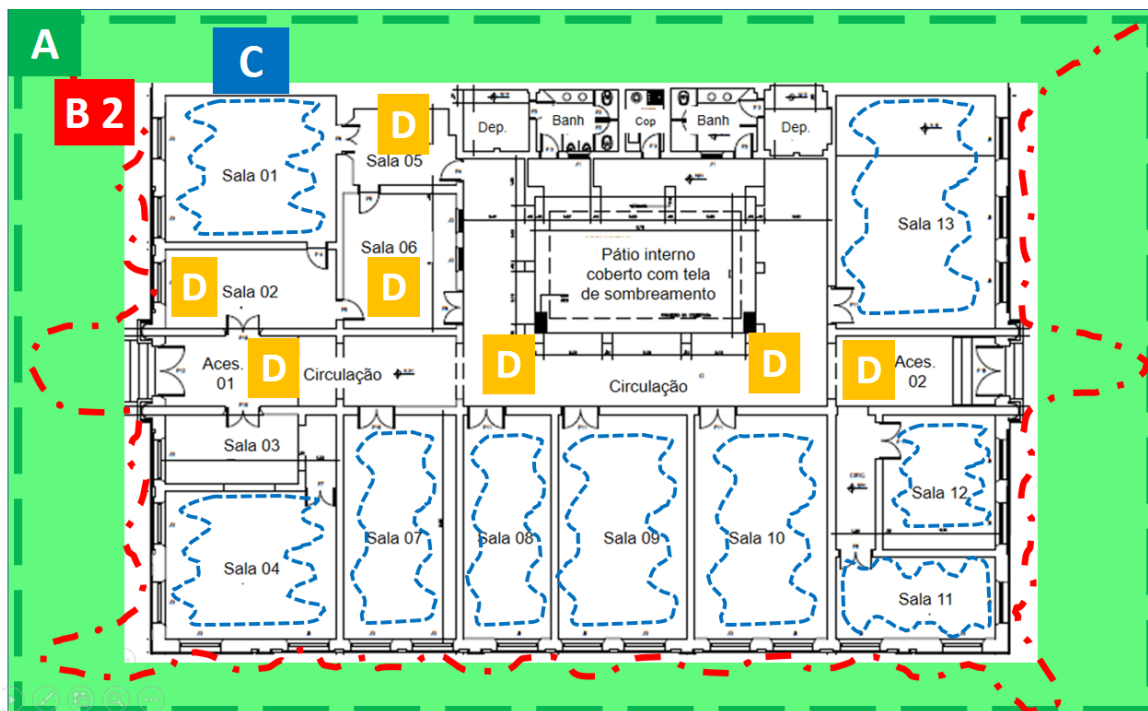


Figura 4 - Planta baixa do Museu Histórico de Mato Grosso com destaque e áreas de percurso.
 Fonte: Gerência de tombamento e inventário, SEC-MT. Adaptada por Fernando José R Santos, 12 out. 2017.

O diagnóstico proposto nesta pesquisa é entendido por Zúñiga (2002), como a necessidade de “conhecer desde a composição física até as características construtivas do edifício e do depósito onde está armazenado, passando pelos tipos de invólucros utilizados e pelos armários ou estantes onde serão depositados” (ZÚÑIGA, 2002, p.72).

Deste modo, as respostas permitirão identificar os potenciais riscos e ameaças que podem interferir na conservação de elementos significativos da coleção. Estes dados subsidiarão a proposta de política de preservação para as coleções de ciência e tecnologia do MH-MT.

2.1. Política institucional

O Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) foi criado pelo Art. 24 da Lei nº 3.774 de 20/09/1976, sendo inaugurado dois anos depois, em 12 de agosto de 1978, e integra o patrimônio histórico, artístico e cultural do estado. Inicialmente, o MH-MT ocupou o pavimento superior do Palácio da Instrução, dividindo espaço com o Museu de História Natural e Antropologia, Museu de Arte Sacra e a sede da Fundação Cultural de Mato Grosso.

No ano de 2003, em decorrência do restauro do Palácio da Instrução, o MH-MT foi desativado, e seu acervo ficou armazenado no Cine Teatro Cuiabá, até o ano de 2006, quando foi transferido para o edifício da antiga Thesouraria Provincial (Contadoria Provincial), sendo reinaugurado. Em julho de 2012, o museu foi novamente fechado para restauro da edificação, sendo reaberto em dezembro de 2013³⁹.

Não há registros de plano diretor e/ou estatuto, de políticas de: formação de acervo, de preservação, de empréstimo, de exposição, de uso/consulta/pesquisa, e nem de preparação para emergências. No decreto-lei e/ou portaria que regulamenta o funcionamento do MH-MT não foram encontrados elementos que definam claramente, e sem obscuridade, sua missão institucional, o que pode ocasionar sérios problemas institucionais quanto às políticas de seleção e formação de acervo.

O que se conhece é apenas o que se encontra disposto no artigo 24 da Lei nº 3.774, de 20/09/1976, que cria a Fundação Cultural de Mato Grosso, e estipula a obrigação de “manter, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas, um Museu Histórico”.

Desde a criação do MH-MT, em 1976, e sua inauguração em 1978, a responsabilidade financeira pela sua manutenção e funcionamento foi dos servidores da Fundação Cultural de Mato Grosso (até 1995) e da Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso (a partir de 1995)⁴⁰, perdurando até o ano de 2011.

A partir de 2012, a gestão do MH-MT passou a ser realizada através de concurso público para seleção de Organizações da Sociedade Civil e Interesse Público (OSCIP) ou Organizações Sociais (OS), cabendo à SEC-MT o repasse financeiro e a fiscalização das ações através de Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

O único documento que “deveria orientar” as ações do MH-MT é o Plano Museológico que, segundo o Art. 45, Seção III, da Lei 11.904, de 14 de janeiro de

39 Fontes disponíveis em: <<http://www.olhardireto.com.br/conceito/noticias/exibir.asp?id=3501>> Acesso em: 12 out. 2017; <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=150982>> Acesso em: 12 out. 2017; <<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/18/materia/1441/t/palacio-da-instrucao-fecha-suas-portas-para-reforma>> Acesso em: 12 out. 2017; <<http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/palacio-da-instrucao-e-reinaugurado-com-honras>> Acesso em: 12 out. 2017; <<http://www.cultura.mt.gov.br/-/museu-historico-de-mato-grosso-e-reaberto-para-visitacao>> Acesso em: 12 out. 2017.

40 Em 1995, a Fundação Cultural de Mato Grosso foi substituída pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso – SEC/MT através da Lei Complementar nº 36 de 11/10/1995, regulamentada pelo Decreto nº 506 de 14/11/1995.

2009, é:

“[...] compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade” (LEI Nº 11.904 de 14/01/2009).

O Plano Museológico do MH-MT deveria compreender “ferramenta de planejamento estratégico”. No entanto, existe porque foi exigido como meta do último contrato de gestão, mas tratou-se apenas de “documento de gaveta e cumprimento de meta”, uma vez que não foi nem se quer encontrado nos arquivos do museu, apenas nos relatórios de prestação de contas arquivados na sede da SEC-MT.

É certo afirmar, o qual foi constatado no diagnóstico realizado “*in loco*”, que a ausência dos documentos institucionais (plano diretor e/ou estatuto e políticas de: formação de acervo, de preservação, de empréstimo, de exposição, de uso/consulta/pesquisa) demonstram a fragilidade técnica gerencial das OSCIP e OS que estiveram na gestão do MH-MT nestes últimos anos, e também da SEC-MT como agente fiscalizador. Ficou evidenciado que estas organizações não possuíam experiência prévia na realização das ações, com efetividade da gestão de museus.

Em outras palavras, o equívoco pode ter tido seu início desde a elaboração do edital de chamamento público, da elaboração das metas e da própria fiscalização e acompanhamento não devidamente realizadas por despreparo da própria equipe técnica da secretaria. Todos esses fatos contribuíram para o atual quadro que fora lá observado, qual seja, o de total descaso de áreas essenciais e importantes do museu, o que se refletiu na preservação do próprio acervo.

O orçamento no contrato de gestão com início no ano de 2012 foi estimado em R\$120.000,00 anuais, no contrato com vigência de 2014 a 2016 estimado em R\$ 240.000,00 anuais e emergencialmente no ano de 2016, estimado em R\$ 180.000,00⁴¹. Levando em consideração os custos fixos de água, energia elétrica e folha de pagamento, os valores são baixos dificultando o investimento em áreas fundamentais como segurança e conservação dos acervos. No entanto, não justifica

41 Extratos do termo de parceria referente ao contrato de gestão: Extrato do Contrato de Gestão Nº. 001/2011/SEC, vigência cinco anos a partir de 16/03/2011. Fonte: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 01 abr. 2011. p. 45; Extrato do Termo de Parceria nº 01/2014/SEC, vigência 2014 à 2016. Fonte: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 10 jun. 2014. p. 118; Extrato do Termo de Parceria nº 004/2016/SEC, vigência 17/11/2016 a 17/02/2017. Fonte: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 25 nov. 2016. p. 120.

a ausência de ações que são estratégicas, tais como: registro, documentação, entre outros.

2.2. Edifício

O edifício do MH-MT se encontra na zona urbana do município de Cuiabá, município localizado no Centro Geodésico da América do Sul⁴², formada pelo município vizinho de Várzea Grande, separada pelo rio Cuiabá.

Num contexto mais abrangente, constitui-se num entroncamento aéreo-rodoviário-fluvial que interliga o norte do Brasil e o oeste da América do Sul (Bolívia e Peru). É também alternativa mais viável para a ligação portuária com o Pacífico através da Cáceres, San Matias, Santa Cruz de La Sierra e Portos do Chile e Peru⁴³.



Figura 5 - Localização geográfica do estado de Mato Grosso e destaque para o município de Cuiabá.

Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>> Acesso em: 29 out. 2016.

42 A cidade de Cuiabá está situada na parte mais central da América do Sul, exatamente no seu centro geodésico, sendo, portanto, a cidade do coração da América do Sul. A determinação geográfica do exato local onde se situa o centro geodésico se deve ao grande oficial do Exército Brasileiro, Cândido Mariano Rondon, o marechal Rondon, que, em 1909, juntamente com seu ajudante, o tenente Renato Barboza Rodrigues, através de cálculos matemáticos, geográficos e astronômicos, confirmaram o local conhecido como Campo d'Ourique, situado à 15°35'56" de latitude sul e à 56°06'55" de longitude Oeste, tendo sido a localização geográfica reconhecida e confirmada oficialmente pelo Serviço Geográfico do Exército Brasileiro em 1975. Disponível em: <http://www.camaracba.mt.gov.br/index.php?pag=tur_item&id=2> Acesso em: 12 out. 2017.

43 Fonte disponível em: <http://www.suapesquisa.com/cidadesbrasileiras/cidade_cuiaba.htm> Acesso em: 29 nov. 2016.



Figuras 6 A e 6 B - Localização geográfica do município de Cuiabá – Mato Grosso.
Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>> Acesso em: 29 out. 2016.

A cidade de Cuiabá encontra-se numa região de rochas metamórficas de baixo grau, datadas do Pré-Cambriano, situada na província geomorfológica denominada Baixada Cuiabana, uma planície de erosão, onde predominam relevos de baixa amplitude. Na área urbana as altitudes variam entre 146 a 259 metros.

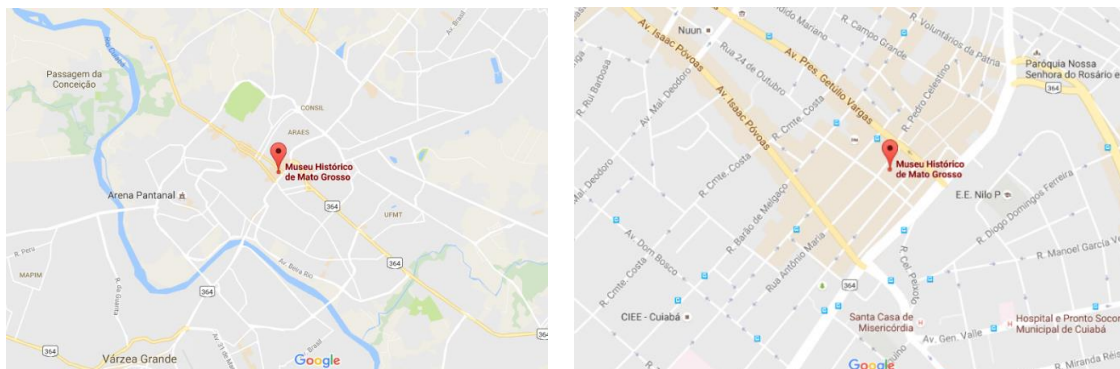
O relevo na área urbana, e em seu entorno, é caracterizado por sete unidades distintas: canal fluvial, dique marginal, planície de inundação, área alagadiça, área aplainada, colinas e morrotes, que se comportam dependendo das diversas formas de uso e ocupação (CUIABÁ, 2012).

De acordo com Camacho:

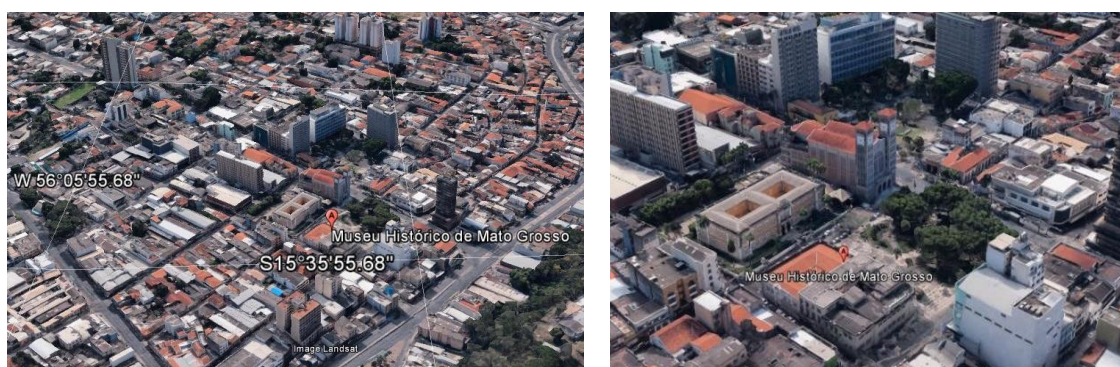
[...] é importante considerar os fatores relativos à implantação do edifício no terreno, tendo em conta especificidades como tipo e características de solo (por exemplo, terreno mais ou menos rochoso, terreno inclinado), sismicidade, presença de lençóis freáticos, e outros elementos relevantes (CAMACHO, 2007, p. 14).

O MH-MT está localizado na Praça da República, nº 131, Bairro Centro Norte, Cuiabá. O edifício está situado numa das praças mais antigas e ao seu redor estão localizados o Correio Central, a Catedral Bom Jesus de Cuiabá e o Palácio da Instrução, que abriga a Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça, além de estabelecimentos comerciais.

Considerado o centro urbano e comercial do município, o edifício do museu possui na parte frontal algumas árvores que ainda resistem ao tempo, mas a predominância é de edifícios comerciais com suas ruas movimentadas por automóveis e pedestres durante todo o dia, ficando praticamente deserta no período da noite.



Figuras 7 A e 7 B - Mapa de localização do Museu Histórico de Mato Grosso.
Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>> Acesso em: 29 out. 2016



Figuras 8 A e 8 B - Fotografia de satélite com a localização do Museu Histórico de Mato Grosso.
Disponível em Google Earth Web Site. Acesso em: 29 out. 2016



Figura 9 - Vista do Museu Histórico de Mato Grosso e entorno. Museu (no centro ao fundo antes da pintura de 2015), avizinhado pelo Correio Central (a esquerda), destaque para Praça da República (na frente), Catedral (direita), avizinhada pelo Palácio da Instrução.
Fonte: Google Earth Pro.

Observar e analisar a localização e implantação do edifício é fundamental, pois de acordo com Camacho, “a volumetria do edifício e sua posição relativa a outros edifícios, cobertura vegetal e características geográficas influenciam grandemente a intensidade e a direção dos ventos ou a circulação do ar” (CAMACHO, 2007, p. 17).

Com clima essencialmente tropical continental, Cuiabá caracteriza-se por

temperaturas altas, apresentando dois períodos distintos: o chuvoso, com duração de oito meses e o seco, com duração de quatro meses. No período chuvoso, o clima é tropical continental úmido, já que a umidade relativa se mantém alta, chegando à máxima de 84%. No período seco, o clima é continental tropical e, em certos dias, a umidade relativa mínima varia de 18% a 40% (CUIABÁ, 2012, p. 74).

A temperatura no outono e inverno pode cair esporadicamente abaixo de 10 °C, ocasionada por frentes frias vindas dos pampas argentinos, podendo isso durar apenas um dia ou até uma semana, para logo voltar ao calor habitual. A temperatura máxima, nos meses mais quentes, fica em torno de 42°C. A mínima varia entre 7° e 10°C e a temperatura média em Cuiabá fica em torno dos 26 °C (CUIABÁ, 2012, p. 74).

Município - UF		Cuiabá - MT
Instituição		Museu Histórico de Mato Grosso
Coordenadas Gauss Militar (m)	Latitude	-15.5982
	Longitude	-56.0960
Coordenadas geográficas (WGS)	Latitude	15°35'53" S
	Longitude	56°05'45" W
Altitude (m)		184 m

Quadro 2 - Coordenadas geográficas do Museu Histórico de Mato Grosso.

Fonte: <http://www.coordenadas-gps.com/>. Acesso em: 29 out. 2016

Como assegura Camacho, podemos dizer que o clima é afetado pela latitude e por características topográficas relevantes, como a existência de montanhas, ou a proximidade do mar. Neste contexto, estes fatores provocam variedades climáticas regionais, considerando a latitude, onde o norte é mais frio que o sul ou, considerando a proximidade do mar, onde o interior é mais seco que o litoral" (CAMACHO, 2007, p. 14).

A combinação dos fatores climáticos acima expostos, a proximidade com outros edifícios, as janelas que se localizam todas voltadas para rua e necessitam permanecer fechadas, dificultando a circulação de ar, gera um microclima interior (pela manhã de 29° e a tarde 38°) com sensação térmica superior à mensurada externamente (pela manhã 27° e a tarde 34°).

Esse fator seria facilmente resolvido com a climatização das salas, mas não é relativamente simples, tendo em vista os distintos materiais que compõem os acervos expostos. Nesse sentido, a climatização das salas que possuem acervos

expostos não deve servir somente para o conforto do público. Ademais, os aparelhos condicionadores de ar não deveriam também serem desligados quando o museu estivesse fechado.

De par dessa análise, constata-se que se faz necessário e urgente o estudo de procedimentos para o controle ambiental do museu, para que, além do conforto térmico aos visitantes, também não incida mais danos aos acervos.

Outro fator relacionado à climatização é o controle de umidade relativa e temperatura que refletem diretamente no controle do desenvolvimento de pragas urbanas e microrganismos. Verificou-se que não existe no museu um controle contra pragas urbanas e microrganismos, uma vez que se diagnosticou, nos diferentes espaços, evidências de traças, aranhas, baratas, cupins (forro) e sinais e odor de mofo, o que evidencia a presença de microrganismos.

O edifício histórico que abriga o MH-MT foi tombado pela Fundação Cultural de Mato Grosso, em 11 de março de 1983. Sua instalação original foi inaugurada em 23 de junho de 1898 para abrigar a Thesouraria Provincial (Contadoria Provincial) de Mato Grosso, e foi adaptado para o funcionamento do museu. Sua arquitetura utiliza repertório neoclássico, com eixo de simetria marcado pelo acesso principal.

Suas bases ou alicerces são assentados em pedra canga lavrada, com alvenarias em tijolos de barro queimado, cobertura em telhas cerâmicas tipo francesa paulista, piso em ladrilhos hidráulicos e esquadrias das portas e janelas em madeira. Ao longo dos anos, abrigou outros órgãos públicos, como a Biblioteca Pública Estadual, o Departamento de Educação e, no início de 1970 até 1982, a escola Modelo Barão de Melgaço e, de 1983 a 2003, a Secretaria de Estado de Turismo⁴⁴.

44 Fonte consultada disponível em: <<http://www.cultura.mt.gov.br/-/2675737-museu-historico>> Acesso em: 29 out.2016.



Figura 10 - Fachada do Museu Histórico do Estado de Mato Grosso.

Disponível em: <<http://www.cultura.mt.gov.br/-/4169405-semana-dos-museus-tem-programacao-em-17-instituicoes-culturais>> Acesso em 29 out. 2016.

Estruturalmente, as paredes são de alvenaria, pintadas em tinta acrílica e estão em bom estado de conservação. A situação do telhado é preocupante, pois apresenta indícios de infiltrações e nos períodos chuvosos, de outubro a março, a água da chuva infiltra através dos diversos elementos construtivos (telhado, rufos, calhas e forro) para dentro das salas. É urgente a manutenção do telhado, rufos e calhas, precedendo a correção das falhas detectadas.

Todas as janelas, inclusive as da reserva técnica, ficam voltadas para a calçada/rua e para a Praça da República, sendo travadas somente com uma barra de madeira, o que pode ocasionar arrombamentos, furtos e/ou roubos. São ausentes de vedação, o que causa infiltrações decorrentes de chuvas mais fortes com incidência de ventos, além da entrada de agentes poluentes. Não possuem nenhuma proteção contra iluminação direta, como cortinas tipo blecaute ou filtro Raios UV (Figura 11).

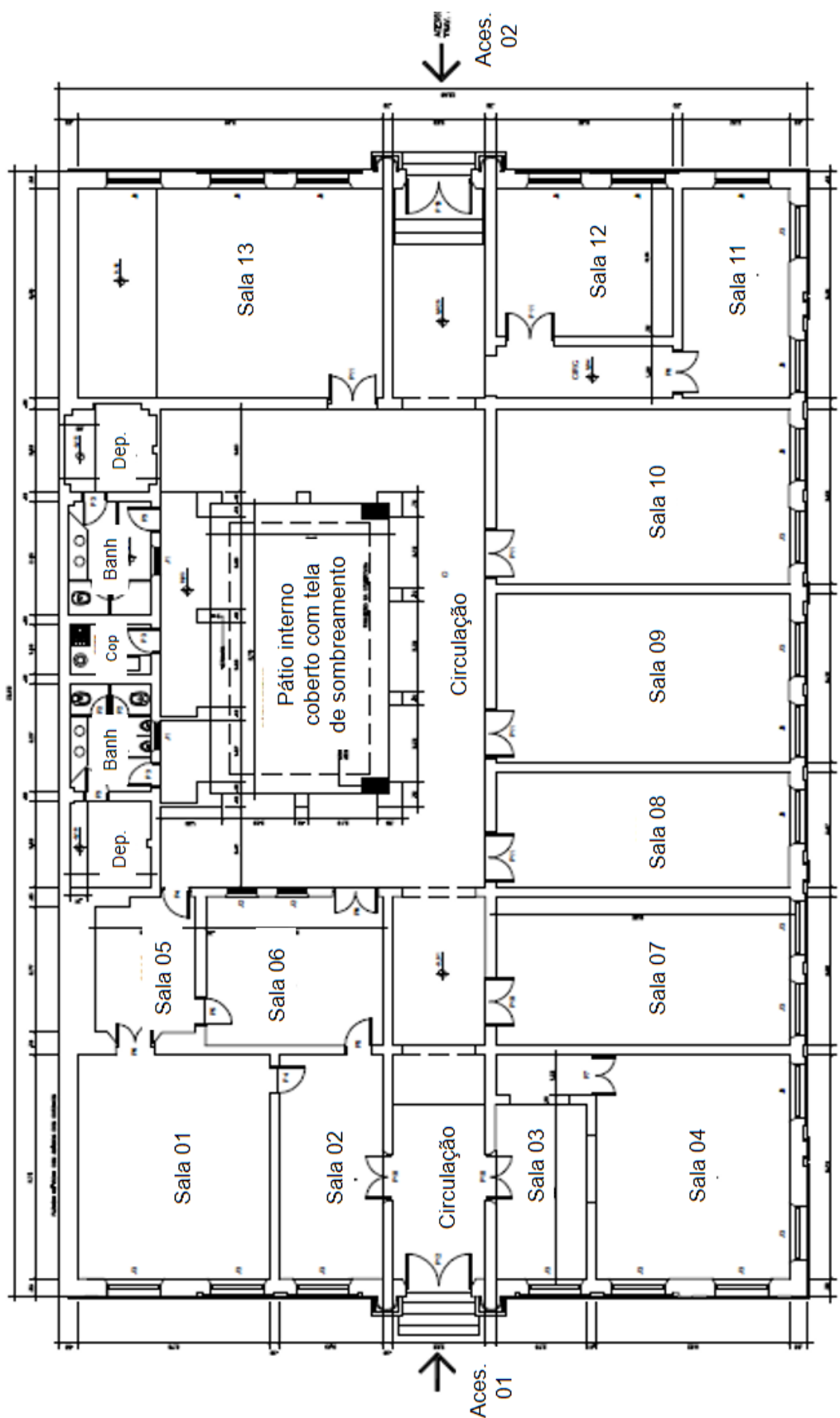


Figura 11 - Reserva técnica do Museu Histórico de Mato Grosso.

Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.

Os espaços internos são bem distribuídos, pois garantem a circulação dos visitantes, de forma que os acessos de todas as salas são conduzidos para o corredor central. Possui duas portas, uma na frente e outra nos fundos, mas o acesso é realizado pela porta da frente, que possui escadaria e rampa para acessibilidade de cadeirantes e/ou pessoas com mobilidade reduzida.

Logo na entrada, é possível visualizar o corredor que dá acesso a todas as salas e ao pátio coberto. Possui recepção, loja de souvenir (Sala 02, Figura 12), café (Sala 06, Figura 12), pátio coberto, dois banheiros (masculino e feminino), nove salas destinadas às exposições separadas e organizadas por temáticas (Salas 03 e 04, 07 a 13, Figura 12), todas de acesso livre ao público. Porão, copa, almoxarifado, sala de administração (Sala 05, Figura 12) e reserva técnica (Sala 01, Figura 12) são de acesso restrito.



LOCAL: MUSEU HISTÓRICO DE MT
THESOURO DO ESTADO

SEC SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

GOVERNO DE MATO GROSSO
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO

ASSUNTO: PLANTA BAIXA
ESCALA: 1:150



Quanto às características das áreas expositivas, citam-se:

a) Visitáveis, realizadas por agendamento ou de forma espontânea, destinadas a apresentar as diferentes coleções do acervo;

b) Os espaços são relativamente adequados, no que se refere à distribuição dos mobiliários e coleções, com exceção da Sala 11 e 12 (Figura 12) que não comportam mais do que meia dúzia de pessoas;

c) As salas expositivas são organizadas por temáticas: ancestralidade, colônia, império e república;

d) As salas são integradas pelo corredor de circulação, permanecendo sempre abertas durante período de funcionamento, permitindo uma movimentação cíclica entre os diferentes espaços;

e) Conta com um vigilante que tem sob sua responsabilidade nove salas. As salas de exposição possuem equipamentos de segurança: sistema eletrônico, vídeo vigilância, sensor de movimento contra furto-roubo, mas não dispõe de alarmes contra incêndio;

f) A localização das salas apresenta potencial risco de arrombamentos, pois todas as janelas estão voltadas para a calçada/rua e Praça da República;

g) As paredes são em alvenaria, pintadas em tinta acrílica. Possui pé direito alto (3,0 m) e forro de madeira envernizada com várias frestas, possivelmente ocasionadas pela movimentação natural da madeira, mas que ocasionam entrada de agentes poluentes e insetos. O revestimento do piso é ladrilho hidráulico tipo “vermelhão”;

h) Não possui climatização e nem equipamentos para controle ambiental: termo higrômetros, umidificadores, desumidificadores, e nem controle de temperatura e umidade;

i) A iluminação é artificial por lâmpadas fluorescente e natural pelas janelas que não possuem bloqueadores, incidindo em alguns momentos do dia luz natural solar sobre o mobiliário e coleções, o que ocasiona sérios riscos à conservação dos objetos;

A reserva técnica (Sala 01, Figura 12) é um espaço de circulação restrita, com acesso pela sala da administração (Sala 05, Figura 12).

Quanto às características da reserva técnica, citam-se:

a) De acesso restrito ao público. Eventualmente pode ser visitada mediante pedido prévio para posterior agendamento;

b) O espaço é relativamente pequeno (medindo aproximadamente 5,76m X 6,74m), o que não proporciona acondicionamento por tipos de materiais nem a ampliação das coleções;

c) Está integrada à sala administrativa, e não possui áreas destinadas à conservação-restauro, carga-descarga e todas as vezes que objetos da reserva precisam ser movimentados “cruzam”, obrigatoriamente, pela sala da administração e corredores de circulação ao público;

d) Possui equipamentos de segurança, do tipo sensor de movimento contra furto-roubo, mas não dispõe de alarmes contra incêndio;

e) A localização não apresenta internamente potencial de risco de acesso pelo público externo, uma vez que se encontra bloqueada pela sala da administração e loja de souvenir. No entanto, externamente apresenta risco, pois suas janelas permitem acesso à Praça da República;

f) Dimensionalmente, a sala não é adequada ao acondicionamento do acervo. As paredes são em alvenaria pintada em tinta acrílica, sendo que uma delas (6,74 m) é geminada com prédio onde funciona atualmente o Correio Central. Possui pé direito alto (3,0 m) e forro de madeira envernizada com várias frestas, possivelmente ocasionadas pela movimentação natural da madeira, mas que ocasionam entrada de agentes poluentes e insetos. O revestimento do piso é ladrilho hidráulico tipo “vermelhão”;

g) Não há climatização artificial, pois, o ar condicionado não funciona, seja por estar danificado e/ou por precisar de manutenção;

Além do exposto, o edifício possui um porão localizado embaixo da Sala 13 (Figuras 12, 13 a 15), que é utilizado para guarda de parte do acervo. O acesso é realizado pela Travessa João Dias, atrás do museu, por uma porta com cerca de 1,50m, sem nenhum controle de acesso, a qual fica exposta a arrombamentos, furtos e/ou roubos e alagamentos.

O porão possui mobiliário do acervo com outros materiais de almoxarifado, acondicionado de forma imprópria e incorreta, ambiente úmido, sem ventilação e iluminação. Espaço insalubre com alto odor de mofo que pode causar danos à saúde das pessoas.



Figuras 13 A e 13 B - Acesso ao porão e móveis amontoados.

Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.



Figuras 14 A e 14 B - Móveis sem tratamento e mal acondicionados.

Foto: Fernando José R. Santos 01 jul. 2016.



Figuras 15 A e 15 B - Peças umas sobre as outras com detalhe para material em desuso, misturado ao acervo.

Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.

A localização do MH-MT no centro urbano e comercial de Cuiabá, predominantemente, rodeado de edifícios de diferentes proporções e volumetria, acarreta riscos extremos relativos ao intenso fluxo de veículos e pedestres durante o dia, e a ocorrência de ruas desertas durante a noite.

A proximidade do edifício com outras construções não permite a ventilação natural. A intensa circulação de veículos e o clima relativamente quente durante todo o ano acabam por desenvolver um microclima específico, carregado de poluentes atmosféricos caracterizados por serem compostos químicos reativos de origem natural (clima, umidade relativa e temperatura) e artificial (veículos automotores e circulação de pedestres) que atuam conjuntamente.

Os poluentes oriundos da emissão de combustíveis fósseis de veículos automotores têm sua origem nas atividades urbanas, através do tráfego/estacionamento de automóveis e ônibus na Rua Antônio Maria Coelho (rua lateral), Travessa João Dias (rua atrás), Avenida Presidente Getúlio Vargas (avenida principal) e também comerciais, oriundas do comércio de alimentos e outros na Travessa Júlio Muller e Praça da República.

Os efeitos causados pelos poluentes gasosos emitidos na atmosfera pelos veículos automotores e partículas dispersas (poeira, fuligens) estão associados às reações químicas entre um ou mais desses componentes que se combinam aos materiais que compõem os objetos do acervo, sendo que, sua primeira alteração é visualmente perceptível e indesejável.

Os agentes biológicos de degradação (aves, insetos, roedores e microrganismos) são atraídos pela dispersão/acúmulo de lixo e restos de alimentos, já que é perceptível a comercialização de variados tipos de “comida de rua” (pipoca, cachorro quente, milho verde, sorvetes, pastéis, sucos, lanches, etc).

Como a edificação possui forro de madeira e aberturas mal vedadas no telhado, tem-se conhecimento de que os agentes biológicos que mais os afetam são insetos, pombos, pardais e morcegos, pois, como dito, a região oferece abrigo e alimentos, além da presença de microrganismos como fungos.

2.3. Acervo: inventário e diagnóstico de conservação dos objetos, documentos de arquivo e publicações bibliográficas de ciência e tecnologia

O acervo do MH-MT é composto por: mobiliário, armamento, numismática (cédulas, moedas e medalhas), objetos pessoais e de decoração, documentos textuais, cartográficos e iconográficos, insígnias, instrumentos musicais e de tecnologia, têxteis, esculturas, telas, fotografias, entre outros.

O acervo está dividido em quatro coleções e/ou períodos e salas expositivas distintas, quais sejam, ancestralidade, colônia, império e república, que retratam os episódios da história mato-grossense, suas manifestações culturais e seu povo.

Os móveis, utensílios, louças, cristais, talheres, prataria, entre outros objetos são originários do Período Imperial e início da República, e muitas delas

pertenciam ao antigo Palácio Alencastro, edificação construída no início do século XIX para abrigar a sede do governo estadual. Algumas dessas peças são originárias de 1819 e foram importadas de Montevideu em 1882 (fontes coletadas nas fichas de inventário do MH-MT).

De acordo com Camacho “cabe a cada instituição museológica identificar, inventariar, conservar, organizar, estudar, divulgar e ampliar suas coleções segundo critérios coerentes” (CAMACHO, 2007, p. 21).

O Estatuto de Museus, Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, igualmente, prevê no artigo 39 “a obrigação dos museus manterem documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários”. Ainda no Art. 39, § 2º, o referido dispositivo legal menciona que “os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência”.

Nesta perspectiva, a documentação é fundamental e promove a identificação, localização e preservação, além de permitir o estudo e pesquisa das diferentes coleções. No presente constata-se a ausência total e completa da atualização da documentação, bem como de etiquetas e marcação do acervo.

Esta constatação pode ser confirmada na imagem abaixo, onde podem ser observadas uma das várias fichas de “Inventário de bens móveis integrados”, com o timbre da Fundação Cultural de Mato Grosso, substituída pela Secretaria de Estado de Cultura em 1995⁴⁵. Constatou-se que, desde então, nenhuma atualização ou informatização foi realizada.

45 Em 1995 a Fundação Cultural de Mato Grosso foi substituída pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso – SEC/MT através da Lei Complementar nº 36 de 11/10/1995, regulamentada pelo Decreto nº 506 de 14/11/1995.

FUNDACÃO CULTURAL DE MATO GROSSO		INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS	
LOCALIZAÇÃO 01 UF/MUNICÍPIO: MT. CUIABÁ 02 CIDADE/LOCALIDADE: CUIABÁ CENTRO 03 ENDEREÇO: PRAÇA DA REPÚBLICA, 151 04 ACERVO: MUSEU HISTÓRICO 05 LOCAL DO PRÉDIO: 111 - Sala 5 - Parede 2 06 PROPRIETÁRIO: SEC. DE EST. DE CULTURA 07 RESPONSÁVEL MEDIANTE/GERENCIADOR:		IDENTIFICAÇÃO 08 DESIGNAÇÃO: RELÓGIO DE PAREDE 09 MARCA: INSTRUMENTO DE PRECISÃO/ÓPTICO 10 MATERIAL/CATEGORIA: MADEIRA, VIDRO, METAIS 11 DATA: 17.06/1845 12 AUTOR: SEC: XIX 13 MATERIAL/TÉCNICA: MADEIRA, VIDRO, METAIS 14 DATA: DOAÇÃO/1986	
PROTEÇÃO 21 PROTEÇÃO LEGAL: ☐ FEDERAL ☒ ESTADUAL ☐ MUNICIPAL 22 PROTEÇÃO FÍSICA: ☐ TAMPA REVERSÍVEL ☐ TAMPA EM COLOMBO ☐ REVERSÍVEL 23 CONDIÇÕES DE SEGURANÇA: ☐ ALTA ☒ MÉDIA ☐ BAIXA 24 ESTADO DE CONSERVAÇÃO: ☐ EXCELENTE ☐ BOM ☒ REGULAR ☐ RUÍM		ANÁLISE HISTÓRICO-ARTÍSTICA 25 IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Desgastado ao papel do mostrador, na madeira e falta de pêndulo. 26 RESTAURAÇÕES: ☐ DATA: ☐ RESTAURADORES: ☐ 27 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Máquina implantada em estrutura de madeira (caixa) pig. duvida artesanalmente 28 CARACTERÍSTICAS ESTÉTICAS: 29 CARACTERÍSTICAS ICONOGRÁFICAS/ORNAMENTAIS: 30 DADOS HISTÓRICOS: Peça adquirida para compor o mobiliário do Palácio Alencastro (1819 a 1960), transferida na época da demolição para Residência Oficial dos Governadores e transferido para o Museu Histórico da Fundação Cultural de Mato Grosso em outubro de 1987. 31 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/ARQUIVÍSTICAS: 32 OBSERVAÇÕES: Falta o pêndulo 33 TESAURUS: 14.1 34 REALIZADO POR (D.R.): SPHAN/DATE: ☐ REVISOR/DATE: ☐	

Figuras 16 A e 16 B - Ficha de inventário de bens móveis integrados do Museu Histórico de Mato Grosso.

Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.

Ainda referente à documentação, os objetos, documentos, arquivos e publicações bibliográficas que compõe o acervo do MH-MT, não possuem etiquetas e/ou marcação que auxiliem na identificação e localização. Observada esta problemática, pode se constatar que não há condições necessárias (tempo, materiais e pessoas) para avaliar com precisão a extensão e o número de objetos que integram o acervo ou uma determinada coleção.

Referente às características do mobiliário, acondicionamento, iluminação e monitoramento/controle ambiental das áreas expositivas e reserva técnica, ressalta-se:

a) Os mobiliários de exposição e acondicionamento não são apropriados. Na área de exposição os mobiliários se assemelham com “caixas de vidro”, alternando-se materialmente com estrutura de madeira ou metal, fechadas com vidro, o que desenvolve um microclima inapropriado para alguns tipos de materiais. Na reserva técnica o acervo fica disposto em estantes abertas e armários metálicos com pintura epóxi destinados a escritório e não são adequados e nem suficientes;

b) Na reserva técnica, o acervo fica acondicionado em caixas de polionda

destinadas a arquivo de escritório, em caixas de papelão, e as telas foram embrulhadas com plástico bolha e enfileiradas na estante;

c) Verifica-se que na reserva técnica e nas vitrines expositivas o acondicionamento incorreto sem serem considerados os diferentes suportes (madeira, louça, vidro, metal, tela, papel), não respeitando a tipologia, e nem a composição de cada objeto, o que pode ocasionar reações químicas;

d) O acervo não é monitorado por nenhum tipo de equipamento de controle ambiental, tais como: termo higrômetros, umidificadores, desumidificadores e nem controle de temperatura e umidade. Em dias e horários diferentes, foram verificadas variações bruscas de temperatura e umidade, principalmente no período chuvoso, de outubro a março;

e) A iluminação é artificial por lâmpadas fluorescente e natural pelas janelas que não possuem bloqueadores. Em alguns horários do dia, foi possível verificar a presença de luz natural direta sob as coleções;

f) Existência de variações bruscas de temperatura e umidade relativa;

g) A presença de poluentes atmosféricos, poeira, na reserva técnica

h) O manuseio e acondicionamento inadequados, telas empilhadas e embrulhadas em plástico bolha, mobiliário diretamente sob o piso;

i) Acúmulo de materiais e equipamentos diversos na reserva técnica: livros, móveis contaminados aguardando restauro, material de escritório, caixas vazias.



Figura 17 - Coleção exposta em vitrine de forma incorreta com peças de metal misturadas com louça, vidro e material orgânico.

Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.



Figura 18 - Coleção exposta em vitrine de forma incorreta com peças de metal misturadas com papel.

Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.



Figura 19 - Coleção exposta em vitrine de forma incorreta com peças de metal misturadas com louça.

Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.



Figuras 20 A e 20 B - Reserva técnica com acervo acondicionado em suportes variados
Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016



Figura 21 - Reserva técnica com prateleiras sem forro, com muitos itens e objetos em suportes variados.
Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.



Figuras 22 A e 22 B - Reserva técnica com telas empilhadas, embaladas em plástico bolha de forma inadequada com fita crepe, mobiliário na frente das estanterias e caixas de polionda em cima dos armários. Móvel aguardando restauro, com objetos atrás.

Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.



Figura 23 - Acondicionamento incorreto com diferentes suportes: madeira, louça, vidro, metal, tela, papel e caixas polionda para arquivo.

Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.

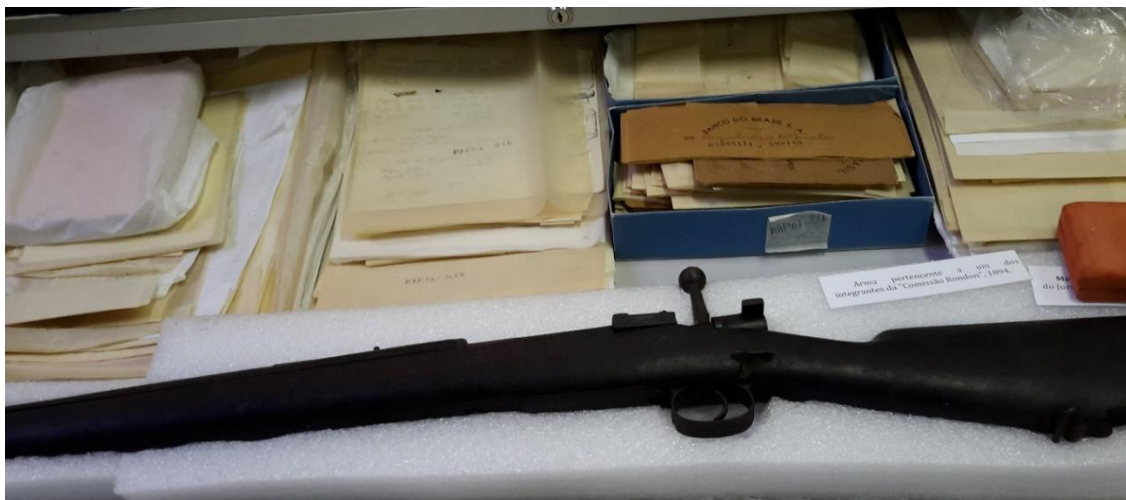


Figura 24 - Acondicionamento incorreto com diferentes suportes: madeira, metal, documentos embrulhados em papel impróprio e caixas de papelão.

Foto: Fernando José R. Santos, 01 jul. 2016.

Considerando que não foi registrado nenhum estudo ou inventário sobre a coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, e tendo-se como foco um dos objetivos da pesquisa, identificar e inventariar os bens culturais de ciência e tecnologia, partiu-se, então, para a tarefa de identificação da coleção.

A avaliação partiu da observação direta do acervo, consulta e análise de documentos e registros contidos nas fichas museológicas e registro fotográfico. No inventário realizado da coleção de ciência e tecnologia foram identificados 13 (treze) objetos e 18 (dezoito) documentos de arquivos e/ou publicações bibliográficas que foram avaliados individualmente.

O estado de conservação dos bens foi classificado através da definição de três categorias: bom, regular e ruim, que mesmo sendo juízo de valor, foi utilizada com o propósito de agrupar os bens culturais sob uma das três categorias, como forma de indicar sua recuperação e/ou tratamento segundo a terminologia do ICOM (2010), desenvolvida na subseção 1.4 do primeiro capítulo.

Isso posto, o diagnóstico de conservação fornece um instrumento para facilitar as atividades de gestão da coleção relacionadas às ações de conservação, o qual contribui para apontar tarefas para avaliação, seleção, recolhimento e acesso aos bens culturais. A classificação proposta define a organização física dos bens culturais da coleção de ciência e tecnologia em uma das três categorias, constituindo-se em referencial básico para sua gestão e fundamental para tabular quantitativamente os dados através do gráfico de pizza, sendo assim um importante instrumento de rápida visualização e compreensão.

Referente à classificação de avaliação do estado de conservação, para este estudo, foram considerados três níveis:

- Bom – objetos, documentos de arquivos e/ou publicações bibliográficas que se encontram estáveis, íntegros e em boas condições de conservação. Os danos não comprometem suas qualidades físicas e estéticas, apresentando boas condições gerais, necessitando de tratamento de higienização, conservação do suporte e acondicionamento adequado;

- Regular – objetos, documentos de arquivos e/ou publicações bibliográficas danificadas, mas estáveis. Os danos não comprometem sua integridade, mas degradam suas qualidades físicas ou estéticas. Se não forem estabilizados ocasionarão a perda de suas características. Dessa forma, passam a necessitar de intervenção de conservação-curativa, tratamento de estabilização química e/ou de suporte e da recuperação da sua proteção (ex.: capa, folhas soltas);

- Ruim - objetos, documentos de arquivos e/ou publicações bibliográficas que não podem ser utilizados por apresentarem problemas com sua integridade. Os danos comprometem as qualidades físicas e estéticas, levando à perda de suas características, necessitando de conservação-restauração em função dos danos apresentados, da acentuada acidez e/ou oxidação do suporte, comprometendo sua estrutura físico-química e estética.

INVENTÁRIO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS OBJETOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO					
ACERVO	OBJETO	FABRICANTE	ÉPOCA	DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO	AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO
	Relógio de parede	Newgaugen	1853	Desgaste, abaulamento, amarelamento, marcas, ondulação, sujidade no papel do mostrador; Desgastes, sujidade, riscos e marcas na madeira; Perda do pêndulo.	Regular
	Espingarda que pertenceu a um dos integrantes da “Comissão Rondon”	Não identificado	1894	Desgaste, oxidação, sujidade, marca, riscos no metal do cano; Desgaste, sujidade, parte quebrada da coronha e soleira.	Regular

	Balança manual	Não identificado	1902	Desgastes, sujidade, riscos e marcas na madeira; Desgaste, oxidação, sujidade, marca, riscos no metal dos pratos; Desgaste, sujidade, parte quebrada da coronha e soleira; Acréscimo dos fios de suporte que estão arreventados.	Regular
	Telefone	Casa Dodsworth	Década de 1920	Desgastes, sujidade, abrasão, riscos e marcas na madeira; Oxidação, riscos e sujidade nas partes metálicas; Parte solta (fio cortado), sujidade, abrasão e riscos no fone.	Regular

	Máquina fotográfica	Anasco/ Shursot	Década de 1940	Desgastes, sujidade, abrasão, riscos e marcas no revestimento plástico, oxidação, abrasão, marca e riscos.	Bom
	Projeto 16 mm à manivela	(?)	Década de 1940	Desgaste, marca, oxidação, sujidade, abrasão, fraturas, fita adesiva, perda de policromia e riscos no metal; Parte quebrada da lente e bobina.	Regular

	Relógio de mesa	Westclox	(?)	Desgaste, amarelamento e sujidade no papel do mostrador; Sujidade, riscos e escurecimento no metal.	Bom
	Máquina de calcular	Burroughs	Década de 1950	Desgaste, sujidade, riscos e marca generalizada; Amarelamento das teclas.	Bom

	Projektor elétrico 16 mm	Victor Sound	Década de 1950	Desgaste, sujidade, riscos, arranhão, abrasão, marcas, perda de policromia, fita adesiva.	Bom
	Alto falante para projektor 16 mm	Victor Sound	Década de 1950	Desgaste, sujidade, riscos, arranhão, abrasão, marcas, perda de policromia, fita adesiva.	Bom

	Máquina de escrever manual com maleta	Remington	Década de 1960	Desgaste, sujidade, riscos, arranhão, abrasão, marcas, perda de policromia, mancha.	Bom
	Câmera fotográfica com flash	Câmera - Olympus - Trip 35 Flash - Mirage MV 220	Década de 1960	Desgaste, sujidade, abrasão, riscos e marcas no revestimento plástico; Oxidação, abrasão, marca, nas partes metálicas.	Bom

	Rádio de mesa a pilha e elétrico	Frahm – PL 500	D Década de 1970	Desgaste, abrasão, sujidade, riscos e marcas na madeira;	Bom
---	-------------------------------------	-------------------	------------------------	---	-----

Quadro 3 - Inventário e diagnóstico de conservação dos objetos de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso.

Fonte: Fotos e dados do inventário realizado por Fernando José R dos Santos, 08 fev. 2017.

INVENTÁRIO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO E PUBLICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO				
DOCUMENTO DE ARQUIVO OU PUBLICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	AUTOR	ANO	DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO	AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Mapa. Planta da linha construída de S. Lourenço até arredores de Coxim	Ministério da Guerra: Comissão Constructora de Linhas Telegraphicas no Estado de Mato Grosso	1901	Mancha d'água, amarelamento, fita adesiva, marcas, ondulação, sujidade no papel.	Regular
Relatório apresentado á Directoria Geral dos Telegraphos e a Divisão de Engenharia do Departamento da Guerra. (Publicação Nº39)	Tenente-Coronel Candido Mariano da Silva Rondon	Década de 1910	Acentuada acidez do suporte, bordas fragilizadas, sujidade, amarelamento, marcas, manchas, lombada fragilizada, folhas soltas, capa anterior e posterior solta, rasgos, galeria de insetos.	Ruim
Quatro mapas do anexo n.5 de História Natural, "Mineralogia e Geologia", pelo Dr. Alerto Betim Paes Leme	(?)	Década de 1910	Acentuada acidez do suporte, bordas fragilizadas, sujidade, amarelamento, marcas, manchas, lombada fragilizada, folhas soltas, capa anterior e posterior solta, bordas fragilizadas, rasgos, anotações a lápis e caneta.	Ruim

Relatórios diversos: projectos, orçamentos, medições, observações meteorológicas, etc. (Publicação 37, Anexo nº4)	Comissão de linhas telegráficas estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas. Primeiro tenente Emmanuel Silvestre do Amarante	1910	Bordas fragilizadas, sujidade, marcas, manchas, lombada fragilizada, manchas d'água, capa anterior e posterior solta, rasgos, fita adesiva, perda de suporte, folhas soltas, acidez, amarelecimento, papel quebradiço.	Ruim
Levantamento e locação do trecho compreendido entre os rios Zolaharuiná. (Burity) e Juruena. (– Anexo nº 3)	Comissão de linhas telegráficas estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas. Primeiro tenente Emmanuel Silvestre do Amarante	Década de 1910	Bordas fragilizadas, sujidade, marcas, manchas, lombada fragilizada, fita adesiva, perda de suporte, amarelecimento, acidez.	Regular
Acta de inauguração da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso	(?)	03/05/1912	Bordas fragilizadas, sujidade, marcas, manchas, bordas fragilizadas, amarelecimento, acidez, dobras.	Regular
Album Graphico do Estado de Matto Grosso	S. Cardoso Ayala e F. Simon	1914	Bordas fragilizadas, sujidade, marcas, manchas, lombada fragilizada, manchas d'água, capa anterior e posterior solta, rasgos.	Regular

Exploração e levantamento dos rios Anary e Machadinho. (Publicação nº48 – Anexo nº 2)	Comissão de linhas telegráficas estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas. Capitão de engenharia Nicolau Bueno Horta Barbosa	1916	Bordas fragilizadas, sujidade, marcas, manchas, lombada fragilizada, manchas d'água, capa anterior e posterior solta, rasgos, fita adesiva, perda de suporte, anotações a caneta, acidez, amarelecimento.	Regular
Foto	Cândido Mariano da Silva Rondon e Leopoldo Moraes de Mattos no vapor Parahyba em viagem a Porto Velho	1918	Bordas fragilizadas, sujidade, marcas, manchas, dobras, esmaecimento.	Bom
Mapa - Carta Synthetica da Região Centro Oeste, indicando a natureza dos trabalhos sertanejos realizados sob a direção do General Candido Mariano da Silva Rondon	Comissão de linhas telegráficas estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas	1921	Desgaste, abaulamento, amarelamento, marcas, ondulação, sujidade, bordas fragilizadas, descoloração, manchas.	Regular
Telegrama	Marechal Candido Mariano da Silva Rondon para o Capitão Noronha	1923	Bordas fragilizadas, sujidade, marcas, manchas, dobras, acidez, amarelecimento.	Regular

Bilhete	Marechal Candido Mariano da Silva Rondon ao Coronel Virginio Ferraz	1948	Amarelamento, marcas, ondulação, sujidade, bordas fragilizadas, escurecimento, manchas, bordas fragilizadas, perda de suporte, mancha d'água.	Regular
Relatório dos trabalhos realizados de 1900 – 1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso	Commissão de linhas telegráficas estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas. Major de Eng. Candido Mariano da Silva Rondon	1949	Bordas fragilizadas, sujidade, marcas, manchas, lombada fragilizada, capa anterior e posterior solta, rasgos, fita adesiva, perda de suporte, acidez, amarelecimento, fita adesiva.	Ruim
Carta	Marechal Candido Mariano da Silva Rondon ao Engenheiro José Garcia Neto	1951	Bordas fragilizadas, sujidade, marcas, manchas, dobras, acidez, amarelecimento.	Bom
Obra bibliográfica com dedicatória de Marechal Candido Mariano da Silva Rondon (1952)	Charles Henri Badet "Charmeur d'indiens: le general Rondon	1951	Amarelamento, marcas, ondulação, sujidade, bordas fragilizadas, descoloração, manchas, escurecimento, lombada fragilizada, bordas fragilizadas, tinta, carimbo, anotações a lápis e caneta.	Regular

Mapa. Carga do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas.	Serviços de conclusão da Carta de Mato Grosso, Ministério da Guerra – Estado maior do Exército sob direção do Gen. de Div. Candido Mariano da Silva Rondon	1952	Sujidade, marcas, manchas, escurecimento, acentuada acidez do suporte, perda pontual de suporte, anotações a caneta, acidez, amarelecimento, manchas d'água.	Regular
Bilhete	Marechal Candido Mariano da Silva Rondon ao Governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa	1955	Amarelamento, furos, dobras, sujidade, escurecimento, manchas.	Regular
Projeto de lei do deputado José Garcia Neto propondo a criação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Deputado José Garcia Neto	1967	Amarelamento, marcas, ondulação, sujidade, dobras, descoloração, manchas, escurecimento, mancha d'água.	Bom

Quadro 4 - Inventário e diagnóstico de conservação dos documentos e publicações bibliográficas de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso.

Fonte: Dados do inventário realizado por Fernando José R dos Santos, 08 fev. 2017.

Quantitativamente, a coleção possui um total de 31 (trinta e um) itens de ciência e tecnologia, sendo 13 (treze) objetos tridimensionais e 18 (dezoito) outros itens, divididos entre documentos de arquivo e publicações bibliográficas. Cronologicamente, dois objetos são do século XIX, e a coleção, em sua totalidade, pertence ao século XX.

Quanto à avaliação do estado de conservação, foi observado que: 55% dos bens culturais se encontram em estado regular de conservação, 31% em bom estado e 14% em estado ruim. Este evento deve-se ao fato da maioria da coleção (dezoito documentos de arquivo e publicações bibliográficas) ser composta em suporte de papel, altamente frágil ao passar dos anos, Figura 25.

Estamos, portanto, diante de uma coleção, num estado de conservação crítica, que pode ocasionar perda significativa de valor agregado à coleção, senão forem adotadas ações e planos estratégicos de conservação.

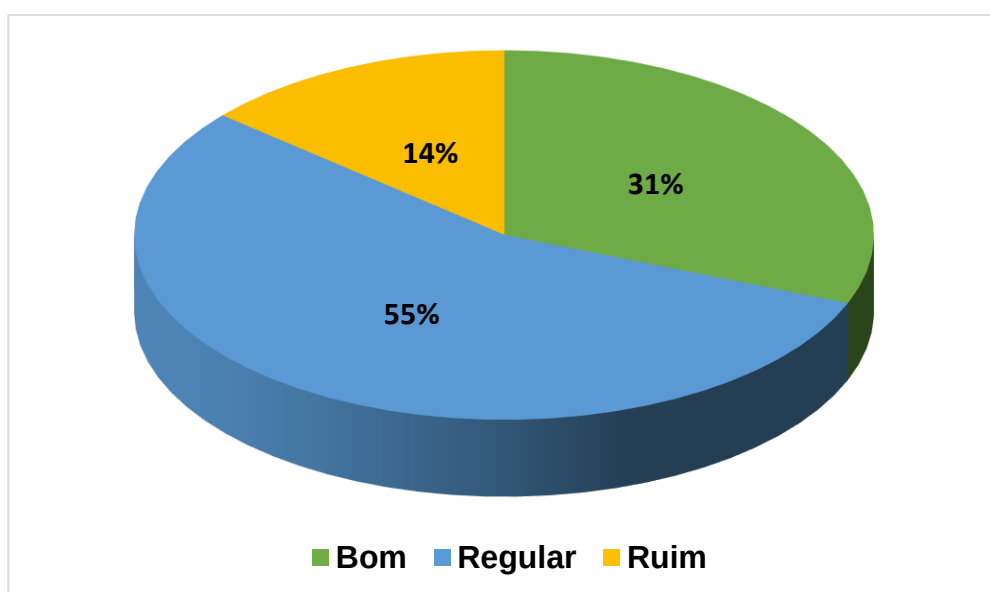


Figura 25 - Gráfico de avaliação do estado de conservação da coleção de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso.

Fonte: Dados do inventário e da avaliação realizada por Fernando José R dos Santos.

2.4. Recursos humanos

A partir de 2012, a gestão do MH-MT passou a ser realizada por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Organizações Sociais (OS), com experiência em produção cultural e artes cênicas. Com recursos

que variavam de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) nos contratos de gestão de 2013 a 2016, as OSCIP e/ou OS mantinham uma equipe reduzida que garantia apenas o funcionamento dos serviços básicos de administração, recepção e mediação aos visitantes.

A formação da equipe foi se transformando ao longo dos anos, desde estagiários de graduação (recepcionistas e mediadores) a funcionários com experiência em produção cultural, e ensino superior em direito e história (administração). Nunca foi registrada a atuação direta ou a presença do profissional museólogo. Mesmo sendo imprescindível, sua atividade se restringiu somente à elaboração do plano museológico.

Treinamentos se restringiram somente à aspectos históricos do acervo. Não há registros de profissionais museólogos ou conservadores-restauradores, ministrando ou capacitando a equipe para os trabalhos técnicos do museu. Motivo que levou a encontrar os museus e seus acervos da forma que está – desorganizados, com documentação/informações desatualizadas, sem monitoramento ambiental, mal acondicionados, ausentes de políticas, estratégias, procedimentos e normas, enfim totalmente desestruturados.

2.5. Significância da coleção de ciência e tecnologia para o patrimônio cultural do Estado de Mato Grosso

Foi na Carta de Veneza (1964) que o termo significância cultural foi utilizado pela primeira vez, em um documento. No entanto, com a aprovação da Carta de Burra (1999) pelo ICOMOS/Austrália, a noção e compreensão foi definida com precisão.

A carta de 1999 definiu o termo significância como um conjunto de valores de um bem patrimonial. Assim, passava então a ser compreendida como “o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes e futuras” que se apresentam incorporados “no sítio, na estrutura, na ambiência, nos usos, nas associações, nos registros, e se relacionam com os sítios e objetos” (Art. 1. Carta de Burra. ICOMOS/Austrália, 1999).

Mas, de acordo com Avrami *et al* (2000, p.6), desde Riegl às políticas da Carta de Burra (1999), esses valores já haviam sido categorizados em estéticos,

religiosos, políticos, econômicos, etc⁴⁶.

De acordo com Avrami *et al* (2000, p.6), significado cultural é um conjunto subjetivo de práticas sociais politizadas e interligadas com os processos econômicos, políticos e culturais da comunidade local. Logo, o patrimônio cultural apresenta valores em constante transformação, uma vez que acompanha a evolução dos indivíduos e dos grupos sociais.

Além disso, o conceito de valor não é intrínseco ao objeto e/ou coleção. Pode variar entre indivíduos e mudar com o tempo. É subjetivo e entendido de forma dinâmica e contingente, pois depende de atores diversificados e deve ser revisto e atualizado periodicamente. Desta forma, o significado cultural é um termo que contém múltiplos valores atribuídos aos objetos, edifícios e paisagens.

Ainda segundo as autoras, a conservação dos bens culturais é um meio de criar e recriar o patrimônio cultural, uma vez que acumula marcas e sentidos de gerações situando-as num contexto ainda maior: esfera cultural, discurso público, globalização, evolução tecnológica, ideologia de mercado e fusão cultural. (AVRAMI; MASON; TORRE, 2000, p. 07).

No ano de 2001 o “*Collections Council of Australia Ltd*” desenvolveu um guia para auxiliar na elaboração da significância cultural de objetos e coleções. O documento intitulado de “*Significance 2.0: A guide to assessing the significance of collections*” foi reeditado em 2009, e apresenta contribuições para a construção da significância dos bens culturais.

A versão *on-line* do método australiano, mesmo que em na língua inglesa, foi escolhida por se apresentar em formato de guia que traz o passo-a-passo como a declaração deve ser feita, utilizando exemplos de como outras pessoas e instituições tem utilizado a valoração em museus, galerias de arte e coleções históricas. Considerando a relevância, facilidade e clareza como é apresentado, não somente auxiliou na elaboração da declaração de significância da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, mas também poderá servir como modelo para as demais instituições do estado.

A significância define os significados e valores de um objeto ou coleção através da pesquisa e análise, e os avalia em relação a um conjunto padrão de

46 Tradução do autor. “From the writings of Riegl to the policies of the Burra Charter, these values have been ordered in categories, such as aesthetic, religious, political, economic, and so on. (Avrami, Mason, & Torre, 2000, p.07).

critérios (RUSSEL; WINKWORTH, 2009, p.20).

Segundo o guia, a avaliação da significância envolve três fases: análise do objeto, compreensão da história e do contexto e a identificação dos valores do objeto para as comunidades. Existem ainda quatro critérios primários (histórico, artístico ou estético, científico ou de pesquisa, social ou espiritual), e quatro critérios comparativos (procedência, raridade ou representatividade, estado de conservação e funcionamento, capacidade de interpretação) para avaliar o significado dos acervos e coleções. Entretanto um ou mais critérios podem ser aplicados e estar inter-relacionados (RUSSEL; WINKWORTH, 2009, p.39).

É preciso ressaltar que não é necessário encontrar provas de todos os critérios para justificar a significância. Um item ou coleção pode ser altamente significativo, mesmo que seja relevante apenas no critério primário. Os critérios comparativos interagem com os critérios primários para modificar ou esclarecer o grau de significância.

De acordo com o guia, a metodologia se desdobra em: compreensão da história e origem do objeto, compreensão do contexto no qual o objeto está inserido, análise da autenticidade e da integridade do objeto, identificação dos valores e elaboração da declaração. Quanto ao texto da declaração, “escreva uma declaração sucinta de significância que inclua os valores e significados do objeto. Não basta dizer que o objeto é significativo, deve-se explicar por que é importante e o que isso significa” (RUSSELL e WINKWORTH, 2009, p.20).

De modo prático, considerando-se a aplicação da metodologia escolhida para o estudo, bem como seus resultados, os critérios utilizados para a elaboração da declaração de significância da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT foram:

- a) Critérios primários: histórico, científico ou de pesquisa;
- b) Critérios comparativos: procedência, raridade ou representatividade, estado de conservação e capacidade de interpretação (relevância para o museu e a coleção).

Para a elaboração do texto da declaração de significância foram aplicadas as orientações de Russel e Winkworth (2009), tais como segue:

- a) O texto da declaração precisa ser sucinto, claro e objetivo;
- b) A introdução é breve, focando na origem histórica da coleção e/ou na data aproximada e nos elementos significativos;
- c) Os atributos materiais e imateriais devem ser incluídos, referindo-se aos

materiais e técnicas construtivas, materiais e técnicas em desuso, evolução tecnológica;

d) Os valores e significados devem ser descritos e destacados objetivamente;

e) Os valores antigos e os valores agregados com o passar dos anos devem ser identificados, relacionando-os a acontecimentos e eventos importantes no passado e seu uso posterior;

Para a elaboração da declaração de significância da coleção de ciência e tecnologia foram analisados 31 (trinta e um) itens de ciência e tecnologia considerados enquanto conjunto. Utilizou ainda da análise documental e do estudo dos objetos inventariados, os quais tiveram seus valores avaliados, enquanto conjunto.

O procedimento também contou com as contribuições dos historiadores (informação verbal)⁴⁷ da Coordenadoria de Patrimônio Cultural da SEC-MT que foram interrogados sobre qual o significado cultural da coleção para o estado de Mato Grosso, e a da importância de sua preservação frente à necessidade de utilização em exposições, pesquisas, etc. A somatória dos valores atribuídos à coleção é que determinará sua significação.

DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DA COLEÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO (MH-MT)

O Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) foi inaugurado em 12 de agosto de 1978 e funciona no edifício do “Thesouro do Estado”, prédio inaugurado em 23 de junho de 1898 para abrigar a Thesouraria Provincial (Contadoria Provincial) de Mato Grosso.

Com arquitetura utilizando repertório neoclássico, o edifício segue uma rígida distribuição dos elementos estéticos e construtivos, com destaque para o eixo de simetria marcado pelo coroamento do acesso principal, que proporciona uma simetria de suas fachadas; suas bases são assentadas em pedra canga lavrada, suas alvenarias em tijolos de barro queimado, com o piso em ladrilhos hidráulicos. Situado na Praça da República, no centro histórico de Cuiabá, o edifício integra o Patrimônio Histórico e Artístico Estadual, tombado pela Fundação Cultural de Mato Grosso, em 11 de março de 1983.

A coleção de ciência e tecnologia do MH-MT é composta por trinta e um itens, dos quais os objetos mais antigos são da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX (Quadro 3), e os documentos de arquivo e

47 Informações fornecidas em 08/2017 por Fernanda Quixabeira Machado e Luciwaldo Pires de Ávila, historiadores da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SEC-MT.

publicações bibliográficas são da primeira metade do século XX (Quadro 4). Pertence ao conjunto do acervo do MH-MT que está dividido em quatro coleções e/ou períodos e salas expositivas distintas, os quais expõem os ciclos da ancestralidade, colônia, império e república, retratando episódios da ocupação e expansão do solo mato-grossense, as manifestações culturais, a evolução histórica e cultural.

Os objetos são originários do Antigo Palácio Alencastro (sede do governo estadual de 1819 até 1959, quando foi demolido), da antiga Residência dos Governadores (inaugurada na década de 1940 e desativada em 1986) e de personagens que atuaram na exploração aurífera e comercial.

Possuem materiais, técnicas construtivas que, além da beleza, antiguidade, unicidade ou valor comercial tornaram-se raros ou valiosos, dadas suas características individuais, pois demonstram a evolução tecnológica do período em que foram fabricados, em desuso nos dias atuais.

As publicações bibliográficas, em sua totalidade, se referem a atuação de Candido Mariano da Silva Rondon, mato-grossense nascido no distrito de Mimoso e que coordenou de 1900 a 1906 a implantação da rede telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas. Possuem além da beleza tipográfica, antiguidade, unicidade ou valor comercial tornando-se raros ou valiosos, pelo seu potencial de informação ou procura. Eles podem inclusive carregar significados que os retiram da categoria de livros comuns para as de raridades bibliográficas, adquirindo os símbolos de poder, de status, de desenvolvimento científico e tecnológico, uma vez que são relatórios técnicos que fizeram parte de um projeto de governo que previa a defesa das fronteiras brasileiras, contato com sociedades indígenas, investigações científicas e ocupação da região centro-oeste.

Os relatórios possuem significativo valor científico, pois seu conteúdo agrega contribuições para a época provenientes da atuação de médicos, botânicos, biólogos, geólogos, antropólogos, meteorologistas e especialistas da fauna, flora, etc. Das observações, pesquisas, análises experimentos e medições, surgiram inúmeros relatórios de alto valor para a ciência dos dias atuais.

Com relação à Comissão Rondon, seu valor é altamente reconhecido para além das fronteiras do estado pela enorme contribuição que representa para o desenvolvimento da ciência no Brasil, sendo também o alicerce das políticas públicas relacionadas aos povos indígenas.

Os documentos de arquivo correspondem à atuação de personalidades relacionadas à evolução de importantes instituições que atuam no campo da evolução história-científica mato-grossenses. Além da antiguidade, originalidade, tornando-se raros ou valiosos, pelo seu potencial de informação. Eles podem inclusive carregar significados que os retiram da categoria de documento comum para as de raridades documental, adquirindo os símbolos de poder e de status, uma vez que são documentos originais de personalidades mato-grossenses.

De acordo com os historiadores da SEC-MT, “os objetos são exemplares remanescentes de diversos períodos históricos e de variados usos e aplicações, reunidos ao longo dos anos. Se referem à peças raras e *sui generis*, visto não haver

em nossa região antiquários ou assemelhados, constituindo-se em sua maioria em peças únicas, de considerável valor comercial”.

Os objetos se apresentam como ícones da tecnologia empregada na vida pública e privada nos séculos XIX e XX, são representações de aparelhos, máquinas e técnicas utilizadas para diversas tarefas da vida cotidiana, demonstrando o modo de vida e estilos empregados na solução dos problemas diários e na comodidade de instrumentos e aparatos que à sua época foram modernos.

Como amostras dos avanços científicos de sua época, tais objetos podem ser usados como recurso didático-pedagógico para demonstrar a evolução tecnológica dos eletrodomésticos, equipamentos e instrumentos de medição, configurando-se como elementos indispensáveis para compreensão da evolução tecnológica que modificou e moldou hábitos e costumes, encurtou distâncias, facilitou a realização de tarefas penosas, salvou e modificou vidas, e possibilitou mais conforto e comodidade ao povo mato-grossense.

Os objetos, embora não sejam raros em acervos de museus, são significativos devido ao seu bom estado de conservação, completude, proveniência e evolução tecnológica, e de ter fornecido comodidade aos seus proprietários.

Quanto às publicações e documentos de arquivos, os historiadores da SEC-MT afirmam que “essas publicações configuram-se como amostras históricas da literatura científica usada no processo de ocupação territorial do Centro-Oeste brasileiro, região diferenciada por peculiaridades físicas e naturais, bem como culturais, pois a um tempo englobava fronteira política com países de fala espanhola, e congregava em seus sertões numerosas nações indígenas de diversas etnias, habitantes nativos da Amazônia, cerrado e pantanal, além de serras e chapadões, no território que abarca esses biomas e já englobou os atuais estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”.

Nos relatórios é possível vislumbrar os pressupostos culturais, políticos e científicos, as técnicas, parâmetros médicos, antropológicos, sociológicos, militares, jurídicos que inspiraram, instruíram e serviram de suporte ideológico e estratégico no processo de colonização dessa região do centro do continente sul-americano.

Além do valor histórico, cultural e científico, dada a singularidade que os torna exemplares raros, essas publicações oferecem observações e registros valiosos da época em que foram editados (século XX). Também oferecem dados indispensáveis para a formulação de quadros históricos-científicos comparativos, capazes de demonstrar a evolução tecnológica empregada no processo de colonização desse vasto território.

As publicações bibliográficas são significativas, devido ao seu estado regular de conservação, tornando-se raros ou valiosos, pelo seu potencial de informação, uma vez que são publicações esgotadas.

Quadro 5 - Declaração de Significância da Coleção de Ciência e Tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso.

Fonte: Fernando José R. Santos, 2017.

Segundo Russel e Winkworth, a declaração de significância é um mecanismo importante para ajudar os gestores de coleções a compreender e conservar os significados e valores dos objetos (RUSSELL e WINKWORTH, 2009, p.53).

Dessa maneira, a noção de valor atribuída à coleção e qualificada na declaração de significância é que norteará as ações de conservação, respondendo o porquê que aquele objeto/coleção deve ser preservado, constituindo elemento primordial para gestão em preservação.

Compreender o significado antes de tomar decisões sobre os objetos ou coleções, ajuda a orientar as decisões sobre todos os aspectos relacionados à gestão do acervo, incluindo aquisições, preservação, avaliação de riscos, acesso, interpretação, empréstimos e repatriamento. Faz sentido entender como e por que um item é significativo ou não, antes de tomar decisões ou medidas que possam afetar sua conservação ou significado. (RUSSELL e WINKWORTH, 2009, p.53).

A declaração de significância é um processo que auxilia a gestão racional dos acervos e recursos. Depois de pronta, a declaração de significância deve considerar a elaboração de políticas, guias, recomendações e ações para a preservação, o gerenciamento e o acesso às coleções. Precisa prever orientações para o acondicionamento e armazenamento, monitoramento e identificação de problemas ou características a serem consideradas no tratamento de conservação, pesquisas adicionais e estratégias ou ações que possam ser incorporadas no plano estratégico ou plano de gerenciamento de acervos da instituição (RUSSELL e WINKWORTH, 2009, p.22).

A formalização a partir da elaboração da declaração de significância representa um importante instrumento para gestão de instituições de guarda de acervos, priorizando os itens mais significativos através de programas de conservação, exposição, pesquisa e acesso. Justifica a tomada de determinadas decisões sobre a coleção, contribuindo seguramente na preservação do patrimônio cultural.

Convém ressaltar que o significado do patrimônio cultural deve orientar todas as decisões sobre a preservação dos acervos, pois toda declaração de significado sempre será um resumo dos valores e da importância de um objeto, coleção ou monumento, sendo um instrumento essencial para definição de políticas de preservação e planos de conservação (RUSSEL; WINKWORTH, 2009, p.39).

Considerando que não é possível preservar tudo para sempre, a avaliação de significância é um elemento primordial e uma maneira de contar histórias convincentes sobre os itens, coleções ou acervo, explicando porque são importantes e porque devem ser preservados.

As informações contidas na coleção de ciência e tecnologia do MH-MT são de grande importância para a memória científica e podem desaparecer ou perder seu valor por uso inadequado, falta de preservação e segurança. Dessa forma, a implantação de uma política de preservação, consiste em salvaguardar e atestar valor dos bens culturais, demonstrando o que e como o bem precisa ser preservado.

A Constituição Federal de 1988 traz artigos referentes ao patrimônio cultural brasileiro dentre os quais merece atenção:

Artigo 23º - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...] III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural (BRASIL, 1988).

Atendendo as orientações constitucionais, o termo política foi utilizado no presente estudo no sentido de reunir um conjunto de normas e orientações sobre temas específicos da área da preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT que pudesse orientar as ações de gestão da OSC que, futuramente, virão a administrar o museu.

Assim, as atividades de preservação representam também a responsabilidade social da OSC, e deve ser incentivada continuamente para a consequente melhoria dos ambientes, a qualificação e a conservação dos bens culturais, assim como a qualidade do acesso, como resultado da expansão da vida útil da coleção.

Desta forma, munidos de todas as informações coletadas e analisadas neste capítulo, poderemos propor as políticas de preservação fazendo uso prudente e conscientes dos escassos recursos financeiros, prevendo ações de aquisição, documentação, conservação, pesquisas, etc.

Neste sentido, o planejamento e a elaboração da política de preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT exigiu o estabelecimento de critérios,

decisões e prioridades que orientaram todo o processo.

As ações nortearam a OSC na gestão da coleção e terão como princípios o cumprimento da missão do museu, a preservação da informação para o futuro e acesso no presente, visando a pesquisa e a produção científica, bem como o alinhamento com outras políticas que possam ser elaboradas pela OSC na gestão do museu.

2.6. Agentes de deterioração e avaliação dos riscos

A partir das informações analisadas no diagnóstico, é possível identificar os fatores que podem influenciar ou contribuir para a degradação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT.

De acordo com Camacho (2007), a avaliação de riscos compreende “a identificação dos fatores presentes num museu que podem influenciar ou contribuir para a degradação dos bens culturais (CAMACHO, 2007, p. 37).

No ano de 2007, a UNESCO lançou uma parceria com o ICCROM objetivando auxiliar e capacitar os museus dos países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina a melhorarem suas ações de conservação preventiva das coleções. Uma das áreas de concentração da parceria foi a identificação e avaliação dos agentes de deterioração e riscos das coleções⁴⁸.

O produto da parceria resultou na ferramenta para avaliação dos riscos em língua espanhola, intitulado *Manual de Gestión de Riesgo de Colecciones* (2009), desenvolvida pelo Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) em parceria com o Instituto Canadense de Conservação (CCI) e o Instituto Holandês do Patrimônio Cultural (ICN), e que utilizaremos nesta etapa do estudo.

Analisando a metodologia de gerenciamento de riscos proposta pelo ICCROM com a cooperação de outras instituições, conclui-se que o gerenciamento de riscos é um processo contínuo que deve fazer parte das atividades da instituição, envolvendo a direção, funcionários, fornecedores e usuários do museu.

48 Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/museums/unescoiccrom-re-org/unesco-iccrom-partnership-for-the-preventive-conservation-of-endangered-museum-collections-in-developing-countries-2007-2010/#c201972>> Acesso em: 10 dez. 2017.

O método proposto deve ser compreendido como um instrumento de investigação de caráter multidisciplinar, contando com contribuições das diferentes áreas do conhecimento e da tecnologia. Além disso, cabe ressaltar que se faz necessário analisar se o museu possui infraestrutura, condições financeiras e mão de obra disponível para realizar, implementar e manter as recomendações propostas pela metodologia de gerenciamento de riscos.

O manual se adapta à norma técnica australiana e neozelandesa (Australian/New Zealand Standard for Risk Management) sendo estruturado em cinco etapas: estabelecendo o contexto, identificação dos riscos, análise dos riscos, avaliação dos riscos e tratamento dos riscos (ICCROM, 2009, p. 16).

A finalidade desta etapa da pesquisa não foi aplicar a metodologia de gerenciamento de riscos em sua totalidade, uma vez que, como ressaltado, compreende-se que a mesma possui um caráter interdisciplinar.

Neste aspecto, seria necessária a participação de diferentes especialistas (conservador-restaurador, engenheiro civil, elétrico e de segurança, químicos, biólogos, etc), instituições (corpo de bombeiros, polícia, defesa civil, universidades, etc), bem como a participação efetiva dos funcionários, fornecedores e usuários do museu. Demandaria a mobilização de diferentes frentes de trabalho que vão além do que nos propomos neste estudo.

A primeira parte da metodologia (estabelecendo o contexto) foi realizada nas subseções 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 deste capítulo combinando os autores Camacho (2007) e Dawson (2004). A última etapa da metodologia, que aborda o tratamento dos riscos, não será realizada no âmbito desta pesquisa e mestrado, uma vez que o entendimento é de que este processo é cíclico e deve ser incorporado ao sistema de gestão da instituição.

Para fins desse estudo o que se pretende é identificar, conhecer e avaliar os riscos, e, num primeiro momento, analisá-los, de forma a prever a possibilidade do dano ou do risco vir a acontecer, considerando os elementos analisados no diagnóstico (Figura 2).

O resultado dessa avaliação fornecerá elementos que irão orientar a priorização de critérios e ações para subsidiar a elaboração da política de preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT.

2.6.1. Identificação dos agentes de deterioração

De acordo com o Instituto Canadense de Conservação (CCI) *apud* Norma técnica australiana e neozelandesa de gerenciamento de riscos AS/NZS 4360:2004, “Risco pode ser definido como a chance de algo acontecer causando um impacto sobre os objetos”.

Nesta perspectiva, para identificação dos riscos, foram considerados os dez agentes de deterioração que ameaçam as coleções: forças físicas, criminosos (ladrões e vândalos), fogo, água, pragas, poluentes, luz (ultravioleta e infravermelho), temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e dissociação – Quadro 6.

DEZ AGENTES DE DETERIORAÇÃO	
AGENTES DE DETERIORAÇÃO	TIPOS DE RISCO
Forças físicas	Danificam a estrutura física dos objetos causando fissuras, rotação, deformação, estresse e pressão direta ou indiretamente através da colisão/choque entre os objetos da coleção. Os efeitos relacionados à força física são o impacto, choque, vibração, pressão, abrasão, rasgos, arranhões, deformações, etc.
Criminosos	O roubo é a remoção ilegal e oportunista, intencional ou premeditada de um bem cultural, onde o ladrão - um visitante, um membro de um grupo escolar, alguém mentalmente instável ou insatisfeito com o museu - aproveita a oportunidade para roubar algo que esteja prontamente disponível ou desprotegido. O vandalismo é o ato intencional, premeditado ou oportunista de causar danos contra um bem cultural, que pode incluir destruição ou desfiguração. Causam perda total ou parcial de um bem cultural.
Fogo	Danos causados pelo fogo podem ocasionar sérios danos ou perda total do edifício, coleções, paralisação dos trabalhos e serviços. É importante que a prevenção, o controle contra incêndio e a redução de riscos sejam prioritárias nas instituições de guarda, principalmente através do planejamento de ações de proteção dos acervos contra incêndios. Os efeitos podem ser perda total ou parcial, manchas, deformações, fuligem, etc.
Água	Podem ser ocasionadas por situações naturais (chuvas, enchentes) ou falhas mecânicas (infiltrações, problemas no sistema hidrossanitário, aparelhos climatizadores, telhado e/ou janelas). Os efeitos podem ser manchas, desenvolvimento de fungos, deformação, enriquecimento, etc.
Pragas	São organismos vivos capazes de desfigurar, danificar e destruir o bem cultural. Micro-organismos, insetos (cupins, brocas, baratas, traças, etc), roedores (ratos, camundongos), aves e morcegos representam a maioria das pragas que afetam o patrimônio cultural. Existem os micro-organismos como fungos e bactérias no qual os esporos fúngicos e os bacterianos podem ser transmitidos pelo ar ou transportados juntamente com outras partículas. As bactérias podem ser trazidas através da água parada e na maioria

	das vezes contaminada. Podem causar perda total ou parcial, manchas, deformações, sujidades e enfraquecimento.
Poluentes	Os poluentes são agrupamentos de uma variedade de compostos que podem sofrer reações químicas com a matéria prima de um objeto cultural. Os poluentes podem ser gases (ozônio, óxidos de enxofre e nitrogênio, ácidos orgânicos) líquidos (tintas, ceras, solventes, produtos de matéria de limpeza) ou sólidos da origem de atividades humanas ou natural (material particulado, poeira), e são substâncias que são conhecidas por terem consequências negativas nos objetos. Alteram os aspectos estéticos dos objetos causando enfraquecimento, descoloração, manchas, etc.
Luz e radiação UV-ultravioleta e IR-infravermelha	Luz (radiação visível), radiação UV e IR de fontes naturais (radiação solar) e fontes elétricas (lâmpadas) causam desvanecimento, esmaecimento, amarelecimento, enfraquecimento e/ou desintegração de materiais. A radiação IR aquece a superfície dos objetos causando temperatura incorreta (muito alta), com todas as possibilidades de danos descritas no agente de temperatura incorreta como ressecamento, deformações e fraturas.
Temperatura incorreta	Temperaturas muito altas ou baixas e oscilações bruscas podem ocasionar degradação química acelerada, deformações, fraturas, etc.
Umidade relativa - UR	A umidade relativa, ao contrário do fogo, da água, das pragas, etc., não pode ser considerada um agente de deterioração. Não se pode falar de evitar umidade relativa (RH), mas sim de evitar uma umidade relativa "incorreta". Nesta perspectiva prática de avaliação de risco, as diferentes formas de UR incorretas podem ser subdivididas em quatro tipos: • UR muito úmido, acima de 75% de UR; • UR acima ou abaixo de um valor crítico para cada tipologia de material; • Oscilações de UR, e • Ambientes demasiado secos. Umidade relativa incorreta contribui para acelerar a corrosão, o desenvolvimento de microrganismos, biodeterioração de materiais orgânicos, fraturas, deformações, ressecamentos e perdas em materiais que absorvem muita umidade.
Dissociação	Tendência natural de que os sistemas de organização das coleções fiquem desorganizados ao longo do tempo, tornando a localização e o acesso ao bem e as suas informações inviáveis. A dissociação resulta em perda de objetos, perda de informações ou a capacidade de recuperar ou associar os objetos às suas informações.

Quadro 6 - Dez agentes de deterioração.

Fonte: Adaptado a partir de: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration.html>> Acesso em: 10 out. 2017.

A identificação dos riscos e agentes de deterioração para detectar as causas de degradação foi realizada a partir de uma série de informações observadas *in loco* e registradas nas seções 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 deste capítulo, relativos à política institucional, ao edifício, ao acervo e aos recursos humanos do MH-MT.

2.6.2. Análise dos riscos

Posteriormente à coleta de dados e à identificação dos agentes de deterioração, os riscos específicos (Quadro 8), foram classificados em três tipos, de acordo com a frequência de ocorrência proposta por Waller (2013).

A partir deste instrumento, é possível prever e visualizar as vulnerabilidades e prioridade do dano ou risco ocorrer, com base numa escala de prioridade.

TIPOS DE RISCOS DE ACORDO COM SUA FREQUÊNCIA		
Tipo 1 – T1	Raro	Ocorrem raramente, podendo nunca ocorrer. Tem efeitos catastróficos.
Tipo 2 – T2	Esporádico	Ocorrem ocasionalmente, mas provocam danos significativos.
Tipo 3 – T3	Contínuo	Contínuos com efeitos suaves e cumulativos. Podem ser minimizados ou eliminados.

Quadro 7 - Tipos de risco de acordo com a frequência. Adaptado de (WALLER, 2013).
Fonte: <https://www.iiconservation.org/sites/default/files/news/attachments/6652-iic-itcc_2015_notes_quick_summary_of_cpram_robert_waller.pdf> Acesso em: 12 out. 2017.

De acordo com Waller (2013) nunca todos os riscos poderão ser identificados, pois existe sempre a chance de um risco ser "desconhecido". Ainda assim, usando uma combinação dos "agentes de deterioração" e "tipos de risco", podemos ter uma visão mais abrangente para formular uma avaliação (WALLER, 2013, p. 3).

Com o propósito de analisar a ocorrência dos riscos na coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, foi realizada uma combinação possível entre os dez agentes de deterioração ou “riscos genéricos” que podem influenciar ou contribuir para a degradação da coleção.

A combinação resultou em 23 (vinte e três) ocorrências, ameaças e/ou “riscos específicos”, de acordo com a tipologia da coleção que foi dividida conforme a composição dos materiais dos objetos (metal, vidro, couro, madeira e plástico) e dos documentos e publicações bibliográficas (papel). Com a finalidade de visualizar o impacto e magnitude dos riscos, para análise e avaliação consideramos os “riscos específicos” do Tipo 3 – T3 – Contínuo, visto que são cumulativos e podem ser eliminados ou minimizados.

AGENTES DE DETERIORAÇÃO E TIPOS DE RISCOS DA COLEÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO	
AGENTES DE DETERIORAÇÃO	RISCOS (ameaças e/ou ocorrências) ESPECÍFICOS DE ACORDO COM A FREQUÊNCIA
Forças físicas	T1. Desastres naturais: terremoto, ventos fortes
	T2. Vibrações fortes: colisões de automóveis, queda decorrente de acondicionamento incorreto, transporte e manuseio incorreto, impactos, falhas do edifício
	T3. Vibrações constantes: acondicionamento inadequado, vibrações no assoalho
Criminosos	T2. Furto e roubo
	T3. Vandalismo
Fogo	T1. Grande proporção: danos pelo fogo, fuligem e água decorrentes de incêndio
	T2. Pequena proporção: em área limitada
	T3. Atividades com líquidos inflamáveis, inobservância à proibição de não fumar, falhas no sistema elétrico do edifício e equipamentos
Água	T1. Inundação e enchentes ocasionadas por chuvas fortes e/ou ruptura de tubulações
	T2. Umidade por capilaridade
	T3. Infiltrações e vazamentos, ocasionados por problemas na infraestrutura do edifício
Pragas	T2. Fungos e bactérias
	T3. Insetos xilófagos, aves, morcegos, roedores e outros animais
Poluentes	T2. Externas: emissão de automotores, comércio, construções, queimadas
	T3. Internos: produtos de limpeza, tintas, bebidas e alimentos, usuários e funcionários, poeira, materiais inadequados para acondicionamento: fitas, adesivos, colas e filmes, solventes, papel ácido
Luz e radiação UV e IR	T3. Exposição direta ou indireta, à luz natural ou artificial (níveis elevados e constantes)
Temperatura incorreta	T3. Oscilações
Umidade relativa incorreta	T1. Muito baixa
	T2. Muito alta
	T3. Oscilações
Dissociação	T1. Abandono
	T2. Perda de peças ou de informações, ausência/perda de etiquetas/rótulos
	T3. Perda documentação por arrumação incorreta ou dissociação entre objeto e informação

Quadro 8 - Agentes de deterioração e tipos de riscos da coleção de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso.

Elaborado por: Fernando José R. dos Santos.

Por fim, o objetivo nesta fase foi fornecer dados e informações sobre a ocorrência dos agentes de deterioração e dos riscos específicos para, então, analisá-los em todos os níveis de proteção da coleção, desde a localização geográfica até o bem cultural examinado individualmente.

2.6.3. Análise e avaliação dos riscos

Considerando que os agentes de deterioração, os riscos específicos e a frequência de ocorrência foram identificados e analisados, com o propósito de estabelecer prioridades e tomar decisões para subsidiar a política de preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, esta fase tem a finalidade de avaliar e interpretar a importância de cada risco baseada no nível de sua magnitude.

Para a análise da magnitude foram adotadas as escalas ABC do *Manual de Gestión de Riesgo de Colecciones* (2009), baseadas na somatória dos valores de riscos atribuídos em cada uma das etapas. Desse modo, após a análise dos riscos, foram atribuídos valores numa escala de um a cinco (1 - 5) para as seguintes questões e para cada agente de deterioração – Figuras 26, 27 e 28.

Escala “A”: Com que frequência e em quanto tempo ocorrem os riscos?

A Para eventos, ¿Con qué frecuencia ocurrirá el riesgo? Para procesos continuos, ¿Qué tan pronto ocurrirá el riesgo?									
Puntaje	Promedio de ocurrencia de los eventos. O Período de tiempo para procesos valorados en B			Probabilidad en 1 año		Probabilidad en 100 años		Eventos por año entre 100.000 museos, o eventos cada 10 años entre 10.000 museos, o eventos cada 100 años entre 1.000 museos.	
5	~1 año	1 – 2 años							
4½	~3 años	2 – 6 años							
4	~10 años	6 – 20 años	~0.1	0.2–0.06					
3½	~30 años	20 – 60 años	~0.03	0.06–0.02					
3	~100 años	60 – 200 años	~0.01	0.02–0.006					
2½	~300 años	200 – 600 años	~0.003	0.006–0.002	~0.3	0.6–0.2			
2	~1 000 años	600 – 2000 años			~0.1	0.2–0.06	~100	200–60	
1½	~3 000 años	2 000 – 6 000 años			~0.03	0.06–0.02	~30	60–20	
1	~10 000 años	6 000 – 20 000 años			~0.01	0.02–0.006	~10	20–6	
½	~30 000 años	20 000 – 60 000 años			~0.003	0.006–0.002	~3	6–2	

Notas de A
Considere como riesgos continuos a los eventos que ocurren más de una vez al año.
Para los riesgos continuos, seleccione el grado de daño de acuerdo con su contexto y valore el tiempo que se requiere para alcanzar este daño; ya sea un daño máximo, o un daño apenas observable, o un punto entre ambas posibilidades.

Figura 26 - Intervalo de tempo cumulativo para degradação.

Fonte: ICCROM. *Manual de Gestión de Riesgo de Colecciones* (2009, p. 57).

Escala “B”: Quanto de valor cada objeto afetado perderá?

B ¿Cuanto valor perderá cada objeto afectado?					
Puntaje	¿Qué fracción de su valor perderá cada objeto afectado?		¿Cuántos objetos podrían sufrir este grado de daño antes de que el museo prefiera perder por completo un solo objeto?		Guías lingüísticas Se ofrecen como guías, no como definiciones.
5	~100%	100% – 60%	~1	1 – 2	Pérdida total o casi total de cada objeto afectado
4½	~30%	60% – 20%	~3	2 – 6	
4	~10%	20% – 6%	~10	6 – 20	Pérdida considerable de valor de cada objeto afectado
3½	~3%	6% – 2%	~30	20 – 60	
3	~1%	2% – 0.6%	~100	60 – 200	Pérdida pequeña de valor de cada objeto afectado
2½	~0.3%	0.6% – 0.2%	~300	200 – 600	
2	~0.1%	0.2% – 0.06%	~1 000	600 – 2 000	Pérdida mínima de valor de cada objeto afectado
1½	~0.03%	0.06% – 0.02%	~3 000	2 000 – 6 000	
1	~0.01%	0.02% – 0.006%	~10 000	6 000 – 20 000	Pérdida insignificante de valor de cada objeto afectado
½	~0.003%	0.006% – 0.002%	~30 000	20 000 – 60 000	
Notas de B Utilice una pérdida promedio para todos los objetos afectados. Para eventos continuos, asegúrese de valorar el daño y el período de tiempo seleccionados para la puntuación de A.					

Figura 27 - Valor perdido por objeto.

Fonte: ICCROM. *Manual de Gestión de Riesgo de Colecciones* (2009, p. 58).

Escala “C”: Quanto do valor da coleção será afetado?

C ¿Qué tanto de la colección será afectada?				
Puntaje	Como porcentaje estimado	Como rango de porcentajes	Como fracción aproximada	Guías lingüísticas Se ofrecen como guías, no como definiciones.
5	~100%	100% – 60%	~1	Todo o casi todo el valor de la colección
4½	~30%	60% – 20%	~1/3	
4	~10%	20% – 6%	~1/10	Una fracción considerable del valor de la colección
3½	~3%	6% – 2%	~1/30	
3	~1%	2% – 0.6%	~1/100	Una fracción pequeña del valor de la colección
2½	~0.3%	0.6% – 0.2%	~1/300	
2	~0.1%	0.2% – 0.06%	~1/1000	Una fracción mínima del valor de la colección
1½	~0.03%	0.06% – 0.02%	~1/3000	
1	~0.01%	0.02% – 0.006%	~1/10 000	Una fracción insignificante del valor de la colección
½	~0.003%	0.006% – 0.002%	~1/30 000	
Notas de C Esta cantidad se mide en términos del “diagrama de valor de la colección” En colecciones grandes cuyos objetos tienen el mismo valor, esta escala puede medirse contando objetos, carpetas, estantes, etc.				

Figura 28 - Valor afetado da coleção.

Fonte: ICCROM. *Manual de Gestão de Riesgo de Colecciones* (2009, p. 59).

Considerando os dez agentes de degradação e as vinte e três ocorrências, ameaças e/ou “riscos específicos” do Tipo 3 – T3 – Contínuo (Quadro 8), de acordo com cada tipologia da coleção, que foi dividida conforme a composição dos materiais dos objetos e dos documentos e publicações bibliográficas, as prioridades puderam ser previstas.

Para uma rápida compreensão e visualização a somatória das escalas podem ser visualizadas no quadro abaixo.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS DA COLEÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO - SOMA DAS TABELAS ABC -				
AGENTES DE DETERIORAÇÃO	A	B	C	MR
Forças físicas	2,5	2,5	3	8
Criminosos	4,5	4	4	12,5
Fogo	3,5	3	3	9,5
Água	3,5	3	4	10,5
Pragas	2	3,5	2	7,5
Poluentes	4,5	2	2	8,5
Luz e radiação UV e IR	4	3	3	10
Temperatura incorreta	4,5	2	2	8,5
Umidade relativa incorreta	4,5	2	2	8,5
Dissociação	5	4	4	13

Quadro 9 - Avaliação dos riscos e somatório das tabelas ABC.

Fonte: Fernando José R. dos Santos.

Após a análise de cada um dos dez agentes de deterioração é possível visualizar as prioridades de acordo com o índice encontrado através da soma dos valores das tabelas ABC. Desta forma, quanto mais alto o índice encontrado, maior será o risco de que o agente de deterioração venha causar danos à coleção de ciência e tecnologia do MH-MT. Os resultados fornecem a prioridade e para sua identificação foi feito o uso da Escala de Magnitude de Riscos (MR) do *Manual de Gestión de Riesgo de Colecciones* (2009).

Escala de magnitudes de riesgo: A + B + C		Implicaciones de los distintos puntajes
15 – 13½ Prioridad catastrófica. Todo o casi todo el valor de la colección se perderá en unos pocos años o menos. Posible solo para colecciones que hayan sido recientemente trasladadas a una zona de alta amenaza, como instalaciones muy mal diseñadas ubicadas en lugares inadecuados, o colecciones que enfrentan un desastre inminente como hostilidades o huracanes.	15	Ejemplos de puntuación donde el riesgo ocurre en 30 años (A = 3½) 14½ 14 13½ = 3½ + 5 + 5 Todo o la mayor parte del valor de cada objeto se pierde para toda o casi toda la colección en 30 años.
	14½	
	14	
	13½	
13 – 11½ Prioridad extrema. Daño significativo de toda la colección, o una pérdida total de una fracción significativa en aproximadamente una década o menos. Estas puntuaciones aparecen normalmente después de un incendio grave o ante un riesgo de robo, o probabilidades muy altas de daño en un edificio nuevo y mal diseñado por luz natural directa o U.V.	13	13½ = 3½ + 5 + 5 Todo o la mayor parte del valor de cada objeto se pierde para toda o casi toda la colección en 30 años. 12½ 12 11½ = 3½ + 4 + 4 Pérdida significativa de valor de una fracción significativa de la colección en 30 años.
	12½	
	12	
	11½	
11 – 9½ Prioridad alta. Pérdida significativa de valor de una fracción pequeña de la colección en una década, o pérdida significativa de valor de la mayor parte de la colección en un siglo. Estos puntajes son comunes en museos donde la conservación preventiva jamás ha sido una prioridad, o donde algunos objetos preciosos están expuestos a un robo fácil.	11	11½ = 3½ + 4 + 4 Pérdida significativa de valor de una fracción significativa de la colección en 30 años. 10½ 10 9½ = 3½ + 3 + 3 Pérdida pequeña de valor para una pequeña fracción de la colección en 30 años.
	10½	
	10	
	9½	
9 – 7½ Prioridad media. Daño moderado o una pérdida similar de valor en muchas décadas. O, una pérdida significativa de casi toda la colección en el transcurso de varios milenios. Este puntaje aplica a las mejoras continuas que incluso museos concientes deben hacer después de haber tratado los riesgos más altos.	9	9½ = 3½ + 3 + 3 Pérdida pequeña de valor para una pequeña fracción de la colección en 30 años. 8½ 8 7½ = 3½ + 2 + 2 Pérdida mínima de valor para una mínima parte de la colección en 30 años.
	8½	
	8	
	7½	
Por debajo de 7 Este nivel de riesgo significa que se espera que ocurra un daño mínimo o insignificante a una fracción mínima de la colección en varios siglos. Si cree que esto es un riesgo prioritario, quizás el valor relativo de los objetos afectados no ha sido calculado correctamente.	7	7½ = 3½ + 2 + 2 Pérdida mínima de valor para una mínima parte de la colección en 30 años. 6½ 6 5½ = 3½ + 1 + 1 Pérdida insignificante de valor para una fracción insignificante de la colección en 30 años.
	6½	
	6	
	5½	
	5	

Figura 29 - Escala de magnitud dos riscos.

Fonte: ICCROM. *Manual de Gestão de Risco de Coleções* (2009, p. 60).

A avaliação e análise da magnitude dos riscos (soma das tabelas A + B + C = MR) preveem os danos que a coleção está exposta e fornece informações necessárias apontadas na escala de prioridade de decisão para, no momento da elaboração da política de preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, focarem ações preventivas.

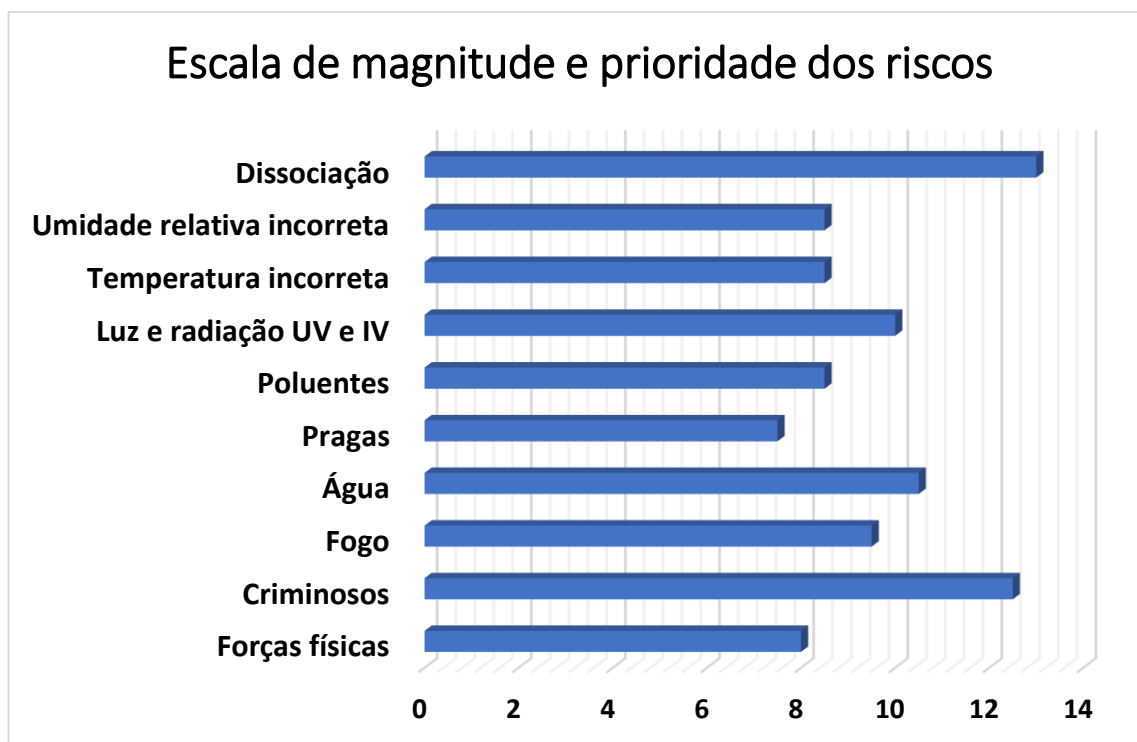


Figura 30 - Escala de magnitude e prioridade dos riscos da coleção de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso.

Fonte: Fernando José R. dos Santos.

Após verificação do diagnóstico, levantamento da coleção através do inventário, identificação dos agentes de deterioração, análise e avaliação dos riscos da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, de acordo com as Figuras 29 e 30 conclui-se:

A. Com prioridade “extrema”, os danos causados por criminosos e dissociação, merecem ações emergenciais. Para evitar a ação de criminosos (furto, roubo e vandalismos), ações simples de registro/apresentação de documentação de identificação, guarda volumes para bolsas, mochilas, sacolas e rondas são ações de baixo custo e podem ser implementadas. Deve-se considerar o reforço das janelas e portas, bem como a instalação de sensores de movimento e videomonitoramento nas salas expositivas e reserva técnica. A dissociação pode ser evitada através da adoção sistemática de procedimentos de inventário e registro e periódicas revisões;

B. Com prioridade “alta”, os danos causados pela água, fogo, luz e radiação UV e IR exigem intervenções urgentes. São prioritárias a implementação de ações de manutenção estrutural dos telhados, forros, janelas, portas considerando a capacidade de vedação, bloqueando a entrada de água e infiltrações causadas pela chuva. As instalações de alarmes de incêndio, detectores de fumaça e sistema

automático de comunicação com o Corpo de Bombeiros devem ser consideradas como emergenciais. Deve-se evitar rigorosamente a exposição da coleção à luz solar direta, além da aplicação de filtros tipos blecautes nas janelas e revisão das lâmpadas. Considerando que os acervos, em suporte de papel, são sensíveis à luz, à umidade e às temperaturas incorretas pode-se considerar o uso de fac-símiles para evitar a exposição prolongada;

C. Com prioridade “média”, os danos causados por forças físicas, poluentes, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e pragas exigem atenção. As forças físicas (vibrações fortes e acondicionamento, manuseio e transporte incorretos) ocasionadas por vibrações e quedas dos bens culturais podem ser evitadas através do uso de carrinhos de transporte. Os mobiliários devem ser resistentes e precisam estar devidamente fixados, evitando-se prateleiras superlotadas e sem proteção. Quanto aos poluentes, deve-se evitar que as portas permaneçam abertas, desnecessariamente, e que rotinas de limpeza sejam permanentes evitando o acúmulo de poeira. Os materiais de acondicionamento potencialmente considerados poluentes devem ser substituídos por invólucros adequados a cada tipo de material do bem cultural, pois podem emitir partículas potencialmente nocivas aos materiais da coleção, especialmente se estiverem em contato direto. O controle ambiental de temperatura e umidade, financeiramente, é de baixo custo, e deve ser implementado com urgência e, a longo prazo, deve-se prever a elaboração de um projeto de climatização das salas, com especial atenção para a reserva técnica. Os danos causados pelas pragas podem ser mitigados proibindo o consumo de alimentos nas áreas de acervos (pelos usuários e funcionários), acúmulo de lixo, materiais orgânicos, fontes de águas e umidade, plantas/flores (no interior do edifício) associados à a tratamentos preventivos de desratização e dedetização, de forma a se evitem insetos, aves, morcegos e micro-organismos.

Como analisado e observado, faz parte das prioridades identificar as situações de risco, para que possam proporcionar o planejamento de políticas, planos, projetos e ações que previnam os agentes de deterioração, com vistas a oferecer mecanismos para a gestão dos acervos, priorizar e otimizar o uso de recursos e da mão de obra disponíveis.

A proposta da avaliação de riscos desta pesquisa considerou a coleção como um todo e não, especificamente, os riscos relativos a cada um dos materiais que constituem os bens culturais.

Cabe frisar que o propósito foi de demonstrar não só que as metodologias podem e devem ser adaptadas à realidade de cada instituição, mas principalmente, ressaltar a importância destas aplicações, uma vez que permitem que sejam sempre revistas e melhoradas.

A intenção em contextualizar e combinar as metodologias foi realizada para que se passasse de mero exercício e não se perdesse a oportunidade de identificar e avaliar os riscos do caso em estudo, uma vez que o objetivo da metodologia é minimizar a degradação, no sentido de assegurar a integridade da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT.

CAPÍTULO 3.

ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA O MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO (MH-MT)

3. ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA O MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO (MH-MT)

Reduzir o processo de deterioração de acervos é, na verdade, o grande desafio dos gestores de instituições de guarda de bens culturais que não enfrentam apenas a degradação natural dos suportes, mas esbarram em fatores como as condições climáticas, notadamente, em épocas diferentes quente/úmido/seco e a falta de recursos humanos, materiais e financeiros.

Como observado e analisado no primeiro capítulo, existem políticas de preservação (internacionais e nacionais) que já foram a algum tempo implementadas e estão sendo periodicamente revisadas. A existência de documentos prontos não exclui a importância das instituições de guarda de acervos elaborarem suas próprias políticas baseadas no diagnóstico de sua realidade, assim como foi realizado no segundo capítulo.

A saber, a publicação do British Library, intitulado como *Building a Preservation Policy*, de Mirjam M. Foot (2001), é de fundamental importância para o desenvolvimento e elaboração da política de preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT.

A primeira contribuição depreendida, claramente, de Foot (2001, p.1) é que a política de preservação é um componente essencial para uma gestão eficaz, independentemente do tamanho e organização dos acervos. Outro fator importante para Foot (2001), é definir o que precisa ser preservado, porque precisa ser preservado e por quanto tempo precisa ser preservado, uma vez que esses fatores são essenciais para gestão, e fonte para uma política de preservação séria e eficaz.

Neste sentido, é necessário um exame cuidadoso no momento da seleção do que deve ser preservado, e, posteriormente, no diagnóstico dos objetos que eventualmente chegarem às instituições. Essa atitude tem por objetivo tomar precauções para minimizar problemas que, como já são sabidos, irão ocorrer com relação aos diferentes materiais que estão sendo incorporados ao acervo.

Nesta perspectiva, Foot (2001, p. 2), ao elaborar uma política de preservação, considera relevante:

- Deixar claro qual a relação entre a missão da organização e a atividade de preservação;

- Deixar claro qual o âmbito das atividades de preservação, identificando as coleções a serem preservadas, sua significância e o período de guarda desejada;
- Deixar claro quais as relações com outros aspectos da gestão dos acervos, tais como aquisição, acesso e segurança;
- Fornecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias e/ou programas de preservação;
- Fornecer subsídios para o estabelecimento de prioridades e para justificar futuros financiamentos;
- Demonstrar responsabilidades em benefício dos atuais usuários e futuros, e
- Explicar aos usuários por que certas ações são tomadas e outras não.

Como bem assegura Foot (2001), “uma política de preservação deve se relacionar a outras políticas institucionais, tais como as de desenvolvimento de coleção, acesso e segurança” (FOOT, 2001, p.3). Neste ponto de vista, os acervos e o uso que se faz deles é que definirão os objetivos da política.

Ao se elaborar políticas de preservação, é importante avaliar os acervos com o objetivo de conhecer as coleções, seu significado e a forma como é utilizado, exposto ou pesquisado (FOOT, 2001, p. 6). Nesta perspectiva, o diagnóstico dos acervos deve ser realizado para: analisar os riscos e ameaças; avaliar a significância e os valores; as necessidades de preservação que combinem informações sobre o acesso e utilização; estratégias para assegurar as condições de conservação realizada item por item.

Conhecidas as características das instituições e de seus acervos através do diagnóstico, os elementos necessários para a estruturação da política poderão ser obtidos, assim como também para o estabelecimento das linhas de ação que irão propiciar melhores condições de acondicionamento, de comum acordo com as características externas e internas do prédio e de suas instalações. Não poderão ser esquecidos aspectos fundamentais, como o controle dos níveis de temperatura, umidade incorreta, luminosidade e climatização que devem ser adequados a cada material ou suporte da coleção.

Como decorrência da política de preservação, e feita análise das condições orçamentárias, profissionais disponíveis, espaços físicos, materiais e equipamentos, a instituição deverá definir quais as linhas de ação que vai seguir no tocante à

preservação de seus acervos. Ao se adotarem medidas de conservação (preventiva e curativa) referenciadas pelas análises e fundamentação conceitual do ICOM (2010), é importante que se diferenciem as atividades a serem desenvolvidas dentro da instituição.

Nesse íterim, ações como a limpeza dos espaços físicos, manuseio, empréstimo, acondicionamento, higienização da coleção e as atividades que serão realizadas por profissionais internos ou externos, como conservadores-restauradores, além de outros serviços especializados devem ser descritas de forma clara.

É sempre adequado no momento da elaboração das políticas de preservação que todas as instituições, museus, bibliotecas e arquivos, tenham em seus espaços físicos uma sala destinada à oficina-laboratório de conservação preventiva para ações de higienização e reparos simples, desde que orientados por profissionais com formação e desejável experiência em preservação de acervos culturais.

Outro aspecto fundamental observado nas políticas nacionais e internacionais é a capacitação e/ou treinamento dos funcionários/servidores da instituição, na execução das atividades relacionadas à preservação. A política de preservação deve prever um programa de formação continuada, alertando de forma permanente quanto à importância e necessidade de preservar os acervos e coleções das instituições, e que simples gestos são fundamentais para garantir a integridade física do patrimônio cultural.

Desta forma, colocando todos os funcionários/servidores a par da política de preservação, apresentando-lhes os principais danos e causas de degradação dos acervos, conseqüentemente se desenvolverá e despertará uma tomada de consciência individual e o interesse de observar, reconhecer, informar e encaminhar os acervos danificados ao adequado tratamento. Conseqüentemente, pretende-se desenvolver a tomada de consciência coletiva sobre preservação dos acervos sob responsabilidade de cada instituição.

Segundo Foot (2001), uma política de preservação estabelece prioridades, justifica investimentos, desenvolve estratégias de preservação e desenvolve programas de conservação fundamentais para a minimização dos danos causados nos acervos culturais.

Ainda de acordo com as análises de Foot (2001), toda política de preservação para instituições de guarda de acervos culturais precisa ser baseada nas

necessidades e características das instituições, sejam elas museus, bibliotecas ou arquivos. Devem ser considerados também seus acervos e coleções, o edifício que os abriga, sua organização e sua história do ponto de vista de inserção cultural, e também de preservação.

Somente a partir do perfil delineado da instituição, que se tornarão claros os objetivos que nortearão o estabelecimento de uma política. As características de cada instituição definirão as prioridades para o desenvolvimento das atividades de preservação, uma vez, que como visto nas experiências nacionais e internacionais, são muitos os aspectos a serem considerados.

Foot (2001) considera que as políticas de preservação se tornam mais eficazes quando são declarações de intenções curtas acordadas em todos os níveis, destacando outras políticas, estratégias ou subpolíticas. Assim, segundo a autora (2001, p.15), as políticas de preservação irão:

- Esclarecer a relação entre a missão da instituição e as atividades de preservação;
- Fornecer a base para estabelecer prioridades e justificar investimentos;
- Fornecer a base para o desenvolvimento de estratégias ou programas de conservação;
- Fornecer quais serão os responsáveis por cada atividade e como serão avaliados, e
- Demonstrar o compromisso da instituição, a longo prazo, com a preservação dos acervos sob sua responsabilidade.

Como observado, a preservação de acervos e coleções não consiste somente na higienização, acondicionamento adequados dos objetos ou ações complexas como restauração. Ao contrário, é uma atividade permanente que demanda pré-requisitos, que devem ser seguidos à risca.

Para o senso comum das OSCs que administram os museus sob responsabilidade da SEC-MT, a preservação de acervos pode até parecer um monstro grego da Hidra de Lerna⁴⁹. Entretanto, a medida que as etapas necessárias para a sua concretização vão sendo colocadas em prática e superadas, percebe-se que as

49 A hidra é um animal da mitologia grega com várias cabeças de serpente, sendo uma delas imortal, e corpo de dragão. Foi criada por Juno e era um dos doze trabalhos de Hércules. Era conhecida como "Hidra de Lerna". O seu sangue assim como o seu hálito era venenoso. Se suas cabeças fossem cortadas, elas voltavam a nascer. Disponível em: <<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/hidra/>> Acesso em: 03 mar. 2017.

diferentes ações vão sendo domadas. É certo que os resultados podem demorar para serem visualizados e/ou vivenciados, mas sempre serão satisfatórios e permanentes.

Como recomendado por Foot (2001) e dito reiteradamente, é importante salientar que, no momento da formulação da política, a realização de um diagnóstico para analisar as condições físicas dos edifícios que abrigam os acervos, detendo-se também individualmente sob os objetos, procurando conhecer seus principais problemas, é fundamental.

O diagnóstico é que permite conhecer empiricamente o edifício, os acervos e as coleções, possibilitando ainda determinar os aspectos da política de preservação e que, posteriormente, poderão ser adotadas por instituições de guarda pública ou particular. Esse foi o caminho perseguido ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa.

Depois de comparar e analisar as políticas institucionais na subseção 1.4 e 1.5 do primeiro capítulo, optou-se por realizar adaptações, combinando os diferentes elementos de cada uma, permitindo de forma objetiva se adequar às particularidades examinadas, descritas e consideradas no segundo capítulo que subsidiarão a elaboração da política de preservação do MH-MT.

Para tanto, considerando o diagnóstico, inventário e o significado cultural atribuído à coleção de ciência e tecnologia do MH-MT realizado no capítulo segundo, a subseção 3.1 propõe uma política de preservação, cujo objetivo é minimizar os riscos, a longo prazo, buscando manter a integridade dos bens culturais, com vistas a assegurar que tenham uma vida longa.

3.1. Política de Preservação da Coleção de Ciência e Tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT)

Como produto técnico-científico resultante do presente estudo, desenvolvido para a dissertação do Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – PPACT do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, do Rio de Janeiro, é apresentada uma proposta de “Política de Preservação da Coleção de Ciência e Tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT)”, com o objetivo de responder às necessidades de preservação da coleção de ciência e tecnologia, servindo também como guia para as demais instituições de guarda do

Estado de Mato Grosso.

As recomendações contidas nesta política foram estruturadas em consonância com o embasamento teórico realizado na revisão de literatura do capítulo 2, e devidamente alinhadas aos objetivos propostos, os quais incluem a identificação, quantificação e diagnóstico dos fatores que ofereciam riscos à preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT.

Outrossim, cabe ressaltar que o documento apresentado será passível de discussões e adequações que poderão ser realizadas pela OSC que futuramente virá a ser responsável pela gestão do MH-MT. Contudo, as principais medidas avaliadas e analisadas no decorrer do trabalho foram incluídas como prioritárias para preservação da coleção do caso em tela. Ao se propor a elaboração dessa política o que se busca é impulsionar a consciência de preservação e conservação preventiva do patrimônio cultural mato-grossense, com ações de mitigação dos riscos para prolongar a vida útil dos bens culturais.

A política se destina à aplicação prática e diária de ações de preservação, e, por isso, como assegura Foot (2001, p. 2), pode-se dizer que a política de preservação se torna mais eficaz quando são declarações de intenções curtas. Assim, procurou-se utilizar uma linguagem direta e objetiva, no sentido de auxiliara compreensão de todos os usuários internos e externos ao museu.

Um texto conciso e claro será facilmente interpretado, compreendido e posto em prática, se comparado a um outro muito extenso e complexo. Neste sentido, considerando as recomendações de Foot (2011) o texto da Política de Preservação do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) foi estruturado com declarações objetivas, e, quando dada a necessidade, recorreu-se a referências de outros documentos e/ou autores.

Considerando que o documento final pretende ser de caráter prático e orientativo, os itens e subitens do texto possuem orientações/explicações curtas antes do conteúdo da política, objetivando conduzir as demais instituições de guarda, em especial os museus sob responsabilidade da SEC-MT na elaboração de suas próprias políticas. Dessa forma, o documento final se apresenta como política e também como guia.

Além de subsidiar a preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, este documento também poderá ser utilizado para a gestão em preservação de todo o acervo, pois contém recomendações que podem ser aplicadas às áreas

comuns do museu.

A política proposta estabelece em linhas gerais, os princípios e estratégias informacionais que norteiam o alcance da preservação da coleção de ciência e tecnologia através de procedimentos, normas e rotinas.

Buscando definir padrões que atendessem aos diferentes públicos do museu, a estrutura do documento foi dividida da seguinte forma:

- Apresentação: retrata os principais objetivos do documento;
- Introdução: descreve os documentos e histórico de fundação e operacionalização de funcionamento;
- Gestão institucional: expõe tópicos fundamentais para administração da instituição, respaldando as recomendações para preservação dos acervos;
- Recursos humanos: apresenta as responsabilidades de cada agente na preservação dos bens culturais e a importância da atualização profissional;
- Acervos: descreve e expõe regras gerais para uso e manuseio;
- Diretrizes: apresenta instruções e condutas de preservação, e
- Glossário: descreve conceitos e termos utilizados na política.

Além da estrutura apresentada, a política consta de um apêndice composto por normas regulamentares como leis, leituras complementares e guias específicos que auxiliaram no desenvolvimento das atividades de preservação e conservação preventiva, bem como na organização e elaboração de planos e programas específicos. Segue a estrutura final da política proposta como produto técnico-científico resultante da pesquisa.

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE MATO GROSSO
MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO – MH-MT**

**POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DA
COLEÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
MUSEU HISTÓRICO DE MATO GROSSO (MH-MT)**

**CUIABÁ
2018**

Secretaria de Estado de Cultura

Av. José Monteiro de Figueiredo (Lava Pés), 510
Bairro Duque de Caxias
Cuiabá - MT, CEP: 78043-300

Museu Histórico de Mato Grosso – MH-MT

Praça da República, 131, Centro
Cuiabá - MT, CEP: 78005-440

Secretário de Estado de Cultura

Leandro Falleiros Rodrigues Carvalho

Secretária Adjunta de Cultura

Regiane Berchielli

Secretário Adjunto de Administração Sistêmica

Dannielle Almeida dos Santos

Secretária Executiva do Conselho Estadual de Políticas Culturais

Palloma Emanuelli Torquato da Silva

Elaboração e redação

Fernando José Ribeiro dos Santos

Orientação

Prof^a. Dr^a. Cláudia S. Rodrigues de Carvalho
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins e FCRB/Fundação Rui Barbosa

Coorientação

Prof^a. Dr^a. Simone de Sousa Mesquita
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins e UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Revisão

Prof^o. Dr^o. Marcos José de Araújo Pinheiro
FIOCRUZ-COC/Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz

Prof^a. Dr^a. Maria Celina Mello e Silva
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	00
INTRODUÇÃO	00
I. GESTÃO INSTITUCIONAL	00
1.1 Missão	00
1.2 Função	00
1.3 Objetivo	00
1.4 Abrangência	00
1.5 Princípios	00
1.6 Financiamento e orçamento	00
1.7 Governança	00
II. RECURSOS HUMANOS	00
2.1 Definição de responsabilidades e/ou divisão de funções	00
2.2 Treinamento e/ou atualização	00
IV. ACERVOS	00
4.1 Descrição do acervo e da coleção de ciência e tecnologia	00
4.2 Divulgação, disseminação e pesquisa	00
V. DIRETRIZES	00
VI. GLOSSÁRIO	00

APRESENTAÇÃO

Esta política pretende disponibilizar ao Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT), estratégias e diretrizes gerais visando a implementação de ações e planos de trabalho de preservação e conservação preventiva, potencializando o uso seguro das informações presentes nos diferentes objetos da coleção, servindo também de modelo aos museus sob responsabilidade da SEC-MT e instituições públicas e privadas de salvaguarda de acervos.

O documento é um produto técnico-científico resultado da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – PPACT, que foi realizado no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST no período de 03/2016 à 03/2018.

A finalidade desta política é manter os bens culturais de ciência e tecnologia salvaguardados no MH-MT em condições estáveis para que preservem as evidências históricas, científicas e tecnológicas que estão contidas nos objetos, documentos de arquivo e publicações bibliográficas.

Tem como propósito orientar a instituição e os usuários quanto à preservação e o cuidado dos bens culturais, no sentido de se evitar que, ao longo dos anos, mudanças bruscas e desnecessárias alterem seu valor e significado cultural.

A importância das informações registradas na coleção de ciência e tecnologia do MH-MT incentiva a adoção de medidas de preservação que futuramente podem associar-se à crescente utilização em pesquisas, exposições e publicações.

Para que a política proposta alcance seus objetivos e, para que tenha garantida a sua efetividade, a participação coletiva é condição *sine qua non*, principalmente dos agentes que atuarão diretamente na sua implementação.

É importante destacar que a aplicação das recomendações propostas dependerá da colaboração de todos, mas principalmente da OSC gestora do museu em conscientizar seus funcionários e usuários externos quanto à importância de sua utilização.

Diante disso, a política poderá ser parte integrante do contrato de gestão compartilhada, constando também como meta de desempenho inerente às atividades técnicas do “Programa de acervos”, que materializa a razão de existir do museu.

INTRODUÇÃO

O Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) é instituição museológica mais antiga da SEC-MT, criada pelo artigo 24 da Lei nº 3.774 de 20/09/1976, e inaugurado dois anos depois em 12/08/1978, integrando o patrimônio histórico, artístico e cultural do estado.

O edifício histórico que abriga o MH-MT, situado na Praça da República, no centro histórico de Cuiabá, foi tombado pela Fundação Cultural de Mato Grosso, em 11 de março de 1983. Sua instalação original foi inaugurada em 23 de junho de 1898 para abrigar a Thesouraria Provincial (Contadoria Provincial) de Mato Grosso e foi adaptado para o funcionamento do museu.

Os equipamentos culturais museológicos da SEC/MT devem se comprometer a se adequar às significativas transformações do mundo contemporâneo, a partir da implantação do modelo de gestão baseado na parceria entre o poder público e a sociedade civil, representada por meio de OSCs.

A adoção desse modelo está associada à implantação de novas diretrizes e políticas públicas governamentais para o trabalho de gestão, preservação, pesquisa, formação e difusão do patrimônio museológico mato-grossense, de forma a proporcionar melhorias para essas instituições museológicas, com base nos princípios de qualidade, transparência, economicidade e agilidade.

Nesta perspectiva, a partir de 2012, a gestão do MH-MT passou a ser realizada através de concurso público para seleção de Organizações da Sociedade Civil e Interesse Público (OSCIP) ou Organizações Sociais (OS), cabendo a SEC-MT o repasse financeiro e a fiscalização através da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, nos termos da Lei nº 13.019/2014.

I. GESTÃO INSTITUCIONAL

1.1 Missão

A missão do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) se constitui em agrupar, preservar, difundir e promover a valorização do patrimônio e memória histórica do Estado de Mato Grosso, constituindo-se como equipamento museológico promotor da democratização dos cidadãos aos bens e serviços culturais, de forma sustentável e continuada, valorizando a diversidade dos saberes mato-grossenses.

1.2 Função

O Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) inclui as ações de planejamento, gerenciamento, conservação e divulgação dos acervos museológicos, cujas principais atribuições⁵⁰ são:

- a) A preservação da memória do povo mato-grossense através da pesquisa, documentação, salvaguarda, exposição e ação educativo-cultural, com enfoque temático sobre história, cultura e geografia de Mato Grosso;
- b) A coleta, a classificação, a catalogação e a divulgação de acervos cujo valor cultural, estético ou histórico recomende a sua preservação;
- c) A exposição permanente, pública e didática, de seu acervo;
- d) O incentivo, o apoio, a promoção e a realização de palestras, cursos, oficinas e workshops de ações educativas, bem como de formação para equipe técnica, alunos, professores e comunidade em geral sobre temas ligados ao seu campo de atuação.

1.3 Objetivo

Estabelecer princípios e assegurar que a coleção de ciência e tecnologia seja protegida através de planos e estratégias de preservação para cumprimento da missão institucional.

50 As atribuições do Museu Histórico de Mato Grosso foram propostas pelo autor desta pesquisa mediante sua atuação como Gerente de Equipamentos Culturais na elaboração e revisão do Edital de Chamamento Público Nº 007/2017/SEC-MT para seleção de organização da sociedade civil de natureza privada sem fins lucrativos para gestão do Museu Histórico de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.cultura.mt.gov.br/editais>> Acesso em: 12 mai. 2017.

1.4 Abrangência

Esta política se aplica ao acervo, usuários e OSC gestora do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT), mais especificamente, à coleção de ciência e tecnologia, pois esta possui significativo valor científico por agregar contribuições de diferentes áreas do conhecimento, e demonstrar em seus objetos a evolução tecnológica no território mato-grossense, considerados o período em que foram fabricados, e que estão em desuso nos dias atuais.

1.5 Princípios

A preservação da coleção de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) faz parte da missão da instituição, através da qual assegura a difusão, promoção e valorização do patrimônio cultural e memória histórica e científica do estado de Mato Grosso.

O museu reconhece que a preservação integra todas as atividades de gestão, aquisição, acesso e todos precisam ter a consciência que atuam diretamente no cumprimento da missão institucional. Para tanto, adota:

- As definições de conservação do ICOM-CC (2010), entendidas como todas as medidas e ações destinadas a salvaguardar o patrimônio cultural e assegurara sua acessibilidade, abrangendo a conservação preventiva, conservação curativa e restauração;
- O gerenciamento de riscos por meio da avaliação dos dez agentes de deterioração que ameaçam as coleções: forças físicas, ladrões e vândalos, fogo, água, pragas, poluentes, luz (ultravioleta e infravermelho), temperatura, umidade relativa e dissociação por negligência;
- A pesquisa de bens culturais de ciência e tecnologia dispersos pelo estado, reconhecendo, identificando e inventariando-os através da quantificação e localização, como testemunhos do desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Mato Grosso.

Todas as medidas e ações destinadas a evitar e minimizar a deterioração ou perda futura do objeto devem respeitar o significado e as propriedades físicas do patrimônio cultural.

1.6 Financiamento e orçamento⁵¹

A partir da implantação do modelo de gestão baseado na parceria entre o poder público e a sociedade civil, representada por meio das OSCs, dentre as fontes de recursos, a OSC gestora do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) deverá explorar e apresentar as fontes para a viabilização financeira das ações de preservação. Logo, a entidade gestora precisa indicar quais as possíveis fontes de recursos, dentre as quais podem ser consideradas:

- Transferência de recursos da Secretaria de Estado da Cultura de Mato Grosso à OSC;
- Receitas provenientes de:
 - a) Geração de receita por parte da OSC através de serviços previamente autorizados pela Secretaria de Estado da Cultura;
 - b) Exploração de serviços de livraria, loja de souvenir, café e afins em conformidade com o Termo de Permissão de Uso, desde que os recursos sejam revertidos às ações do museu;
 - c) Outras receitas auferidas pela cessão remunerada de uso de seus espaços físicos, quando autorizada pela Secretaria e, desde que os recursos sejam revertidos às ações do museu;
 - d) Rendas diversas, inclusive da venda ou cessão de seus produtos, tais como direitos autorais e conexos;
 - e) Doações, legados e contribuições de pessoas físicas e de entidades nacionais e estrangeiras;
 - f) Geração de recursos pela OSC por meio de obtenção de patrocínio a projetos incentivados pelas leis de renúncia fiscal e captação de recursos advindos de projetos aprovados em editais de fomento e fundos setoriais públicos;
 - g) Rendimentos de aplicações de ativos financeiros.

Todos os recursos integrantes da viabilização financeira e orçamentária

⁵¹ A nova proposta de financiamento apresentada para o novo modelo de gestão do Museu Histórico de Mato Grosso foi desenvolvida pelo autor dessa pesquisa, mediante sua atuação como Gerente de Equipamentos Culturais na elaboração e revisão do Edital de Chamamento Público Nº 007/2017/SEC-MT para seleção de organização da sociedade civil de natureza privada sem fins lucrativos para gestão do Museu Histórico de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.cultura.mt.gov.br/editais>> Acesso em: 12 mai. 2017. O principal objetivo da proposta é ampliar as receitas, com vistas a garantir a sustentabilidade econômica dos museus sob responsabilidade da SEC-MT, sem que esses dependam, exclusivamente, da transferência de recursos públicos para o desenvolvimento e manutenção das suas atividades mínimas de funcionamento dos museus.

deverão ser devidamente demonstrados na prestação de contas, e os documentos fiscais correspondentes estarão disponíveis, em qualquer tempo, para fiscalização dos órgãos de controle estado e para auditorias independentes contratadas.

1.7 Governança

A política de preservação do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) será aprovada conjuntamente pelo Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do contrato de gestão e pela OSC.

Após aprovada, a política será publicada pela SEC-MT no Diário Oficial do Estado mediante portaria específica.

A OSC por meio da Gerência de acervos, exposições e curadoria implementará a política através do desenvolvimento de estratégias de preservação, procedimentos ou planos de ação.

Sua implementação será acompanhada e monitorada semestralmente pelo fiscal do contrato, responsável em avaliar a conformidade da implantação da política. Suas avaliações serão encaminhadas à Comissão de Monitoramento e Avaliação, que, por sua vez, elaborará relatório semestral com recomendações e sugestões relativas à implantação da política e sua revisão.

II. RECURSOS HUMANOS

2.1 Definição de responsabilidades e/ou divisão de funções⁵²

O quadro de pessoal necessário para o desenvolvimento das ações previstas no Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) deverá ser apresentado como parte da proposta da instituição e constará no contrato de gestão. Na distribuição do quadro de pessoal da OSC devem ser considerados os arranjos produtivos e administrativos e estrutura hierárquica que atenda prudentemente os espaços físicos

⁵² O quadro de pessoal necessário para o desenvolvimento e manutenção das atividades mínimas de funcionamento e preservação do Museu Histórico de Mato Grosso foi proposto pelo autor desta pesquisa mediante sua atuação como Gerente de Equipamentos Culturais na elaboração e revisão do Edital de Chamamento Público Nº 007/2017/SEC-MT para seleção de organização da sociedade civil de natureza privada sem fins lucrativos para gestão do Museu Histórico de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.cultura.mt.gov.br/editais>> Acesso em: 12 mai. 2017.

e a capacidade financeira do museu, para que seu equilíbrio fiscal e manutenção das atividades mínimas de funcionamento e preservação sejam garantidos.

Baseado na realidade física, econômico financeira e administrativa dos museus sob responsabilidade da SEC-MT e no novo modelo de gestão que se pretende implantar, cabe informar que estes arranjos e a distribuição dos principais cargos/funções é uma sugestão, ficando sob responsabilidade da OSC demonstrar aos demais colaboradores, sejam eles consultores, terceirizados ou prestadores de serviços.

Tendo em vista a organização do MH-MT, suas principais funções são:

a) Coordenação: coordenar e acompanhar todas as ações técnicas, administrativas e projetos do museu, bem como das parcerias com outras instituições;

b) Museólogo: elaborar os projetos e exposições do museu, organizar e conservar os acervos museológicos, permitir acesso à informação, preparar ações educativas e/ou culturais, orientar a implantação das atividades técnicas;

c) Gerência administrativa: executar ações administrativas, econômicas e financeiras. Está subordinada a esta gerência todos os contratados e prestadores de serviços que garantam o funcionamento da estrutura física e dos projetos técnicos do museu;

d) Gerência de acervos, exposições e curadoria: implantar os programas e ações técnicas museológicas, sob orientação prévia do Museólogo. Está subordinada a esta gerência o assistente técnico de acervos e exposição, o qual será responsável pelas ações de higienização, catalogação, acondicionamento e montagem das exposições;

e) Gerência de ações educativas e projetos especiais: implantar as ações educativas e projetos especiais do museu. Unidade responsável por garantir a ampla acessibilidade do público ao museu, e, a partir do contato com o acervo, proporcionar experiências de qualidade, além de incluir aquelas pessoas que habitualmente não são frequentadoras do espaço, incentivando-as à visitação. Está subordinada a esta gerência os mediadores culturais, que são responsáveis por orientar as visitas guiadas no museu.

O organograma abaixo estabelece uma configuração global dos principais cargos/funções e da relação entre as diferentes funções:

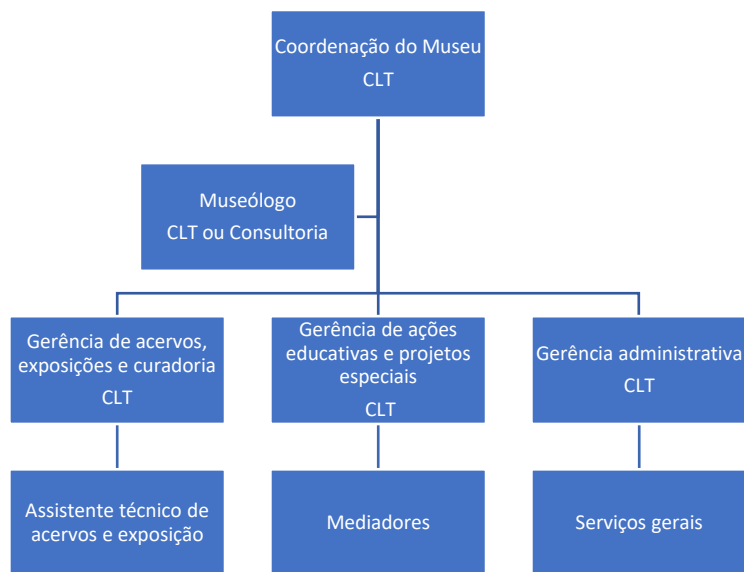


Figura 31 - Organograma dos principais cargos/funções
 Fonte: Elaborado pelo autor

Recomenda-se que os cargos/funções de chefia e/ou gerência sejam estabelecidos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma vez que serão responsáveis diretos pela execução e acompanhamento das ações administrativas e técnicas, que garantem a manutenção mínima de funcionamento e preservação dos acervos.

2.2 Treinamento e/ou atualização

As ações de preservação do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) são de responsabilidade de todos: SEC-MT, OSC gestora, funcionários, voluntários, pesquisadores e público externo.

A SEC-MT, enquanto responsável indireta pela preservação de seus acervos, através do Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso, estimulará, através de palestras e oficinas de curta duração, ações de preservação.

A OSC gestora responsável direta pela preservação dos acervos deverá garantir treinamentos e cursos de atualização para seus funcionários e público externo via consultoria. Os treinamentos serão ministrados por profissionais com conhecimento e experiência na área de preservação e museologia, a fim de que os funcionários do museu possam adquirir a capacidade de desenvolver princípios de documentação e preservação com o intuito de compreender e interpretar, com mais precisão, os riscos e alterações que o acervo e as coleções possam estar sujeitos. A

entidade gestora pode prever ainda a cooperação com instituições nacionais e internacionais de preservação de acervos.

III. ACERVOS

3.1 Descrição do acervo e da coleção de ciência e tecnologia

O acervo do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) está dividido em quatro coleções e/ou períodos e salas expositivas distintas: ancestralidade, colônia, império e república que retratam os episódios da história mato-grossense, suas manifestações culturais e seu povo.

É composto por: móveis, armamentos, cédulas, moedas e medalhas, objetos pessoais e de decoração, documentos textuais, cartográficos e iconográficos, insígnias, instrumentos musicais e de tecnologia, trajes, esculturas, telas, fotografias, entre outros.

Os móveis, louças, cristais, talheres, prataria, entre outros objetos são originários do Período Imperial e início da República, e muitas deles pertenciam ao antigo Palácio Alencastro, edificação construída no início do século XIX para abrigar a sede do governo estadual. Algumas dessas peças são de 1819 e foram importadas de Montevideú em 1882.

A coleção de ciência e tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) é composta por 25 (vinte e cinco) itens, sendo 7 (sete) objetos datados desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, e 18 (dezoito) documentos de arquivo e publicações bibliográficas com concentração expressiva na primeira metade do século XX.

Os objetos são originários do Antigo Palácio Alencastro (sede do governo estadual de 1819 até 1959, quando foi demolido), da antiga Residência dos Governadores (inaugurada na década de 1940 e desativada em 1986) e de trabalhadores que atuaram na exploração aurífera e comercial. As publicações bibliográficas em sua totalidade se referem à atuação de Candido Mariano da Silva Rondon, mato-grossense nascido no distrito de Mimoso e que coordenou, de 1900 a 1906, a implantação da rede telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas.

Os documentos de arquivo correspondem às atividades de importantes personagens relacionadas à evolução de instituições que atuaram no campo da

evolução história-científica mato-grossenses.

Esta política de preservação atende e expressa os objetivos e finalidades que as atividades da instituição e de seus integrantes devem desenvolver no cumprimento da missão institucional como instrumento de salvaguarda e valorização do patrimônio cultural e memória histórica do Estado de Mato Grosso.

3.2 Divulgação, disseminação e pesquisa

Correspondem às atividades que materializam a razão de existir do museu e dos programas a ele relacionados, que traduzem as ações finalísticas de preservação, pesquisa, divulgação e contribuição para a educação.

Quando as coleções estão expostas podem estar sujeitas a riscos adicionais, diferentes daqueles de quando estão acondicionadas na reserva técnica. Materiais mais frágeis como papeis, que são mais susceptíveis às alterações de luz, umidade e temperatura, podem ser expostos e emprestados através de *fac-símiles*, e, para que sejam acessados por pesquisadores, recomenda-se que sejam digitalizados. Não se recomenda a exposição e movimentação desnecessária de objetos frágeis, dado os riscos e a fragilidade dos suportes.

IV. DIRETRIZES

4.1 Documentação

O museu precisa manter atualizados os registros e informações de todos os bens culturais que compõem seu acervo. Tais registros devem incluir informações sobre o objeto, tais como: procedência, modo de aquisição, autoria, localização, data/época, origem, dimensões, materiais, função, breve descrição e estado de conservação.

O objeto receberá um número de tombo/inventário que deverá ser inscrito de forma imperceptível quando forem expostos. Os bens culturais quando destinados ao acondicionamento na reserva técnica deverão possuir identificação como etiquetas de marcação para fácil localização. Os materiais destinados à inscrição e confecção das etiquetas de identificação sempre devem ser neutros ou inertes ao suporte físico do objeto.

Todos os procedimentos, exames, investigações científicas e atividades de conservação e/ou tratamento devem ser registrados documentalmente para posterior consulta, pois fornecem condições para monitorar as mudanças no objeto à longo prazo.

4.2 Planos e/ou programas de conservação preventiva, conservação curativa e restauração

A conservação preventiva é o meio mais eficaz de preservar o patrimônio cultural à longo prazo. No entanto, o tratamento dos objetos, individualmente, em alguns casos, se faz necessário, se empregando nesses casos a conservação curativa e restauração, que poderá ser realizada através de contratação de profissionais especializados.

O museu precisa identificar as necessidades de conservação das coleções, priorizando as emergenciais para alocar prudentemente os recursos financeiros e profissionais. Desta forma, através de planos e/ou programas são estabelecidas as prioridades de conservação do acervo.

Durante a organização e distribuição dos espaços físicos do museu é importante contar com uma sala destinada para as ações de conservação preventiva, com bancadas e materiais necessários e suficientes para cada ação. Considerando os arranjos e distribuição dos principais cargos/funções do museu, é importante contar com um profissional devidamente treinado por um conservador-restaurador, que poderá desenvolver e realizar atividades de conservação do acervo.

As atividades de conservação preventiva que serão desenvolvidas no museu são: ações de registro e identificação, manuseio, acondicionamento, transporte, segurança, gerenciamento ambiental (iluminação, umidade e controle de pragas), planejamento de emergências, treinamento dos funcionários, educação patrimonial e adequação às recomendações e normas nacionais e internacionais.

Os procedimentos de conservação curativa e restauração, deverão ser comunicados formalmente a SEC-MT pela OSC gestora do MH-MT, além de garantir que o bem cultural seja encaminhado para conservadores-restauradores qualificados e com experiência, para que todas as medidas e ações sejam previamente adotadas e atendidas seguindo orientações e recomendações nacionais e internacionais de preservação.

4.3 Desenvolvimento do acervo

No desenvolvimento do acervo são consideradas as ações de aquisição, seleção, descarte e desbaste⁵³. O museu precisa possuir uma política neste âmbito, uma vez que influenciará diretamente a política de preservação.

A política de desenvolvimento do acervo deve definir claramente quais as tipologias de objetos, período cronológico, significado cultural e temática para realizar a seleção. É preciso definir também quais objetos irão compor o acervo, considerados o formato, o material e o estado de conservação, tendo em vista que diferentes formatos e tipologias de suporte exigem diferentes procedimentos de conservação.

4.4 Acesso

Dada a missão do MH-MT em “agrupar, preservar, difundir e promover a valorização do patrimônio cultural e memória histórica do estado de Mato Grosso”, somente serão expostos os objetos considerados estáveis e em bom estado de conservação.

Objetos da coleção considerados frágeis, como, por exemplo, os em suporte de papel, poderão ser digitalizados para serem acessados pela equipe de curadoria do museu e pelos pesquisadores. Caso necessitem serem expostos, poderão ser reproduzidos através de *fac-símiles*.

Quanto aos objetos tridimensionais em estado de conservação frágeis, considerando o significado cultural e justificada a importância de seu uso, recomenda-se a elaboração de planos de reformatação/réplicas para possibilitar sua utilização para fins didáticos.

O MH-MT deverá sinalizar os espaços internos buscando alertar, advertir, organizar, indicar e informar sobre a divisão dos espaços e o fluxo de pessoas dentro do museu.

Para garantir o acesso de pesquisadores, podem-se adotar catálogos das coleções para evitar manuseio desnecessário do objeto e danos desnecessários. É recomendável a permissão e cessão de uso de imagens fotográficas e digitalizadas

⁵³ Desbaste é um termo técnico utilizado em biblioteconomia que consiste na remoção de forma planejada de documentos/objetos da coleção que podem ser doadas para outras instituições. O descarte pode ser compreendido como destruição.

dos acervos para pesquisas com fins acadêmicos, desde que devidamente documentadas.

O MH-MT deverá adotar a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei dos Direitos Autorais, para uso das imagens.

O museu deverá promover cartilhas ou ações de conscientização e educação patrimonial para os funcionários e usuários sobre a integridade física do acervo. Tanto, os funcionários do museu, quanto o público externo, ao manusearem os bens culturais, deverão estar portando com luvas e serem, previamente, orientados pelo conservador do museu.

4.5 Segurança

O museu deverá manter as condições de segurança, incluindo:

- Orientação quanto à necessidade dos visitantes deixarem seus pertences (sacolas, bolsas, mochilas, guarda-chuvas, etc.) no guarda volumes;
- Orientação quanto à proibição de fumar e consumir alimentos nas instalações do museu;
- Inspeção das salas expositivas após o término do expediente de visitação, de forma a se verificar o fechamento de portas e janelas;
- Prevenção contra roubos, furtos e atos de vandalismos através da vigilância realizada por empresa de segurança com instalação de sensores de movimento, câmeras de vigilância (interno e no entorno do edifício), e reforços nas portas e janelas;
- Prevenção contra incêndio mediante a instalação, em local visível, de extintores de incêndio, sensores de fumaça e indicação de saídas de emergência, conforme as Normas de Segurança da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Implantação de plano de evacuação, em caso de emergências;
- Utilização de carrinho para transportar internamente os objetos do museu;
- Restrição de acesso de usuários externos à sala de reserva técnica;
- Sinalização dos espaços.

4.6 Exposição

As exposições como recurso de acesso ao acervo requerem alguns cuidados. Objetos em suporte de papel, por exemplo, requerem cuidado e atenção redobrados quanto ao monitoramento de temperatura, umidade e níveis de iluminação. Devem-se evitar mudanças bruscas de temperatura, bem como a exposição excessiva à iluminação direta.

Antes da exposição dos objetos, as condições de conservação e tipologia do suporte, que visa adequar o objeto ao tipo de vitrine e níveis de iluminação, devem ter sido avaliadas. Essa avaliação deve ser realizada ainda durante o projeto de criação da exposição para evitar danos imprevistos e desnecessários. Cuidados também devem ser tomados quanto à movimentação do objeto, desde sua saída da reserva técnica até o espaço expositivo.

Durante a elaboração dos projetos expográficos, recomenda-se avaliar conjuntamente com as equipes de curadoria, montagem e ações educativas a necessidade de quantificar o número total de público que terá acesso às salas expositivas, garantindo a segurança, evitando a superlotação e minimizando a ocorrência de incidentes.

4.7 Acondicionamento

O acervo deve ser acondicionado em mobiliários adequados à tipologia e dimensão de cada objeto.

Os materiais destinados ao acondicionamento que estarão em contato direto com os objetos também precisam ser estáveis e compatíveis, de forma a se evitar, assim, toda e qualquer alteração físico-química. Para tal fim, requer-se-á:

- A definição e confecção do tipo de invólucro com dimensões adequadas para cada tipo de objeto, e posterior acondicionamento individual;
- Definição do tipo de revestimento que será dado ao mobiliário que abrigará o objeto já encapsulado ou acondicionado;

O monitoramento ambiental e gerenciamento de riscos e de pragas nas áreas de reserva técnica deve ser uma prática rotineira. Treinamentos constantes sobre a limpeza do espaço físico da área de reserva, manuseio e transporte e procedimentos de segurança devem ser previstos no plano/programa de conservação preventiva.

4.8 Reformatação/réplica e digitalização

A reformatação ou criação de réplicas devem ser previstas para os objetos que são utilizados frequentemente em ações educativas. Indica-se o uso de *fac-símiles* como recurso para consulta, exposição ou ações educativas.

Recomenda-se também que os bens culturais, especialmente aqueles mais frágeis, como, por exemplo, os de suporte em papel, sejam digitalizados evitando-se o manuseio. O museu precisa organizar planos de reformatação/réplicas e digitalização de seus acervos, baseados no uso e fragilidade dos objetos, pois sempre pretender-se-á minimizar o manuseio para se prolongar a vida útil dos objetos.

4.9 Gestão de riscos

A gestão de riscos é integrada à conservação preventiva, visto que objetiva assegurar o planejamento de projetos e procedimentos rotineiros de conservação.

O museu precisa organizar rotinas para exames sobre as condições ambientais: temperatura, umidade relativa, iluminação e poluição. Esses exames devem sempre considerar as condições externas e internas do edifício, salas expositivas, reserva técnica, mobiliário e invólucros de acondicionamento.

A identificação dos riscos que afetam o acervo é fundamental para o planejamento de ações de conservação preventiva, pois, a partir de tal, o estabelecimento de prioridades e de destinação eficaz dos recursos torna-se possível.

V. GLOSSÁRIO

Acervo: são os conjuntos de coleções salvaguardadas no museu;

Coleção: são os grupos de bens culturais que integram o acervo do museu;

Conservação: são todas as medidas e ações destinadas a salvaguardar o patrimônio cultural tangível, assegurando simultaneamente a sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. A conservação abrange a conservação preventiva, conservação curativa e restauração (ICOM, 2010);

Conservação curativa: são todas as ações diretamente aplicadas a um item ou a um grupo de itens destinados a parar os atuais processos prejudiciais ou a reforçar sua estrutura. Essas ações só são realizadas quando os itens estão em condições tão frágeis ou se deterioram a uma taxa tal, que podem ser perdidos em um tempo relativamente curto. Essas ações às vezes modificam a aparência dos itens. Exemplos de conservação corretiva são a desinfestação de têxteis, dessalinização de cerâmica, desacidificação de papel, desidratação de materiais arqueológicos húmidos, estabilização de metais corroídos, consolidação de pinturas murais, remoção de ervas daninhas em mosaicos (ICOM, 2010);

Conservação preventiva: são todas as medidas e ações destinadas a evitar e minimizar a deterioração ou perda futura. Eles são realizados dentro do contexto ou nos arredores de um item, mais frequentemente, um grupo de itens, qualquer que seja sua idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas - elas não interferem com os materiais e estruturas dos itens. Eles não modificam sua aparência. São exemplos de ações de conservação preventiva as medidas e atividades para registro, armazenamento, manuseio, acondicionamento e transporte, segurança, gerenciamento ambiental (luz, umidade, poluição e controle de pragas), planejamento de emergência, educação de pessoal, conscientização pública, conformidade legal (ICOM, 2010);

Conservador-restaurador: é o profissional de museu ou profissional autônomo habilitado em nível superior oriundo das áreas de ciências humanas, exatas ou biológicas. Responsável em efetuar o exame técnico, a proteção, a conservação e o restauro de um bem cultural, a documentação de todos os procedimentos e o estabelecimento de atividades referentes à conservação preventiva. O conservador-restaurador não é artista, nem artesão. O artista e o artesão criam, dominam as técnicas e podem conhecer bem os materiais, mas não possuem a formação, nem dispõem de conceitos fundamentais para a intervenção em bens culturais. (ABRACOR,1998; ICOM, 2008);

Educação patrimonial: constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas

manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (IPHAN);

Ética em conservação: é o respeito ao significado estético, histórico, espiritual e aos materiais que compõem os bens culturais, regidos pelos mais elevados padrões, limitando os tratamentos ao estritamente necessário utilizando produtos, materiais e procedimentos compatíveis e que não danifiquem o bem cultural e tanto quanto possível, seja de fácil e total reversão (*European Confederation of Conservator-Restorers Organisations* - ECCO, 2003);

Invólucro: é o acondicionamento individual do bem cultural, com a finalidade de guarda e proteção (MAST, 1995);

Patrimônio cultural: é todo objeto ou conceito considerado de importância estética, histórica, científica ou espiritual (ICOM);

Política: é o documento elaborado onde constam seus objetivos, linhas de ação, princípios e as formas de operação e métodos aplicados na sua execução;

Preservação: É a forma extremamente abrangente, compreendendo todas as ações desenvolvidas pela instituição visando retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso a todos. (ZÚÑIGA 2002, p.73). Engloba a conservação, a restauração e a reformatação/réplica;

Programa e planos: é a declaração prévia e/ou projeto de disposições e ações organizadas sistematicamente com o objetivo de encaminhar ou melhorar algum contexto;

Reformatação: é a geração de uma cópia em formato e estrutura diferentes do original, para fins de preservação e acesso (HÓLLOS, 2006, p.79);

Restauração: são todas as ações diretamente aplicadas a um item único e estável, visando facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Essas ações só são realizadas quando o item perdeu parte de sua significância ou função por meio de

alteração ou deterioração do passado. Eles são baseados no respeito pelo material original. Na maioria das vezes, tais ações modificam a aparência do item. Um dos exemplos de restauração é retocar uma pintura, remontar uma escultura quebrada, remodelar uma cesta, preencher as perdas em uma vasilha de vidro (ICOM, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Mato Grosso tem apresentado nos últimos anos taxas de crescimento econômico bem acima da média nacional, fato que vem atraindo indivíduos vindos de diversas partes do Brasil, e também de outros países. Logo, o governo do estado de Mato Grosso, através da SEC-MT, precisa encontrar formas de conciliar esse crescente desenvolvimento com a preservação de seu patrimônio cultural, no sentido de contribuir para a promoção de um crescimento sustentável.

A preservação do patrimônio cultural ainda encontra dificuldades como falta de entendimento da sociedade quanto ao valor de sua cultura, desinteresse das autoridades em manter o patrimônio de acordo com a Constituição de 1988, e recursos financeiros limitados para ações de preservação, conservação e restauro dos bens culturais.

No entanto, mesmo diante de tantos impedimentos, faz-se necessário propor uma política de preservação que não somente alcance, mas, principalmente, transmita o direito à memória como característica indispensável à cidadania, no sentido de permitir para a sociedade vivenciar seu patrimônio, reconhecer seus bens e suas particularidades culturais.

Expandir a importância e o conhecimento dos acervos preservados nos museus como referência do desenvolvimento histórico, científico e cultural do estado para a sociedade local, as OSCs e aos visitantes ainda é um grande desafio.

Esta pesquisa buscou propor uma política de preservação para a coleção de ciência e tecnologia do MH-MT. O estudo se justifica pela importância de se preservar a coleção que se encontra esquecida nas salas expositivas e reserva técnica em situação de alto risco de desaparecimento, assegurando, através de sua identificação, o resgate de seu valor cultural, científico e histórico.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou realizar, em primeiro lugar, a revisão de literatura da legislação brasileira, das recomendações das Cartas Patrimoniais e dos autores que pesquisaram sobre políticas e a importância da preservação e conservação do patrimônio cultural de ciência e tecnologia. Através de um recorte, foram examinadas também as políticas de preservação de acervos de ciência e tecnologia em instituições internacionais como o *Science Museum Group* do Reino Unido, o *National Museum of Australia* e o *American Museum of Natural History* nos Estados Unidos, e nacionais, como o Museu de Astronomia e Ciências Afins e a Casa Oswaldo Cruz, vinculada à Fundação Oswaldo Cruz.

As instituições foram escolhidas por serem reconhecidas no meio cultural,

científico e acadêmico, através da pesquisa, preservação e acautelamento dos bens culturais de ciência e tecnologia. Além disso, se destacam por promoverem através das atividades de divulgação e popularização da ciência, uma cultura científica, que aproxima e amplia a compreensão e consciência sobre o papel e importância da ciência e tecnologia para a sociedade.

A análise dos autores e das políticas permitiu constatar que as instituições internacionais e nacionais desenvolvem ações mais amplas, tais como o estabelecimento de políticas que utiliza, a gestão de riscos e a conservação preventiva não somente como estratégias de ação que minimizam a deterioração, mas, como otimização dos recursos que engloba o desenvolvimento e a implantação de planos, programas e projetos de conservação. Além disso, compreendem a preservação como estratégia para salvaguardar e garantir a integridade do bem cultural, mantendo os bens culturais para as futuras gerações.

Em virtude do que foi mencionado, essa pesquisa levou à compreensão de que a política de preservação é um elemento essencial para garantir a integridade e continuidade das coleções à longo prazo. Esse documento tem como objetivo estabelecer as prioridades, princípios regentes e as responsabilidades de cada agente que atua no museu, além da inclusão de orientações e estratégias gerais para as diferentes áreas. Desse modo, as indicações propostas na política de preservação pretendem reduzir e minimizar os danos, de forma a contribuir para assegurar a integridade física e longevidade da coleção.

Foi constatado ainda que as práticas de conservação das instituições analisadas se encontram alinhadas à Resolução 7 que padronizou a terminologia de conservação e foi aprovada na 25ª Assembleia Geral do ICOM realizada em Shanghai, China, 2010.

Em vista dos argumentos apresentados na revisão de literatura e da análise das políticas das instituições selecionadas, conclui-se que, além dos mecanismos de preservação recomendados nas Cartas Patrimoniais e previstos no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, a política de preservação se mostra como mais um importante documento de proteção e salvaguarda que apresentam os princípios teóricos e diretrizes gerais para as atividades de manutenção do acervo, cuidados preventivos e tratamentos de conservação, os quais possibilitam o desenvolvimento de uma cultura de preservação.

O segundo momento do estudo consistiu na realização do trabalho *in situ*

de caracterização do edifício, salas expositivas e reserva técnica através da identificação e avaliação dos agentes de deterioração, o que permitiu concluir que a conscientização dos riscos é o início de sua redução, pois ao identificá-los, foi possível criar uma escala de prioridades que permitiram estabelecer, conscientemente, ações de mitigação para a redução das perdas, criação planos e projetos para ação de forma eficaz, o que otimiza, assim, otimizando os recursos e a mão de obra disponíveis.

A caracterização foi fundamental para a compreensão dos principais danos que a coleção está exposta, bem como do real valor que justifique futuras comunicações através de pesquisas, exposições e publicações.

Foi constatado que não há registros de uma análise detalhada das condições estruturais do edifício, das salas expositivas, das reservas técnicas, dos mobiliários, dos invólucros de acondicionamento, dos agentes de deterioração, dos riscos e declaração de significância. Além disso, segundo relatos dos servidores da Coordenadoria de Patrimônio Cultural da SEC-MT, o trabalho e os resultados da análise se apresentaram como inéditos.

A análise dos documentos institucionais do museu foi fundamental para caracterizar a ausência de informações imprescindíveis, como plano diretor e/ou estatuto e políticas de formação de acervo, de preservação, de empréstimo, de exposição, de uso/consulta/pesquisa. Do mesmo modo, ficou evidente a ausência de uma política de preservação, normas e regras de conduta dos funcionários e de uso dos acervos, cronograma de tarefas e planos de gerenciamento de riscos.

Constatada a ausência de documentos fundamentais para o funcionamento do museu, denota-se a fragilidade técnica e gerencial das OSCIP e OS que estiveram na gestão do museu nestes últimos anos, e também da SEC como agente fiscalizador. As informações provenientes dos documentos institucionais apresentam elementos essenciais para o gerenciamento e planejamento das ações do museu, aplicação dos recursos financeiros e organização dos recursos humanos disponíveis, permitindo evitar que os bens culturais fiquem expostos aos mesmos riscos em que foi encontrada a coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, o que pode ser corrigido a partir das contribuições desta pesquisa.

Observados esses aspectos, entende-se que o estudo ora apresentado aponta para a SEC-MT as fragilidades da gestão institucional do museu e a real situação em que os acervos sob sua responsabilidade se encontram. Apresenta ainda

os instrumentos e elabora justificativas para fundamentar a implementação de outras políticas e estratégias de fiscalização, acompanhamento e avaliação, além das propostas de melhoria das condições de gestão do MH-MT que será realizado por OSC nos moldes da Lei 13.019/2014.

A coleção de ciência e tecnologia do MH-MT inventariada nesta pesquisa foi quantificada por trinta e um itens, se caracterizando pela variedade de tipologia (objetos, documentos de arquivo e publicações bibliográficas esgotadas) e suportes (papel, metal, madeira, vidro, couro) de significativo valor cultural, histórico e científico.

A partir da realização do inventário constatou-se que a origem dos itens tem procedência do Antigo Palácio Alencastro (sede do governo estadual de 1819 até 1959), da antiga Residência dos Governadores (década de 1940 até 1986), e de pessoas que atuaram na exploração comercial, sendo que a coleção de ciência e tecnologia, em sua totalidade, possui objetos pertencentes ao século XX.

O diagnóstico de conservação da coleção constatou que 55% dos objetos, se encontram em estado regular de conservação, 31% em bom estado e 14% em estado ruim. Conclui-se que a coleção de ciência e tecnologia do MH-MT está num estado de conservação crítica, situação esta que pode ocasionar perda significativa de valor agregado à coleção, caso não tomadas medidas de planejamento de ações de conservação.

O significado da coleção, que ficou demonstrado na declaração de significância, aponta que os bens culturais são de relevante valor histórico, cultural e científico, pois demonstram a evolução tecnológica que aos poucos foi sendo inserida e utilizada durante a colonização e modernização do estado de Mato Grosso. Convém ressaltar que os documentos de arquivo (originais e assinados) e as publicações bibliográficas, em sua totalidade, correspondem à atuação do mato-grossense nascido no distrito de Mimoso, Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, quando esteve no comando da Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, apelidada de Comissão Rondon.

As publicações são significativas tornando-se raras e valiosas, pelo potencial de informação, pois contém informações relevantes sobre a ocupação territorial do Centro-Oeste brasileiro e por serem publicações esgotadas.

Este trabalho também permitiu identificar e apontar, de forma objetiva e qualitativa, as principais questões e dilemas relacionados ao acesso e segurança, acondicionamento, controle de umidade e temperatura, e a necessidade de melhorias

das condições das salas expositivas e da reserva. Neste sentido, a análise dos resultados obtidos é conclusiva quanto à necessidade de se implementarem diversas ações e medidas relativamente simples e de baixo custo voltadas para a diminuição dos riscos que atingem as coleções.

A avaliação e a análise da magnitude dos riscos, além de subsidiarem as áreas prioritárias da política de preservação ora proposta, permitiram constatar que os danos causados por criminosos e dissociação possuem prioridade extrema e merecem ações emergenciais. Com prioridade “alta”, os danos causados pela água, fogo, luz e radiação UV e IR exigem intervenções urgentes. Os danos causados por forças físicas, poluentes, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e pragas são de prioridade média e exigem atenção.

A SEC-MT e a OSC gestora do museu são responsáveis pela aplicação das medidas apontadas neste estudo para acompanhar, corrigir, mitigar ou eliminar situações e fatores de riscos identificados no diagnóstico, privilegiando as ações com probabilidade de ocorrência “quase certa”, seguidas de procedimentos para corrigir as situações de ocorrência “provável” e “moderada”.

Considerando a proveniência e significado da coleção de ciência e tecnologia, a avaliação e as análises realizadas ofereceram resultados positivos, pois apresentam, de forma clara, a real o descaso das políticas dos últimos governos e a situação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, que foi encontrada em condições de dispersão, esquecimento e expostas aos agentes de deterioração, somadas às limitações da política institucional e dos recursos humanos disponíveis para o desenvolvimento de atividades de conservação.

Considerando os resultados analisados na revisão de literatura, das políticas de preservação institucionais – internacionais e nacionais, somadas às análises do diagnóstico, do inventário e da declaração de significância, estas permitiram, no terceiro momento, propor a elaboração de uma política de preservação da coleção de ciência e tecnologia salvaguardada no MH-MT, que se apresenta como estratégia de proteção do patrimônio cultural mato-grossense.

Por todos os argumentos apresentados e como resultado das nossas análises das políticas de preservação das instituições (internacionais e nacionais), não foi selecionado um documento específico como modelo, mas foi-se questionado sobre como cada uma das políticas poderiam fornecer subsídios para a elaboração de um documento de preservação que considerasse as condições institucionais e se

adequasse ao acervo do MH-MT.

Levando-se em consideração o que foi observado em cada política procedeu-se à avaliação e seleção dos aspectos relevantes de cada documento que pudessem ser aplicados ao caso em estudo e atendessem as áreas previamente diagnosticadas como mais prioritárias do museu objeto desta pesquisa.

Dessa forma, realizou-se no terceiro capítulo, o planejamento e elaboração de um conjunto de procedimentos administrativos e operacionais que integra a política de preservação da coleção de ciência e tecnologia do MH-MT para orientar o gestor público (SEC-MT) e privado (OSC) com objetivo de assegurar a integridade física, o prolongamento da vida útil dos bens culturais, o uso de forma responsável dos recursos financeiros e o aprimoramento dos recursos humanos do museu.

Além disso, o trabalho está alinhado às orientações da Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (2017) ao afirmar em seus objetivos sobre a importância de incentivar e promover uma cultura de preservação, bem como a criação de políticas públicas para identificação, preservação e divulgação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia.

Levando-se em conta o que foi observado, a política de preservação é um recurso fundamental, uma vez que garante a sobrevivência de longa duração dos bens culturais, além de expor em termos claros as responsabilidades e o dever do museu em cuidar de seu acervo, contribuindo, assim, para que sempre esteja a serviço da sociedade e da educação em prol da cidadania.

Em virtude do que foi mencionado entende-se que a política de preservação proposta pode ser um importante instrumento a ser aplicado pelos demais museus sob responsabilidade da SEC-MT, como procedimento essencial de gestão, independentemente do tamanho do acervo.

Por isso tudo, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados através do produto técnico científico que resultou na elaboração da Política de Preservação da Coleção de Ciência e Tecnologia do MH-MT.

É preciso reconhecer como resultados dessa pesquisa outros procedimentos foram realizados para alcance dos objetivos propostos, bem como os resultados deles decorrentes, que oferecem para a SEC-MT e para a OSC elementos para compreensão, análise e gestão do museu objeto deste estudo, quais sejam:

- Diagnóstico, Identificação e Avaliação de probabilidade de ocorrência dos riscos da Coleção de Ciência e Tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-

MT);

- Inventário e Avaliação do estado de conservação da Coleção de Ciência e Tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT), e
- Declaração de Significância da Coleção de Ciência e Tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT).

Ações de conservação preventiva, sensibilização e formação permanente de servidores da SEC-MT, OSCs gestoras, alinhadas à educação patrimonial deverão ser privilegiadas por um bom tempo para que a preservação seja efetivamente consolidada.

Dessa forma, o objetivo da Política de Preservação da Coleção de Ciência e Tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT) é assegurar através de princípios teóricos, diretrizes gerais e estratégias de ordem administrativa, a proteção dos bens culturais de valor histórico, cultural, científico e técnico, de diferentes suportes permitindo sua utilização. Compreende-se que as políticas de: preservação, formação de acervo, segurança, empréstimo, exposição, uso/consulta/pesquisa, preparação para emergências entre outras, com o estabelecimento de critérios, é a melhor forma de atingir o mais importante objetivo - preservar.

Uma política nunca será definitiva, decisiva e finalizada, pois será influenciada pelas mudanças internas e externas. É importante que o museu compreenda que é uma instituição que influencia e é influenciada constantemente pela sociedade, e que novos estudos, propostas, desafios surgem e a SEC e a OSC devem estar atentas a essas mudanças para se atualizarem, almejando atingir integralmente sua missão.

O desafio é de transformar a preservação do patrimônio cultural em política de Estado com envolvimento de toda a sociedade. Compete à Coordenadoria de Patrimônio Cultural da SEC-MT o trabalho permanente de fiscalização, monitoramento e avaliação, buscando se fortalecer mediante ações, estratégias e planos, consolidados através de diferentes políticas de preservação do patrimônio cultural.

O estado de Mato Grosso, se comparado a outros países, possui dimensões continentais, e há muito o que se conhecer, identificar e documentar em termos de referências do patrimônio cultural. Neste sentido, o estudo se mostrou eficaz quando quantifica a coleção de ciência e tecnologia do MH-MT, uma vez que possibilitou ampliar sua representação histórica e seu significado cultural para a sociedade, além de oferecer subsídios para o planejamento de futuras ações.

Considerando a delimitação do assunto e do tempo que, em certa medida, impediu o aprofundamento de alguns temas e de ir além do que pesquisamos no âmbito desta pesquisa, foram vislumbradas oportunidades de futuras pesquisas e estudos relacionados a elaboração de um conjunto de procedimentos administrativos e operacionais que podem compor outras políticas que são fundamentais para impactarem diretamente na preservação dos acervos, tais como outras políticas de: formação de acervo, segurança, empréstimo, exposição, uso/consulta/pesquisa, planos de conservação preventiva, entre outras.

Ademais, ainda é possível se preverem planejamento de cursos de atualização para os profissionais que atuam nos museus, bibliotecas e arquivos com a temática desenvolvida neste trabalho. Além disso, em parceria com o Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso, como produto resultante da investigação realizada no MH-MT, pretende-se, futuramente, realizar orientações e oficinas apresentando os resultados desta pesquisa, para que as OSCs gestoras dos museus sob responsabilidade da SEC-MT realizem e organizem suas próprias políticas de preservação.

Por fim, este foi o primeiro esforço para minimizar problemas gerais de preservação do MH-MT, proporcionando a outras instituições uma oportunidade e um exemplo a ser seguido e implementado. O estudo realizado demonstra que uma política de preservação precisa assegurar que a coleção de qualquer bem cultural permaneça salva e segura oferecendo a integridade física, redução dos danos e a longevidade, para que os instrumentos, objetos, documentos de arquivo e publicações bibliográficas estejam sempre a serviço da população, se tornando conhecidos protegidos e compartilhados.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALVES, Jota. **O choque do novo**. In: Monções. Cuiabá: Fundação Cultura de Mato Grosso, Ano I, vol. I, nov.1987, p. 31-33.

AMERICAN MUSEUM OF NATURAL HISTORY. In: **American Museum of Natural History**. Disponível em: <<http://www.amnh.org/our-research/natural-science-collections-conservation/general-conservation/preventive-conservation>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

AVRAMI, Erica; MASON, Randal; TORRE, Marta de la. **Values and heritage conservation: research report**. In: The Getty Conservation Institute. Los Angeles, Estados Unidos da América, 2000. Disponível em:< <http://www.getty.edu/conservation/index.html>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de out. de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **Decreto-Lei Nº 25 de 30/11/1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, Seção I, 06 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **Lei Federal nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm> Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Vol. 01, 240 p. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus_em_Numeros_Volume_1.pdf> Acesso em: 10 fev. 2017.

BURDEN, Louisa. **Science Museum Group Conservation Policy**. In: Science Museum Group (SMG). 2013. Disponível em: <https://group.sciencemuseum.org.uk/wp-content/uploads/2015/10/conservation_policy_2013.pdf> Acesso em: 08 ago. 2016.

CAIXETA, Eder Antunes. **Autonomia dos entes federados**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 05 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.46887&seo=1>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

CAMACHO, Clara (coord.). **Plano de Conservação Preventiva: Bases orientadoras, normas e procedimentos**. Lisboa: Texttype, 2007. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-movel/circulacao-de-bens-culturais-moveis-e-gestao-de-colecoes/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CARVALHO, Sebastião Carlos Gomes. **Por uma nova política cultural em: um percurso**. In: Monções. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, Ano I, vol. I, nov.1987, p. 40-49.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate.** Tradução de João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. 184 p.

_____. **Alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2001. 283 p.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Uma proposta de Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia: Relatório da comissão Especial constituída pela Portaria 116/2003.** Comissão Especial. Portaria 116/2003, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasília, 2003.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal. **Perfil socioeconômico de Cuiabá: volume V.** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. Diretoria de Urbanismo e Pesquisa-DUP. Cuiabá: Central de Texto, 2012. 564 p. Vol. V. Disponível em: <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/publicacoes/publicacoes/7937>> Acesso em: 12 out. 2017.

DAWSON, Alex. **Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries - Parâmetros para Conservação de Acervos.** Tradução de Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: EDUSP/Fundação Vitae, 2004. 154 p. (Museologia. Roteiros práticos; 5)

FOOT, Mirjam. M. **Building a preservation policy.** Londres: British Library. 2001. (Revisado por Caroline Peach, 2013) Disponível em: <www.bl.uk/aboutus/stratpolprog/collectioncare/publications/booklets/building_a_preservation_policy.pdf> Acesso em: 10 set. 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes.** Fundação Biblioteca Nacional, Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 160p. (Documentos Técnicos; 6).

_____. Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras-PLANOR. **Diretrizes de Preservação na Biblioteca Nacional.** Disponível em: <<http://planorweb.bn.br/diretrizes.html>> Acesso em: 15 ago. 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. **Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde.** In: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.

GUICHEN, Gaël. **Conservación preventiva: en qué punto nos encontramos en 2013?** In: Conservación preventiva: revisión de una disciplina. Revista Patrimonio Cultural de España, n. 07, 2013. Disponível em: <<https://sede.educacion.gob.es/publica/ent/detalle.action?cod=14392C>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: <<http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20->

%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> Acesso em: 07 set. 2015.

GRANATO, Marcus; CÂMARA, Roberta Nobre da. Patrimônio, ciência e tecnologia: inter-relações. In: CARVALHO, Cláudia Suely Rodrigues de; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Samorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (Orgs). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 172-200.

GRANATO, Marcus. Panorama sobre o patrimônio da ciência e tecnologia no Brasil: Objetos de C&T. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio (Orgs.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: MAST, 2009, p.78-102. Disponível em:<<http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%C3%B4nio%20de%20C&T/8%20PANORAMA%20SOBRE%20O%20PATRIM%C3%94NIO%20DA%20CIENCIA%20E%20TECNOLOGIA%20NO%20BRASILMarcus.pdf>> Acesso em: 05 set. 2016.

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires. **Valorização patrimônio científico e tecnológico brasileiro: descobrindo conjuntos de objetos de C&T no Brasil**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 22, n. 02. São Paulo: USP, jul/dez de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142014000200002> Acesso em: 05 set. 2016.

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro, RJ: Museu de Astronomia e Ciências e Afins, 2012, 73-92.

HOLLÓS, Adriana Cóx. **O futuro da memória digital na Administração Pública Federal**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de comunicação, 2014.

_____. **Entre o passado e o futuro: os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro, 2006. 99 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17025/1/dissertacao%20Adriana%20Hollós.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2016.

ICOM. Resolução 7: Esclarecimento da terminologia de conservação. **25ª Assembleia Geral do ICOM**. Shangai, China, 2010. Disponível em: <<http://icom.museum/the-governance/general-assembly/resolutions-adopted-by-icom-s-general-assemblies-1946-to-date/shanghai-2010/>> Acesso em: 04 abr. 2016

ICCROM-UNESCO. **Risk and deterioration assessment/Manual de Gestión de Riesgo de Colecciones**. Cultural Heritage Division of UNESCO. ICCROM-UNESCO Partnership for the preventiva conservation of endangered museum collections in developing countries. March, 2009. (Versão preliminar em língua espanhola). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001862/186240s.pdf>>.

Acesso em: 12 out. 2017.

JUNIOR, José do Nascimento; CHAGAS, Mário. Museu e Política: apontamentos de uma cartografia. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. 2º Ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2006. p.09-16. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf> Acesso em: 04 abr. 2017.

LACERDA, Leilla Borges. **Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: um olhar sobre a sua demolição**. Cuiabá, Mato Grosso: KCM, 2005, 160 p.

_____. **Patrimônio histórico-cultural de Mato Grosso: bens edificadostombados pela Estado e União**. Cuiabá: Entrelinhas, 2008. 167 p.

LISBOA, Araci Gomes. **Preservação do patrimônio científico nacional (1970 - 1990)**. 2012. 251 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

LOUVAIN, Pedro; GRANATO, Marcus. Proteção e valorização do patrimônio cultural de ciência e tecnologia: legislação, tombamento e propostas. In: **IV Seminário Internacional: Políticas Culturais**, 16 a 18 out. 2013. Rio de Janeiro: Setor de Políticas Culturais, Fundação Casa Rui Barbosa. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Pedro-Louvain-et-alii.pdf>> Acesso em: 15 set. 2017.

MATO GROSSO. **Decreto Estadual nº 126 de 31/07/1975**. Aprova o Estatuto da Fundação Cultural de Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, nº 16.891, 01 ago.1975. Disponível em: <[https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6077#/p:1/e:6077?find=decreto 126](https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6077#/p:1/e:6077?find=decreto%20126)> Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. **Lei nº 3.774 de 20/09/1976**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, nº 17.174, 22 set. 1976. Disponível em: < <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6360#/p:1/e:6360?find=3.774>> Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. **Fundação Cultural inaugura museus**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, nº 17.639, p. 03, 22 ago. 1978. Disponível em: <[https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6825#/p:1/e:6825?find=museu hist%C3%B3rico](https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6825#/p:1/e:6825?find=museu%20hist%C3%B3rico)> Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. **Lei nº 4.570 de 30/06/1983**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da literatura Mato-grossense, nos currículos plenos, das escolas de 1º e 2º Graus, do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Disponível em: < [http:// www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-4570-1983.pdf](http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-4570-1983.pdf) > Acesso em: 30 ago. 2017.

_____. **Lei nº 5.573 de 06/02/1990**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de História, Geografia e Literatura de Mato Grosso, nas Escolas de 1º e 2º Graus, públicas ou particulares, que funcionem no Estado. Disponível em: < <http://www.sad-legislacao.mt.gov.br/Aplicativos/Sad-Legislacao/legislacaosad.nsf/709f9c981a9d9f468425671300482be0/3d1116031caec80c0425712d006386c8?OpenD>>

ocument> Acesso em: 30 ago. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 36 de 11/10/1995.** Cria as Secretarias de Estado de Cultura e de Desenvolvimento do Turismo, a Diretoria de Assentamento do INTERMAT. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, nº 21.759, 11 out. 1995. Disponível em: <[https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/11388#/p:1/e:11388?find=lei 36](https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/11388#/p:1/e:11388?find=lei%2036)> Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. **Lei Nº 9.107 de 31/03/2009.** Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, nº 25.049, 31 març. 2009. Disponível em <[https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/2273#/p:1/e:2273?find=Lei N%C2%B0 9.107](https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/2273#/p:1/e:2273?find=Lei%20N%C2%B0%209.107)> Aceso em: 02 mar. 2017.

_____. **Decreto Estadual nº 167 de 01/07/2015.** Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer - SECEL, a distribuição de cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, nº 26.566, 01 jul. 2015. Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/14119#/p:71/e:14119?find=167>. Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. **Lei nº 10.363 de 27/01/2016.** Institui o Plano Estadual de Cultura - PEC. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, MT, nº 26.707, 28 jan. 2016. Disponível em: < <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/14367#/p:6/e:14367?find=10.363>> Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. **Decreto 1.041 de 13/07/2017.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Cultura SEC. Disponível em: < <http://www.cultura.mt.gov.br/documents/362998/4773347/Regimento+Interno/09ee996d-2f31-4844-ac80-81f5c167c246>> Acesso em: 30 ago. 2017.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Disponível em: < https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/livroAzul_digital_18jan2011_6990.pdf/68c79d24-d589-42f5-ac66-4d6d728f9691?version=1.3> Acesso em: 02 abr. 2018

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Política de preservação de acervos institucionais.** MAST/CNPQ. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <http://www.mast.br/pdf/politica_de_preservacao_de_acervos_institucionais.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de Cultura de Ciência e Tecnologia, 4., 2016, Rio de Janeiro. **Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia.** Rio de Janeiro: MAST, 05 e 08 dez. 2016. Disponível em: <<http://site.mast.br/Carta%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20sobre%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20da%20Ci%C3%Aancia%20e%20Tecnologia.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2017.

NATIONAL MUSEUM OF AUSTRALIA. **Collection care and preservation policy**. In: **National Museum of Australia**. Canberra: 2012. Disponível em <http://www.nma.gov.au/about_us/ips/policies/collection_care_and_preservation_policy>. Acesso em: 11 ago. 2016.

Padilha, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2014. Coleção Estudos Museológicos, v.2. 71p.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo; COELHO, Carla Maria Teixeira; WEGNER, Liene. **Reflexões sobre o processo de elaboração da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz**. Revista CPC, n. 17, nov. 2013/ abr. 2014, p.18-34. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/69151/71604>. Acesso em: 11 abr. 2016.

PÓVOAS, Lenine de Campos. (1982). **História da cultura matogrossense**. Cuiabá: Resenha Tributária, 1982, 227p.

RUSSEL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. **Significance 2.0. A guide to assessing the significance of collections**. 2ªed. Sydney, Austrália: Collections Council of Australia Ltda, 2009. Disponível em <http://www.environment.gov.au/heritage/publications/significance2-0/index.html>. Acesso em: 26 abr.2016.

SANTOS, Fernando José Ribeiro (org.). **Escola Estadual Dom Bosco: 30 anos construindo história na educação**. Cuiabá: KCM Editora, 2014. 60p.

SEMINÁRIO SEMANA DO PATRIMÔNIO: CULTURA E MEMÓRIA NA FRONTEIRA. 2007, Bagé. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**. Bagé: IPHAN/UFPeI/URCamp/UniPampa/IPHAE, 18 ago. 2007.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; BARBOZA, Christina Helena da Motta (Orgs.). **Acervos de Ciência e Tecnologia no Brasil: preservação, história e divulgação**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. 224p.

SPINELLI, Jayme. **Guia de preservação & segurança da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2009, 99p. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/ebitstream/handle/10438/2703/CPDOC2009JaymeSpinelliJunior.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 mai. 2016.

WALLER, Robert. **Cultural Property Risk Analysis Model (CPRAM)**: A very brief introduction to key concepts. Ottawa: Protect Heritage, 2013. (Excerpt from Robert Waller, 2013. Assessing and Managing Risks to Your Collections). Disponível em: <https://www.iiconservation.org/sites/default/files/news/attachments/6652-iic-itcc_2015_notes_quick_summary_of_cpram_robert_waller.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **Cultural Property Risk Analysis Model: Development and Application to Preventive Conservation at the Canadian Museum of Nature.** Göteborg Studies in Conservation 13. Göteborg: Acta Universitatis Gothoburgensis, 2003. 189 p. Disponível em: <<http://www.protectheritage.com>>. Acesso em: 12 out. 2017.

UNESCO. **Convenção de Haia, 1954.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

_____. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial natural e cultural. Paris: 1972.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

_____. **Declaração do México, 1985.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

_____. **Carta de Burra, 1999.** Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>>. 24 nov. 2016.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. **Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970.** 2008. 284 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em: <http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/287022/1/Valente_MariaEstherAlvarez_D.pdf> Acesso em: 12 out. 2017.

VALENTE, Maria Esther; CAZELLI, Sibeles; ALMEIDA Ronaldo de. **Os instrumentos científicos do Mast na perspectiva educacional e de divulgação da ciência.** Rio de Janeiro: Museu de Ciências Afins, 2015. p. 283-310. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf_02/13_Cap%C3ADulo%2011.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2016.

ZUÑIGA, Solange Sette Garcia de. **A importância de um programa de preservação em arquivos públicos privados.** Revista Registro, 01 julh. 2002, p. 71-89. Disponível em <http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_1.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. **Documentos como objeto de políticas públicas em preservação e o acesso à informação: o caso das bibliotecas e arquivos.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, RJ, 2005.

_____. **A conservação preventiva e o plano institucional de preservação.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/conservacao-preventiva-plano-institucional-preservacao/conservpreventivaplanoinstpreservacao-solangezuniga-p.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE

São apresentados a seguir um conjunto de leis, normas, recomendações e orientações técnicas que se relacionam com os princípios da Política de Preservação de Coleções de Ciência e Tecnologia do Museu Histórico de Mato Grosso (MH-MT), os quais poderão também ser utilizados para nortear ações relacionadas à coleção.

LEGISLAÇÃO

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Código de ética**. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=30> Acesso em: 11 nov. 2016.

European Confederation of Conservator-Restorers' Organizations (ECCO). **Diretrizes profissionais (II): Código de Ética**. Bruxelas: ECCO, 2003. (Aprovado pela Assembleia Geral em Bruxelas em 07 de Março de 2003). Disponível em: <http://www.estt.ipt.pt/download/disciplina/2848__C%C3%B3digo%20de%20%C3%A9tica_ECCO.pdf> Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998**. Lei dos Direitos Autorais.

BRASIL. **Decreto Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937**, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e cria o instituto do tombamento.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Art. 216. Dispõe sobre o patrimônio cultural brasileiro de natureza material e imaterial.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus.

MATO GROSSO. **Decreto Estadual nº 959**, de 05 de dezembro de 2007 que organiza sob a forma de Sistema as atividades de Museus do Estado de Mato Grosso

MATO GROSSO. **Lei Nº 10.362**, de 27 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Cultura de Mato Grosso.

MATO GROSSO. **Lei Estadual nº 10.363**, de 27 de janeiro de 2016, que institui o Plano Estadual de Cultura.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

Documentação

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

Conservação preventiva

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: FCC, 2012. (Coleção Estudos Museológicos, v.1)

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

SANTOS, Maurício O.; SOUZA, Patrícia (tradução). **Parâmetros para a Conservação de Acervos**. Resource: The Council for Museums, Archives and Librarie. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação Vitae, 2004. (Museologia. Roteiros práticos - 5)

Desenvolvimento do acervo

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA-FCC. **Política de aquisição e descarte de acervos do Museu Histórico de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, 2015. (Formulada pelo grupo de trabalho para elaboração do Plano Museológico do Museu Histórico de Santa Catarina – GTPM/MHSC)

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Política de aquisição e descartes de acervos**. Rio de Janeiro: MAST, 2011. (Elaborada pela Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo – COPAD)

Acesso

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS; MUSEU VILLA LOBOS. **Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

ONO, Rosaria; MOREIRA, Kátia Beatris Rovaron. **Segurança em Museus**. Brasília: MinC/Ibram, 2011. (Cadernos Museológicos Vol.1)

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

Segurança

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS; MUSEU VILLA LOBOS. **Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

ONO, Rosaria; MOREIRA, Kátia Beatris Rovaron. **Segurança em Museus**. Brasília:

MinC/Ibram, 2011. (Cadernos Museológicos Vol.1)

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

SANTOS, Maurício O.; CESCHI, Patrícia (tradução). **Segurança de Museus**. Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação Vitae, 2003. (Série Museologia: roteiros práticos - 4)

Exposição

ROSADO, Alessandra; FRONER, Yacy-Ara. **Planejamento de mobiliário**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008. (Tópicos em conservação preventiva - 9)

ROSADO, Alessandra. **Manuseio, embalagem e transporte de acervos**. Belo Horizonte: LACICOR–EBA–UFMG, 2008. (Tópicos em conservação preventiva - 10)

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

Acondicionamento

ROSADO, Alessandra; FRONER, Yacy-Ara. **Planejamento de mobiliário**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008. (Tópicos em conservação preventiva - 9)

ROSADO, Alessandra. **Manuseio, embalagem e transporte de acervos**. Belo Horizonte: LACICOR–EBA–UFMG, 2008. (Tópicos em conservação preventiva - 10)

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus, Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

Gestão de riscos

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro**. Brasília: IBRAM, 2013. (Cartilha 2013)

SPINELLI, Jayme; JUNIOR, José Luiz Pedersoli. **Plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.